

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

CLÉBER MOLETTA GOMES

**A CONSTRUÇÃO DAS NOTÍCIAS PELAS ASSESSORIAS DE IMPRENSA DA
*TERRA DE DIREITOS, CONECTAS DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA GLOBAL***

PONTA GROSSA
2016

CLÉBER MOLETTA GOMES

A CONSTRUÇÃO DAS NOTÍCIAS PELAS ASSESSORIAS DE IMPRENSA DA *TERRA DE DIREITOS, CONECTAS DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA GLOBAL*

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Área de concentração: Jornalismo

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Engel Bronosky

PONTA GROSSA
2016

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Gomes, Cléber Moletta

G633 A construção das notícias pelas
 assessorias de imprensa da Terra de
Direitos, Conectas Direitos Humanos e
Justiça Global/ Cléber Moletta Gomes.
Ponta Grossa, 2016.
118f.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo -
Área de Concentração: Processos
Jornalísticos), Universidade Estadual de
Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Engel
Bronosky.

1.Assessoria de imprensa.
2.Mediatização. 3.Discurso jornalístico.
4.Noticiabilidade. 5.Jornalismo e direitos
humanos. I.Bronosky, Marcelo Engel. II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Mestrado em Jornalismo. III. T.

CDD: 070

CLÉBER MOLETTA GOMES

A CONSTRUÇÃO DAS NOTÍCIAS PELAS ASSESSORIAS DE IMPRENSA DA
TERRA DE DIREITOS, CONECTAS DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA GLOBAL

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre na Universidade Estadual de
Ponta Grossa (UEPG). Área de concentração: Jornalismo

Ponta Grossa, 26 de fevereiro de 2016

Prof. Marcelo Engel Bronosky – Orientador
Doutor em Ciências da Comunicação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Gerson Luiz Martins
Doutor em Jornalismo
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Prof.^a Paula Melani Rocha
Doutora em Ciências Sociais
Universidade Estadual de Ponta Grossa



Universidade Estadual de Ponta Grossa
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo

TERMO DE RESPONSABILIDADE
Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Intelectual

Eu, Cléber Moletta Gomes, CPF número 072.681.349-40 RG número 10.850.160-0, responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado: **A CONSTRUÇÃO DAS NOTÍCIAS PELAS ASSESSÓRIAS DE IMPRENSA DA *TERRA DE DIREITOS, CONECTAS DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA GLOBAL*** atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não), e que não sejam de minha exclusiva autoria, estão citados entre aspas, com a devida indicação de fonte (autor e data) e a página que foram extraídos (se transcrito literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizado(a) legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 26 de fevereiro de 2016.

Cléber Moletta Gomes
RA: 3100114005018

AGRADECIMENTOS

À Fabiula, minha esposa, pela compreensão, paciência e apoio incondicional nestes últimos dois anos. Pelo seu amor, que dá sentido à minha vida.

Ao professor Marcelo, pelos conhecimentos compartilhados e pela paciência em orientar este trabalho.

À Judite e Almir, meus pais, por tudo. Pelo amor, cuidado, compreensão. Pela sabedoria que tiveram de acreditar na educação e incentivar seus filhos na busca pelo conhecimento. Pela pureza com que me ensinaram, com suas próprias histórias de vida, o que é importante para seguir em frente.

Aos meus irmãos Luis Henrique e Cebilla, pelo amor e pela referência que ambos sempre foram para mim.

À Odi, Inês e Neiva, minhas tias, pelo amor e cuidado maternal que sempre tiveram comigo, em especial, nesse período de mestrado.

Aos alunos e professores do PPG em Jornalismo da UEPG, pelos conhecimentos compartilhados.

Aos amigos Guilherme, Luan e Alex, colegas de turma, pela paciência de ouvir as angústias e dar pitacos, conselhos e sugestões que me ajudaram a continuar.

Aos que acreditam e amam o jornalismo.

À escola pública, que mais do que a educação formal me ajudou a compreender o mundo e seus desafios. Aos professores e funcionários com quem convivi durante minha formação nas escolas Tancredo Martins e João de Mattos Pessoa, em Irati, da Unicentro, em Guarapuava, e da UEPG.

À Capes, pelo apoio financeiro disponibilizado em parte deste mestrado.

Dedico à memória de Matilde Berger Moletta, minha vó paterna.

RESUMO

Esta pesquisa estuda a construção da notícia pelas assessorias de imprensa das organizações de defesa dos direitos humanos *Terra de Direitos*, *Justiça Global* e *Conectas Direitos Humanos*. Para tanto, o trabalho analisa a cobertura jornalística realizada pelas assessorias de imprensa das instituições em três acontecimentos. A investigação é fundamentada nos conceitos de assessoria de imprensa, nas teorias do jornalismo de perspectiva construcionista e no conceito de midiaticização. O método empregado foi a análise do discurso, privilegiando uma abordagem qualitativa do objeto de estudo. Foram avaliadas as estratégias de apropriação do discurso jornalístico na construção das notícias, considerando o ambiente midiaticizado de circulação e geração de sentidos. Constatou-se que as instituições se apropriam e apostam no discurso jornalístico como forma de midiaticizar suas ações e oferecer sentidos em um ambiente de circulação. O posicionamento político e ideológico das entidades é considerado na definição de estratégias discursivas. As técnicas jornalísticas de construção da notícia são apropriadas pelos assessores. Suas ofertas discursivas apostam em diferentes possibilidades de apropriação e geração de sentidos. Com esta pesquisa, espera-se contribuir com estudos sobre a atuação das assessorias de imprensa de entidades de defesa dos direitos humanos diante da intensa midiaticização dos discursos sociais.

Palavras-chave: Assessoria de imprensa; midiaticização; discurso jornalístico; noticiabilidade; jornalismo e direitos humanos.

ABSTRACT

This research studies the construction of the news by the human rights organizations's press offices *Terra de Direitos*, *Justiça Global* and *Conectas Direitos Humanos*. For this, the paper analyzes the media coverage held by the press offices of the institutions in three events. The research is based on the press relations's concepts, theories of constructionist perspective about journalism and the media coverage's concept. The method used was discourse analysis, focusing on a qualitative approach of the study object. They evaluated the appropriation strategies of journalistic discourse in the construction of news, considering the mediatized environment circulation and generating directions. It was found that the institutions take ownership and betting on journalistic discourse as a way to mediatizar their actions and provide directions in a traffic environment. The political and ideological positioning of entities is considered in the definition of discursive strategies. The news of the construction of journalistic techniques are appropriate by the assessors. Their discursive offers betting on different possibilities in the appropriation and generation of directions. With this research, we hope to contribute with studies on the role of the press offices of human rights organizations in the face of intense media coverage in social discourses.

Keywords: Press office; media coverage; journalistic discourse; newsworthiness; journalism and human rights.

LISTRA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Operações, discursos e representações	54
Quadro 2	Lista de notícias analisadas da <i>Terra de Direitos</i>	75
Quadro 3	Lista de notícias analisadas da <i>Justiça Global</i>	85
Quadro 4	Lista de notícias analisadas da <i>Conectas Direitos Humanos</i>	96
Figura 1	Modelo gráfico para relação entre jornalismo, doxa e paradoxo	28
Figura 2	Esquema para análise da midiaticização	45
Figura 3	Página principal do site da Justiça Global	48
Figura 4	Página principal do site da Justiça Global	49
Figura 5	Página principal do site da Justiça Global	50
Figura 6	Unidade de análise	56
Figura 7	Rede textual histórica	57
Figura 8	Ilustração da notícia “Mais um passo. Projeto de lei contra revista vexatória é aprovado na comissão de direitos humanos da Câmara”	102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 - ASSESSORIA DE IMPRENSA E O PROCESSO JORNALÍSTICO	15
1.1 TÉCNICAS DE ASSESSORIA: UM DISCURSO EM AÇÃO	17
1.2 CONTEXTO HISTÓRICO E LABORAL	19
1.3 NOTICIABILIDADE COMO MARCA DO DISCURSIVO DAS ASSESSORIAS	24
1.3.1 Característica do discurso jornalístico	24
1.3.2 Acontecimento jornalístico socialmente reconhecido	26
1.3.3 A participação das fontes na construção da notícia	30
1.3.4 Aspectos da midiatização na construção da notícia	32
1.4 NOTICIABILIDADE	34
1.4.1 Clareza conceitual da noticiabilidade	34
1.4.2 Principais critérios de noticiabilidade	36
1.4.3 Valores-notícia	38
2 - ASSESSORIAS EM VIAS DE MIDIATIZAÇÃO	42
2.1 TRANSIÇÃO: DE PASSAGEM A PERSONAGENS	42
2.2 PROCESSO DE MIDIATIZAÇÃO NAS ASSESSORIAS PESQUISADAS	46
3 - SENTIDO, OPERAÇÕES E CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS	53
3.1 PRODUÇÃO DE SENTIDO	53
3.1.1 Assessorias: do ideológico ao lugar de fala	57
3.2 OPERAÇÕES DISCURSIVAS	61
3.3 UM CONTRATO (POSSÍVEL) DAS ASSESSORIAS	63
4 - PERCURSO METODOLÓGICO	66
5 - A PRODUÇÃO DISCURSIVA DAS ASSESSORIAS DE IMPRENSA	71
5.1 - TERRA DE DIREITOS	71
5.1.1 - Construção discursiva da luta pela titulação do território quilombola paiol de telha	74
5.1.2 Trâmite jurídico como linha de narração	76
5.1.3 Identidade como direito e notícia	79
5.1.4 Condições precárias de vida e o esquecimento cultural	81
5.2 JUSTIÇA GLOBAL	81
5.2.1 Discurso como defesa de direitos na construção de Belo Monte	84
5.2.2 Denúncias das violações às comunidades	86
5.2.3 Ações e posicionamentos de organismos internacionais de defesa dos direitos humanos	

88	
5.2.4 Irregularidades no financiamento	91
5.3 CONECTAS DIREITOS HUMANOS	93
5.3.1 - Discurso noticioso da Conectas Direitos Humanos sobre a revista vexatória	
95	
5.3.2 Apresentação e avaliações sobre o tema	97
5.3.3 Ações em organismos internacionais	99
5.3.4 - Avanços e retrocessos em trâmites legislativos	100
5.4 ESTRATÉGIAS JORNALÍSTICAS EM TEMPOS DE MEDIATIZAÇÃO	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi analisar como as assessorias de imprensa de entidades de defesa dos direitos humanos constroem seus discursos jornalísticos se apropriando de suportes de circulação em ambientes midiáticos. Tal análise se fez considerando a complexidade do processo de construção da notícia, as especificidades profissionais da assessoria de imprensa, das entidades de terceiro setor de defesa dos direitos humanos e as características da mediação.

Optou-se pelo tema defesa dos direitos humanos, mais especificamente, a atuação de instituições do terceiro setor em acontecimentos relacionados à temática. Entende-se que as disputas midiáticas relacionadas ao tema, atravessadas por aspectos ideológicos e militantes, exigem das assessorias de imprensa estratégias discursivas específicas para geração de sentidos. Realizou-se um mapeamento das instituições brasileiras que atuam nessa área, para verificar como suas assessorias de imprensa se apropriam de ferramentas de produção discursiva sobre os acontecimentos em que atuam, aspecto detalhado no capítulo 4, que trata do Percorso metodológico. Selecionou-se como objeto de análise discursiva a produção noticiosa de assessorias de imprensa de três instituições: *Terra de Direitos*, *Justiça Global* e *Conectas Direitos Humanos*.

A partir desse objeto e do objetivo geral da pesquisa, perseguiram-se dois objetivos específicos: 1) construir um objeto de análise que possibilite verificar o processo de mediação das assessorias de imprensa de entidades de defesa dos direitos humanos *Terra de Direitos*, *Conectas Direitos Humanos* e *Justiça Global* e 2) analisar, pelo método discursivo, a atuação dessas assessorias na construção de narrativas jornalísticas sobre acontecimentos relacionados aos direitos humanos, revelando o que é notícia para as assessorias dessas entidades.

A pesquisa desenvolveu-se a partir da seguinte problematização: o fenômeno da mediação, somado a outros fatores do campo jornalístico, faz com que as assessorias de imprensa se apropriem de dispositivos de enunciação que possibilita oferecer/circular narrativas e gerar sentidos nesse ambiente de circulação (mediado). Realiza-se, nesses suportes, um processo de produção jornalística no âmbito das fontes, que constroem narrativas sobre acontecimentos dos quais ela tem interesse. Diante dessa conjuntura, buscou-se problematizar e revelar como as assessorias de imprensa de entidades que atuam na defesa dos direitos humanos constroem jornalisticamente os

acontecimentos, empregando noticiabilidade e circulando textos em ambientes nos quais suas narrativas se articulam com outras ofertas de sentido.

Como primeiro exercício de compreensão do nosso objeto de estudo, realizou-se uma reflexão sobre as assessorias de imprensa no processo jornalístico. Com Chaparro (1996;2006), Duarte (2006), Ferrareto;Koplin (2009), Chinem (2003), Sant'anna (2009), retomamos características e especificidades do trabalho do assessor de imprensa. Reflexão que possibilitou identificar como a assessoria de imprensa age e que estratégias dispõem como produtora de notícias.

Considerando a natureza das assessorias de imprensa, buscou-se compreender como essa atividade interage e compõe o processo de produção das notícias. Nesse âmbito, Alsina (2009), Tucmann (1983), Silva (2013), Franciscato (2013), Guerra (2013), dentre outros, contribuíram para localizar a assessoria de imprensa em relação aos demais fatores que incidem na produção jornalística.

Localizando a assessoria em um cenário de produção jornalística, buscou-se construir uma reflexão teórica e apontar elementos presentes no objeto de análise para compreender como ele se insere em cenário midiático. Utilizou-se as reflexões de Verón (1980;1996;1997;2004) e Fausto Neto (1991;2005;2006;2008), que com seus aportes permitiram compreender as lógicas de funcionamento da midiatização e seus impactos na produção discursiva. Os mesmos autores (Fausto e Verón) foram utilizados para construir uma reflexão teórica sobre o método de análise do discurso empregado na análise. Ambos oferecem aportes para compreensão do discurso como uma oferta de sentidos, a partir de seu lugar de construção. Sentidos que se completam na circulação e no consumo das mensagens, e que continuam gerando efeitos em outras produções discursivas. Apropriando-se dos autores, foi possível traçar estratégias de compreensão dos discursos produzidos pelas assessorias de imprensa analisadas.

A última parte da dissertação é dedicada à análise da produção jornalística sobre três acontecimentos: a luta pela titulação do território quilombola Paiol de Telha, produzida pela *Terra de Direitos*; a defesa dos atingidos pela construção de Belo Monte, produzida pela *Justiça Global*; e a luta pelo fim da revista vexatória, produzida pela *Conectas Direitos Humanos*.

Na análise busca-se identificar e apontar características da produção noticiosa das assessorias de imprensa, compreendendo como o discurso jornalístico é mobilizado na cobertura de temas de interesse das entidades. Sobretudo, características desse discurso no suporte *site* institucional.

1 ASSESSORIA DE IMPRENSA E O PROCESSO JORNALÍSTICO

Um acontecimento com valores potenciais de notícia tende a mobilizar jornalistas e a imprensa de forma geral. Eles, os jornalistas, podem estar nas redações da imprensa tradicional ou ligadas às fontes, responsáveis pelos acontecimentos e/ou interessadas na sua circulação. Com a pauta definida, os profissionais nas redações buscam dados, fontes, registros de imagens e falas, coletam subsídios para poderem narrar acontecimentos. Esses dados, assim como os acontecimentos em si, estão no meio social, nas ruas, instituições de poder, nas organizações sociais, nas empresas.

O acontecimento, objeto da apuração de um veículo de informação, faz com que o assessor de imprensa atue jornalisticamente. Ele pode ser solicitado a participar da construção da notícia pela ligação do seu assessorado com o assunto, que pode ser um especialista ou autoridade no tema da notícia. Ou pelos dados que a instituição assessorada possui e que podem ajudar a diminuir as ambiguidades sobre um tema de interesse. O assessor pode entrar em cena porque há acusações sobre seu assessorado que também necessitam de respostas, de explicações. Pode buscar participação mesmo sem ter sido solicitado, oferecendo a pauta que provoca o início da elaboração de uma notícia ou agrega a uma cobertura que está sendo ou foi realizada. “Os assessores tornaram-se efetivo ponto de apoio de repórteres e editores” - argumenta Duarte (2006, p.89) - por “agirem como intermediários qualificados, estabelecendo aproximação eficiente entre fontes de informação e imprensa”.

Dentro desse processo de construção de discursos sobre acontecimentos os assessores de imprensa se inserem como parte do processo de produção. A partir da seleção dos fatos e sua construção como notícia, trabalham com uma série de técnicas para também construir produtos jornalísticos. As assessorias de imprensa são elementos envolvidos na ‘linha de montagem’ das notícias. Em essência, no Brasil, assessores são profissionais que trabalham para significar o mundo a partir das narrativas jornalísticas. Chaparro (2006, p.49) classifica como “uma revolução das fontes, que faz parte desse mundo novo com experimentações vitoriosas de democracia, civismo, mercado e tecnologia, em misturas que dinamizam uma lógica universal de competição, sustentada em informação”.

Práticas específicas como preparar as fontes para se relacionarem com a mídia, selecionar e comunicar à imprensa fatos com valor de notícia, responder os jornalistas quando solicitada, acompanhar os acontecimentos e as notícias relacionadas à área do

assessorado, informar públicos internos, gerenciar crises, são tarefas executadas pela perspectiva jornalística (FENAJ (2007), Ferrareto (2009), Chaparro (2006), Duarte (2006), Chinem (2003). Um trabalho diretamente ligado e articulado com os meios jornalísticos e que exige conhecimento do processo de produção das notícias. Monteiro (2006) reconhece, a partir de sua experiência na área e de estudos acadêmicos, que a:

divulgação jornalística das instituições na mídia não é um processo tão simples e linear como parece a primeira vista. Ao contrário, ele tem caráter intencional e negociado, evidenciando, do início ao fim, o que a instituição considera importante e interessante num acontecimento para que ele ganhe um estatuto de notícia, e também que estratégias utiliza para que esse acontecimento passe a ter existência pública (MONTEIRO, 2006, p.141).

Para tal afirmação, ela abandona a noção de jornalismo como *espelho da realidade*, de uma relação simplesmente funcional entre assessores e jornalistas, compreendendo o processo jornalístico como “interação social e de uma série de negociações, o que empresta a ela um papel sociopolítico nas sociedades contemporâneas” (MONTEIRO, 2006, p.142).

O jornalista de assessoria que não reconhece esse processo de produção noticiosa incorre no erro de não traçar as estratégias e de não realizar as tarefas mais eficientes para o assessorado. Duarte (2006) defende que os assessores devem desenvolver suas atividades a fim de estabelecer uma relação de confiança com os jornalistas das redações, garantindo uma posição de fonte confiável. É uma relação profissional que se estabelece a partir de uma técnica reconhecida por todos os jornalistas envolvidos. Ainda que profissionais de outras áreas possam atuar como assessor de imprensa, os jornalistas são mais eficientes na função. Sobretudo porque entendem os mecanismos de produção, compartilham a mesma atividade laboral (DUARTE, 2006, p.93).

Por sua capacidade de intervirem com eficácia no mundo, as notícias despertam o interesse e a ação de muitos atores sociais (DUARTE, 2006). Cada acontecimento tem sua própria natureza, mas de modo geral estão relacionados com muitos atores e interferem na vida, nos negócios, no trabalho, no lazer de muitas pessoas. Nessa dinâmica processual, com participação de diferentes atores, a construção discursiva dos acontecimentos torna-se um processo importante e complexo, desenvolvido por diferentes atores.

O esforço das assessorias de imprensa é o de produzir discursos que componham narrações jornalísticas dos acontecimentos relacionados com a fonte para qual

trabalham. As estratégias desenvolvidas convergem para um fim específico, ou seja, de construir os acontecimentos pelo discurso jornalístico. Com o domínio de técnicas específicas, o jornalista em assessoria de imprensa atua para participar da construção de discursos, realizando operações enunciativas e oferecendo sentidos aos acontecimentos de interesse da sua instituição.

1.1 TÉCNICAS DE ASSESSORIA: UM DISCURSO EM AÇÃO

Ainda que esteja em interface com outras áreas da comunicação, o assessor de imprensa realiza uma atividade jornalística. O Manual de Assessoria de Comunicação/Imprensa (2007) da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) reconhece a assessoria de imprensa como um braço da assessoria de comunicação. Atualmente, a estratégia comunicacional das fontes é composta por um tripé. Além da assessoria de imprensa é composta por relações públicas e publicidade e propaganda, denominada de Assessoria de Comunicação (KUNSCH, 2002). O Manual de Assessoria de Comunicação/Imprensa (2007) distingue a assessoria de imprensa das demais áreas, classificando-a como uma função autônoma que se realiza majoritariamente por jornalistas. Dentro do tripé da comunicação organizacional, o assessor de imprensa dedica-se a tratar jornalisticamente a informação do assessorado, com objetivo central de mediar seu relacionamento com os meios de comunicação. Remete, portanto, a um trabalho jornalístico. Uma prática que, realizada de modo contínuo, “permitirá à empresa criar um vínculo de confiança com os veículos de comunicação e sedimentar sua imagem de forma positiva na sociedade” e, justamente por esta estreita relação do assessor com os meios de comunicação, são jornalistas que desempenham a função e “determinam o que é ou não notícia para ser enviado para a imprensa”, (FENAJ, 2007, s/p).

Na definição do que é ou não notícia no âmbito da fonte, o assessor de imprensa dispõe de ferramentas já reconhecidas e compartilha valores jornalísticos usados nas redações. Esta ação está pautada pela correção do trabalho jornalístico, uma vez que todas as relações do assessorado com os meios de comunicação tem “como matéria prima a informação e como processo a sua abordagem na forma de notícia” (FERRARETO, 2009, p.13). Considera-se que a tarefa não se resume a atividade simplesmente operacional, de rotina, mas ocupa lugar estratégico que “exige conhecimentos técnicos e uma consciência ética de suas influências na opinião pública” (CHINEM, 2003, p.11).

Diferentes interesses do assessorado, que variam de acordo com o perfil e a conjuntura nas quais se inserem, não eliminam a possibilidade de traçar uma homogeneidade de técnicas estabelecidas, um rol de produtos de assessoria de imprensa que é operado de acordo com as necessidades de seus públicos, que podem ser internos, externos ou mistos (FERRARETO, 2009, p.11). Este avanço, no sentido da consolidação de técnicas específicas, respondeu a uma necessidade de transparência, que ganhava espaço em detrimento dos métodos nefastos de garantir apoio da imprensa¹.

A partir da classificação proposta por Elisa Kopplin Ferrareto, com colaboração de Luis Artur Ferrareto, (2009), autores de uma das publicações pioneiras sobre o aspecto técnico da assessoria de imprensa², as atividades do assessor podem ser definidas em (p.14):

- Se relacionar com meios de comunicação, fornecendo informações por meio de *releases*, *press kits*, sugestões de pauta, intermediar a relação entre veículos jornalísticos e assessorado e atender demandas de órgãos de imprensa;
- Controlar e arquivar as informações relativas ao assessorado que foram veiculadas em meios de comunicação, por meio de clipagem ou taxação, e avaliando dados externos à organização que possam interessar aos dirigentes;
- Manter um *mailing list* atualizado de todos os meios de comunicação e profissionais existentes no âmbito de abrangência;
- Produção de *house organs*, sejam eletrônicos ou impressos;
- Elaboração de diferentes produtos jornalísticos como fotografias, vídeos, programas de rádio e televisão e outros materiais;
- Produção de impressos variados de redação jornalística, como fôlderes, folhetos, manuais, relatórios anuais;
- Participar do estabelecimento de estratégias de comunicação.

São basicamente as mesmas funções definidas pelo Manual de Assessoria de Comunicação/Imprensa (2007), editado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Para os autores, o trabalho do assessor de imprensa está pautado pelo

1 Tornou-se comum, principalmente por parte de estados ditatoriais, a oferta empregos em repartições públicas a jornalistas que trabalhavam em redação da imprensa, oferta de viagens, almoços, brindes, prêmios, presentes, como forma de garantir cobertura positiva por parte da imprensa.

2 Já em uma fase na qual a assessoria de imprensa está reconhecida como uma prática jornalística, a publicação Assessoria de Imprensa: Teoria e Prática, de Eliza Kopplin Ferrareto, com colaboração de Luis Arthur Ferrareto, depois do manual de Assessoria de Imprensa da Fenaj, foi uma das primeiras a oferecer um subsídio técnico da área.

planejamento das ações, considerando que atualmente esta tarefa está subordinada à assessoria de comunicação (FERRARETO, 2009, p.13), responsável também por atividades de publicidade e propaganda e relações públicas. Planejar impede que situações inesperadas surpreendam o assessor, que não deve agir no improviso, nem realizar tarefas de modo descoordenado (FERRARETO, 2009, p.34). O planejamento se divide em: *análise*, momento de conhecer a instituição ou pessoa assessorada, problemas e demandas; *adaptação*, para que, de acordo com a realidade, se ajustem as ações; *ativação*, com a efetiva realização dos planos e; *avaliação* dos resultados obtidos (FERRARETO, 2009, p.36-37). Outro momento do planejamento é o estabelecimento de políticas, que servem como um conjunto de normas que regulamentam a atividade e planos, que definem o tipo de atitude a tomar com base em metas e prazos. Por fim, fazem parte do planejamento as estratégias, realizadas quando o “assessorado exige ações especiais por parte do jornalista” (FERRARETO, 2009, p.35-36). Efetivar os planos ocorre com o emprego de técnicas específicas que vão ao encontro do fazer jornalístico, com intuito de alcançar resultados específicos, de acordo com objetivos e necessidades do assessorado.

1.2 CONTEXTO HISTÓRICO E LABORAL

O modo como a atividade de assessoria de imprensa se organizou no Brasil, as mudanças no cenário laboral para jornalistas e a necessidade das organizações criarem estruturas internas para o relacionamento com a imprensa e seus públicos, mediatizando suas posições, favorecem a presença dos jornalistas nas assessorias de imprensa. Além disso, indicam os modos como o setor atua e como se apropriam dos discursos jornalísticos em ambientes organizacionais.

No Brasil, a assessoria de imprensa tem características diferentes em relação a outros lugares do mundo. É reconhecida como prática jornalística, desempenhada por jornalistas. Enquanto em outros países como Estados Unidos, França, Espanha, Portugal, o relacionamento com a imprensa é realizado por relações públicas (MOUTINHO; SOUSA, 2006). No caso português, por exemplo, mesmo que a tarefa possa ser feita por um jornalista profissional, “não pode ser considerada jornalismo”. Ao fazê-lo, “os jornalistas portugueses necessitam de suspender temporária ou definitivamente o exercício da profissão, entregando a carteira profissional” (idem, p.72).

No Brasil, até a década de 1980, o trabalho jornalístico no âmbito das fontes ocorre sem uma demarcação específica de quem deveria realizar essa atividade e quais os limites éticos para a atuação de jornalista nas fontes. Esse período marca uma articulação da categoria jornalística que assume a assessoria de imprensa como sua competência³. Cria-se, desde essa época, um cenário laboral em que parte significativa dos jornalistas atua fora das redações.

Os dois dados mais recentes confirmam a forte presença de jornalistas em ambientes extraredação. Dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro* (MICK;LIMA, 2013, p.61) revelam que 40,3% dos jornalistas brasileiros “atuam fora da mídia, como assessores de imprensa ou comunicação ou em inúmeras outras funções mobilizando conhecimento jornalístico”. Destes, 14,1% prestam serviços para organizações de terceiro setor ou da sociedade civil. Dados da Aberj, divulgados no *Perfil do profissional de comunicação organizacional no Brasil* (2013)⁴, informam que 52% dos profissionais que atuam na comunicação organizacional no Brasil tem formação em jornalismo⁵.

A atuação dos jornalistas para as fontes, consolidado no Brasil, “dotaram a comunicação organizacional de mais transparência, ética e conteúdo genuinamente jornalístico”, processo que ocorre “por meio das mídias próprias, assessoria de imprensa ou outras ferramentas de comunicação” (SCHMITZ; LIMA, 2013, p. 15). Com mais jornalistas trabalhando nas fontes, os assessores de imprensa passaram a atuar como

3A abertura política no Brasil, depois do regime ditatorial que perdurou de 1964-1985, marca um momento de definições para a prática de assessoria de imprensa que ainda implica no modo como a atividade é exercida atualmente no país. No ano de 1984, a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) organizou o 1º Encontro Nacional de Jornalistas de Assessoria de Imprensa, em Brasília. Como resultado prático do encontro nacional, surge o *Manual de Assessoria de Imprensa* da Fenaj, editado hoje como *Manual de Assessoria de Comunicação/Imprensa*, publicação que se tornou um apoio para a atuação dos profissionais do jornalismo que passaram a trabalhar nesta área, já que não haviam materiais semelhantes na época. A atuação política da Fenaj que reservou o mercado de assessoria de imprensa aos jornalistas caracterizou no Brasil um cenário particular, no qual profissionais do jornalismo atuam na área de relações públicas (CHAPARRO, 2006, p. 49). Ainda se referindo a este momento histórico, Kunsch (2002, p.33) aponta que a categoria de Relações Públicas se mostrou desarticulada e perdeu espaço para os jornalistas, que publicaram o Manual de Assessoria de Imprensa e ocuparam o espaço dentro das organizações. Com a chancela da Fenaj, cada vez mais jornalistas passaram a atuar nesta área desde a década de 1980. O conhecimento das técnicas e do modo como ocorrem as operações nas redações, garante um melhor desempenho aos jornalistas que passam a trabalhar nas assessorias. Em relação a outros países, o diferencial no Brasil é que o assessor também deve se guiar pelo código de ética profissional, tendo os mesmos compromissos que jornalistas das redações dos meios de comunicação (SANT'ANNA, 2009).

4 Disponível em: http://www.aberje.com.br/pesquisa/PesquisaPerfilProfComunicacao2012_publica.pdf. Acesso em 17 de novembro de 2015.

5 Segundo dados da mesma pesquisa, os profissionais de relações públicas vem em seguida com 24% dos profissionais. Publicidade e Propaganda (9%), Outros (9%), Administração (5%) e Letras (1%) completam os dados da pesquisa.

produtores de notícia a serviço do setor público ou privado e a subsidiar, com estas informações, às redações. Também passam a controlar e preparar as fontes de notícia para o relacionamento com os jornalistas, dentre outras atividades. Prática que altera o modo como se relaciona fontes e as redações e como se produzem as notícias.

Analisando o contexto profissional de modo amplo – não se restringindo a atuação dos jornalistas nas fontes –, Jaques Mick (2015, p.18-19) apresenta dados da oferta de formação dos jornalistas no país. O crescente número de estabelecimento de ensino com curso superior em jornalismo no país⁶ e a consequente disponibilização de grande número de formados no mercado “favoreceu a arregimentação de jornalistas por empresas não-midiáticas interessadas em mobilizar, para seus fins, o tipo de conhecimento que, ao longo do tempo, configurou o jornalismo como uma profissão”.

O conceito de mídia das fontes (SANT'ANNA, 2009) reforça tal argumentação sobre a atuação jornalística fora das mídias. Instituições que, na rotina de produção jornalísticas dos meios, ocupam o papel de fonte, passam a dispor de mídias próprias para circulação de conteúdos. Em alguns casos, “as rotinas de produção de informação foram definidas em manuais de redação” (SANT'ANNA, 2009, p.162), propondo e estabelecendo vínculos com uma audiência própria.

Mídias das fontes e assessoria de imprensa são estratégias diferentes que coexistem em algumas instituições. Sant'anna (2009) considera que além da “capacidade de informar à sociedade sem intermediários, um dos elementos que diferencia uma mídia das fontes de uma assessoria de imprensa são as rotinas produtivas internas” (p.161). Percebe-se que, mesmo no âmbito das fontes, há diferentes formas de atuação do jornalista.

Por outro lado, a transformação do jornalismo no âmbito das fontes tem, também, relação com as mudanças e a precarização do trabalho jornalístico, que diminui postos de trabalho, sobrecarregando os jornalistas.

A pesquisa “O perfil do jornalista e os discursos sobre o jornalismo. Um estudo das mudanças no mundo do trabalho do jornalista profissional em São Paulo”⁷, realizada pela ECA-USP com jornalistas associados do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, buscou a percepção dos profissionais quanto a precarização da atividade.

6 Busca no site <http://emec.mec.gov.br/> em dezembro de 2015, localizaram 424 cursos de graduação com habilitação em jornalismo em atividade no Brasil.

7 Dados disponíveis em: <http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wp/index.php/pesquisas/2009-2012/relatorio-pesquisa-perfil-dos-jornalistas-associados-ao-sindicato-de-sao-paulo-2/>. Acessado em: 18 de novembro de 2015.

27,1% dos participantes apontam “as mudanças no mundo do trabalho como principal causa”; 22,9% entendem que a “busca do lucro empresarial” resulta na precarização laboral. Para 47,6%, “as empresas precarizam as relações de trabalho para pagarem salários menores; para 35,6% é para economizar em encargos sociais”.

Além da precarização da atividade, ocorre a redução de vagas de trabalho nas redações das empresas midiáticas. O site *A Conta dos Passaralhos*⁸, disponibiliza a contagem de demissões de jornalistas brasileiros desde 2012. Segundo o levantamento, em 2012 foram 119 demissões. Seguidas de 386 em 2013. No ano seguinte foram 244 demissões e, até novembro de 2015, foram 670.

Com dados coletados em 2012 para a pesquisa Perfil do jornalista brasileiro (2013), Jacques Mick e Samuel Lima apontam que 75,6% dos jornalistas estavam empregados em 2012. 17% já atuaram como jornalistas, mas na época da pesquisa estavam trabalhando em outras áreas; 4,8% estão desempregados e 7,3% nunca atuaram como jornalistas.

Com base no mesmo levantamento, Mick (2013) apresentou dados discutindo a precarização do trabalho jornalístico. 66,30% dos profissionais trabalham em somente um emprego, 20,60% trabalham em dois lugares, 5,20 % em três, 1,2 % em quatro ou mais (2013, p.6). A busca por mais de uma atividade é um indício, segundo o autor, da baixa remuneração da categoria.

Ainda como forma de ter renda superior, a maioria dos jornalistas excede a carga horária permitida por lei (5 horas diárias). 43,3% trabalham entre 5 e 8 horas/dia; 45,1% mais de oito horas/dia; enquanto somente 11,6% atuam as 5 horas/dia previstas.

Outro aspecto abordado por Mick e Lima (2013) é o acúmulo de tarefas pelos profissionais. Ainda que existam funções específicas pelas quais são contratados, os jornalistas desempenham diferentes tarefas simultaneamente. “Mais da metade dos trabalhadores desempenham ao menos quatro tipos de atividades na mídia, e cinco tipos de atividade fora da mídia” (MICK;LIMA, 2013, p.9).

Por outro lado, não foi somente o fator profissional que aproximou os jornalistas da atuação no âmbito das fontes. Especificamente em instituições de terceiro setor, de desde a década de 1980, com a redemocratização do país, o jornalismo das assessorias de imprensa se tornou uma possibilidade de expressão. “Sedenta por liberdade, a sociedade brasileira não poderia deixar suas práticas sociais reféns de um modelo informativo restrito, fechado, podemos dizer, autoritário” (SANT'ANNA, 2009, p.143).

8 Disponível para acesso em: <http://passaralhos.voltdata.info/>. Acessado em: 10 de dezembro de 2015

Intensificou-se, a partir dessa época, a criação de novos canais de expressão e os jornalistas assessores de imprensa não ficaram fora dessa demanda de comunicação dos diferentes setores da sociedade brasileira. Essa ferramenta intensificou a comunicação de entidades com a sociedade, seja através da imprensa, seja por meios próprio de divulgação.

A intensa presença de jornalistas nas fontes de informação se justifica, também, pela mediatização das relações sociais (VERON, 1997, FAUSTO NETO, 2006). Somados aos aspectos laborais, discutidos até aqui, entende-se que a apropriação de tecnologias de comunicação pela sociedade tem impacto direto na atuação de jornalistas nas fontes, devido à necessidade de comunicação das entidades.

O processo de mediatização dissolve no tecido social as possibilidades de operar o comunicacional (FAUSTO NETO, 2006). Atores sociais, instituições e meios de comunicação passam a interagir a partir de espaços midiáticos (VERÓN, 1997). A partir dessa centralidade do midiático nas relações sociais, se estabelecem espaços de geração de sentidos, no qual os atores jornalísticos – dentre eles a assessorias de imprensa - também atuam, criando pontos de contato a partir de sua produção discursiva.

As instituições/fontes tem a necessidade de existir midiaticamente, uma vez que esse ambiente comporta interações sociais. A necessidade de profissionalizar a interação comunicacional da instituição atrai os jornalistas, que atuam na produção de conteúdo jornalístico. Ou seja, as fontes reconhecem a necessidade de profissionalizar suas relações comunicacionais e recorrem aos jornalistas para traçar estratégias e produzir conteúdos.

Uma atuação que se consolida no Brasil desde a década de 1980 – do jornalista atuando na fonte - se realiza agora em contexto de mediatização. O trabalho do jornalista de fazer operações jornalísticas a partir da fonte de informação passa, também, por reconhecer as especificidades da mediatização no delineamento de suas estratégias.

Mudanças do campo profissional, dentre elas a atuação dos jornalistas nas fontes, “poderão levar ao redesenho do que se entende por jornalismo” (MICK, 2015, p.19). A partir das mudanças no contexto laboral do jornalista – dentre elas o jornalismo nas fontes - , Jacques Mick (2008) considera possível a

reinvenção das notícias – com a proliferação de vívidos relatos produzidos por testemunhas de acontecimentos em blogs ou comentários ou a publicação de fotos de catástrofes que acabam de se dar diante das câmeras digitais – pode ser vista como um sinal de emergências de novas formas de compartilhamento de informação independentes (ou menos dependentes) do *mainstream* (p.44).

Conforme o mesmo autor, um jornalismo que se constrói aos olhos do público, menos dependente de uma mídia específica, menos linear, que não necessariamente vem de meios tradicionais.

1.3 NOTICIABILIDADE COMO MARCA DO DISCURSIVO DAS ASSESSORIAS

1.3.1 Característica do discurso jornalístico

O objetivo central da atuação das assessorias de imprensa é a participação – pela perspectiva da fonte – no discurso jornalístico. Como já citamos, a notícia pode ser considerada uma maneira eficaz de intervir no mundo (DUARTE, 2006). Essa intervenção se justifica pelas características do discurso jornalístico, pelo seu caráter de narração verídica do mundo. Uma narração que ocorre pela construção de um discurso a partir dos acontecimentos. A notícia, portanto, carrega uma capacidade simbólica que desperta interesse de diferentes setores da sociedade.

As notícias são para Miquel Rodrigo Alsina (2009) o principal produto jornalístico. Na definição proposta pelo autor, “a notícia é uma representação social da realidade quotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (idem, 2009, p. 299). Essa definição se sustenta se o processo de construção da notícia é compreendido em todos os seus aspectos. Como representação social e produção institucional e na inter-relação de três mundos: o mundo real, o mundo de referência, o mundo possível (ALSINA, 2009).

O mundo dos acontecimentos é aquele que o jornalista se depara por si ou pelas fontes no processo de apuração. Representa o mundo real que é avaliado para ser transformado, ou não, em notícia. “Para isso, o jornalista adota um modelo interpretativo a partir de um mundo de referência. Esse mundo de referência vai lhe permitir construir um mundo possível que, por sua vez, será a sua versão da realidade descrita” (idem, 2009, p.304). A partir do acontecimento, o jornalista formula hipóteses, uma interpretação dos fatos, procurará por dados que verifiquem e corroborem com essa proposta de interpretação. Ao selecionar o acontecimento, o jornalista realiza um trabalho baseando-se em “mundos de referência” pelos quais se pode “enquadrar o acontecimento de mundo real” (idem, 2009, p.308).

Para esse acontecimento do qual o jornalista se ocupa, procura-se um sentido a

partir das referências acessadas. O profissional recorre a outros acontecimentos, outros fatos e textos, busca possibilidades de dar sentido ao acontecimento real. Constrói, pela notícia, um mundo possível, um “mundo narrativo construído pelo sujeito enunciador, a partir dos outros dois mundos citados” (idem, p.310). Um mundo que, pelas referências utilizadas, deve ter verossimilhança com o real narrado.

Alsina (2009) propõe esse conceito de notícia a partir da compreensão construcionista do discurso jornalístico, que está diretamente ligado as representações sociais compartilhadas nas sociedades em que o jornalismo é produzido, circula e é consumido. Também, com o modo como o jornalismo é institucionalmente produzido.

No mundo real acessado pelo jornalista para construção noticiosa de um mundo possível – apropriando-se do que diz Alsina (2009) -, outros atores agem midiaticamente para construir os mundos possíveis. O jornalista tende a deparar-se com possibilidades diversas de construir discursivamente os acontecimentos. Dentre outros elementos, a fonte é um construtor de mundos pelas notícias e pelas assessorias de imprensa representa uma instância profissionalizada de relacionamento com a produção jornalística.

Nas redações, convivendo com essas e outras interferências, o uso da técnica narrativa jornalística pretende assegurar uma característica de isenção, um discurso de verdade, com referências de verossimilhanças para os acontecimentos, uma narração do real. Técnica que visa assegurar uma posição simbólica específica para o jornalismo na sociedade. Tal discurso não deve ser confundido, no entendimento de Fausto Neto (1991), com a narração de um fato em si, mas como um discurso produtor de tal realidade. O método de trabalho jornalístico, de “estruturação, organização e funcionamento dos significantes no discurso não se faz à base do ato mecânico de se 'abrir gavetas'”. Para Fausto Neto (1991), ao produzir o discurso sobre o acontecimento, o jornalista imerge “no campo da linguagem, mobilizando-a também consoante seus interesses, visando a determinados objetivos” (FAUSTO, 1991, p.26). Essa interpretação, construída a partir do discurso jornalístico, contribui para a compreensão da ação das fontes para participarem da construção noticiosa dos acontecimentos. O discurso jornalístico constrói a realidade com uma economia discursiva específica, baseado em critérios de noticiabilidade e valores-notícia. Critérios e valores que são compartilhados por atores envolvidos no processo de construção da notícia. Os valores que os jornalistas utilizam nas redações são assimilados por fontes. Institucionalizadas pelas assessorias de imprensa, as práticas jornalísticas são sistematicamente

incorporadas em operações de construção dos acontecimentos a partir dos discursos. Justamente por compartilhar elementos da cultura jornalística, conhecimento sobre o trabalho das redações, assessores que tem a formação de jornalista são priorizados para atuarem na função (FERRARETO, 2009).

Dentro do processo de construção das notícias, os atores visam à construção do acontecimento a partir de um lugar específico reservado à fonte. Fausto Neto (1991) aponta como característica do jornalismo a utilização da fala do outro. O jornalismo tem como operação discursiva tomar de empréstimos certos saberes e os manejar, lhe conferindo certa configuração (reportagem, notícia).

Essa enunciação jornalística ocorre a partir do uso de macro-códigos: “a língua, as matrizes culturais, as regras sociais, a ética e as ideologias”, e micro-códigos, “como, por exemplo, os dispositivos que são criados, internamente, no interior dos próprios meios de comunicação, como códigos particulares de onde devem ser manejados e mobilizados os instrumentos enunciativos” (idem, 1991, p.32). O exemplo citado pelo autor são os manuais de redação. No cenário de enunciação o jornalista 'manobra' códigos com o objetivo de construir objetos capazes de produzir ou ler a realidade. “O jornalista se depara com campos e saberes com os quais 'negocia' procedimentos de apropriação, para utilizá-los no processo de formalização dos discursos” (idem, p.33).

Os meios produtores de notícia utilizam mecanismos de inteligibilidade, “leis” e “regras” de construção que estão presentes em cada redação, ainda conforme Fausto Neto (1991). Assim, a gramática de produção é estruturada de acordo com um *script*, contatos, diálogos, contaminação de campos dos discursos. Na prática, por divisões de editorias, da diagramação e disposição das matérias, da elaboração da pauta, do uso de *box*, lide, gráficos entre outros. São mecanismos que constroem um discurso reconhecido socialmente como jornalístico.

Retomando a condição de 'relatador' de fatos, postulado por Fausto Neto (1991), verifica-se novamente a condição importante das fontes no processo de produção das notícias. Profissionalizadas para essa relação – via assessoria de imprensa -, as fontes tem a capacidade de também construir a notícia. Para isso, utilizam de diferentes ferramentas de inserção na cadeia produtiva das notícias, para que o jornalista considere suas posições sobre o acontecimento na construção noticiosa.

1.3.2 Acontecimento jornalístico socialmente reconhecido

Para ser construído como notícia, um acontecimento precisa do reconhecimento

social. Precisa ter um sentido no meio social em que ocorre para justificar sua entrada no campo de significação do jornalismo. Esta é a perspectiva de Alsina (2009), que considera o acontecimento um fenômeno social determinado histórica e culturalmente, fatos de transcendência social (idem, p.116). O autor estrutura sua reflexão sobre o acontecimento a partir da existência do sistema midiático e dos ecossistemas, presentes nas sociedades nas quais os meios atuam⁹. “O acontecimento jornalístico é toda a variação comunicada do ecossistema, através da qual seus sujeitos podem se sentir implicados” (idem, p.139). A definição das notícias – a partir das escolhas dos acontecimentos – não é atribuição exclusiva dos meios, tem relação direta, por essa visão, com o entendimento social sobre o acontecimento.

Um acontecimento jornalístico postula Alsina (2009), tem por características a) ser uma variação no ecossistema, b) ter comunicabilidade para o fato e c) implicação dos sujeitos. Pela primeira característica todo acontecimento está relacionado com o ecossistema. Ele só existe em função das regras existentes no espaço onde acontece. Assim, o acontecimento será a quebra da norma. Como segunda característica, o acontecimento precisa ser percebido, ser comunicado e a mídia tem essa capacidade de criá-lo como acontecimento jornalístico. Como terceira característica, precisa alcançar o público. Toda comunicação busca atingir alguém, se não há recepção ou reconhecimento desse 'comunicado' é nulo.

Definir o noticiável atribuindo noticiabilidade aos acontecimentos depende da própria compreensão da sociedade sobre os acontecimentos. “Podemos dizer que, de fato, o noticiável nos acontecimentos é uma valorização socialmente assumida, embora não seja necessariamente compartilhada” (idem, p.153).

Essa definição não se confronta com a noção construcionista das notícias. Os acontecimentos são construídos a partir dessa transcendência social, não se trata de uma imposição do acontecimento por si, mas também não se resume a uma construção maniqueísta dos fatos pelos meios. A seleção e a construção das notícias, portanto, se definem em processos.

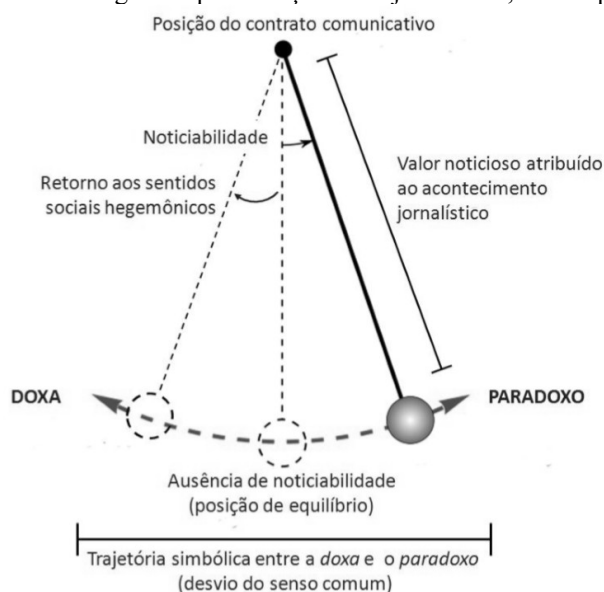
Na mesma direção, Marcos Paulo Silva (2013) propõe uma reflexão da construção cultural das notícias. Ele apresenta uma metáfora em que relaciona os acontecimentos jornalísticos, os critérios de noticiabilidade e valores-notícia com a noção de *doxa* da sociedade. Um pêndulo, fixado no contrato de comunicação (firmado

⁹ O autor utiliza as reflexões de Niklas Luhmann. LUHMANN, Niklas. A realidade dos meios de comunicação. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2011.

entre meios e seus leitores), move-se entre a *doxa*/senso comum e o *paradoxo* causado pelos acontecimentos, o que lhe garante a atribuição de valores-notícia. Ao romper com o senso comum, causando um paradoxo no que é culturalmente reconhecido, um acontecimento ganha valores que justificam sua construção como notícia. A natureza do acontecimento, ou seja, a capacidade de romper com o senso comum, exige da narração esforços para que ela retorne ao ponto simbólico de normalidade (*doxa* e senso comum).

Nesse ponto de retorno ao senso comum, outro acontecimento entraria em seu lugar e movimentaria o pêndulo, que partiria para o mesmo movimento. “Assim, com sua estética e seu método de abordagem da realidade, age simbolicamente na atenuação dos chamados paradoxos da sociedade por meio da disseminação de um sentido de ordenamento sistematizado do cotidiano” (idem, p.168) e a narração e explicação do paradoxo ocorre até que ele perca o interesse como pauta na mídia.

Figura 1 – Modelo gráfico para relação entre jornalismo, doxa e paradoxo



Fonte: SILVA, Marcos Paulo. In: *A construção cultural da narrativa noticiosa: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana*. Tese. Universidade Metodista de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. p.212

Na estrutura pendular de interpretação da notícia estariam presentes os seguintes elementos: **contrato comunicativo**, o ponto de apoio do pêndulo que está relacionado com a *doxa* e *paradoxo* vigentes em um contexto social e semiodiscursivo. A **noticiabilidade**, que está compreendida em “paralelo com a ideia de paradoxo cotidiano” (idem, p.214), ou seja, aquilo que gera ambiguidades e necessita de sentidos. O **valor notícia atribuído ao acontecimento**, que de modo pragmático pode ser

elencado em: quantidade de itens noticiosos envolvidos no acontecimento, proeminência do acontecimento (as fontes envolvidas, especialistas citados) e o volume de acontecimentos gerados secundariamente, em função do paradoxo do acontecimento. O **retorno aos sentidos sociais hegemônicos**, que é a realização de operações discursivas com vistas a retornar ao senso comum, para que o acontecimento seja substituído por outro de interesse. Por fim, **trajetória simbólica entre *doxa* e *paradoxo***, movimento simbólico realizado pelo pêndulo para retorno ao senso comum, elemento que “remete ao desvio que um acontecimento institui na regularidade do senso comum e o seu retorno a partir da atribuição da narração noticiosa de um sentido explicativo” (idem, p.215).

Essa metáfora e sua explicação reforça o modo de entendimento das notícias como uma construção social. Reforça o entendimento de que o discurso jornalístico alicerça sua noticiabilidade a partir do que é socialmente aceito e necessita de geração de sentidos, até que algo que foge a normalidade (paradoxo) seja ‘neutralizado’ e dê lugar a outro acontecimento.

Se referindo ao mesmo movimento de noticiabilidade dos fatos, Alsina (2009, p.139) usa o termo “variação”, de determinado “ecossistema”, pela qual “sujeitos podem se sentir implicados”. Dessa implicação gera-se a necessidade de construção noticiosa dos fatos, para se oferecer sentidos aos acontecimentos.

Por essas perspectivas, a noticiabilidade construída pelas assessorias de imprensa – assim como nos meios - estaria consolidada em contratos comunicativos, ou expectativas de um conjunto de leitores sobre certa publicação. A pretensão de oferecer às redações acontecimentos com potenciais de notícias se viabilizaria pelo compartilhamento de valores reconhecidos pelo senso comum de determinado contrato comunicativo do meio. Ou, construindo o acontecimento a partir do socialmente reconhecido, como propõe Alsina (2009). Nesse sentido estão alicerçadas as afirmações de que os assessores compartilham os valores dos meios, o que lhes garante sucesso no trabalho de pautar a imprensa. Uma notícia se constitui pela aceitação social do acontecimento. Ao assessor, cabe identificar esses acontecimentos no âmbito da fonte e construí-los jornalisticamente.

Pensar o papel da produção jornalística das assessorias de imprensa passa por reconhecer como se estabelecem os contratos comunicativos, os pontos de sustentação (usando a metáfora do pêndulo) que define a *doxa* adotada pela publicação. Nota-se que os autores convergem no sentido de compreender a notícia em relação ao senso comum

(SILVA, 2013) e o socialmente reconhecido (ALSINA, 2009). Os contratos comunicativos, por sua vez, podem estar fixados em diferentes contextos de reconhecimento social e senso comum. O que resulta em diferentes doxas para a produção das notícias.

Como caminho para compreender a produção noticiosa das assessorias de imprensa das entidades de defesa dos direitos humanos *Terra de Direitos*, *Conectas Direitos Humanos* e *Justiça Global*, passa por compreender quais contratos elas constroem. Movendo-se em ambiência midiaticizada, as assessorias de imprensa revelam estratégias discursivas que constroem contratos próprios, com públicos específicos. Sem, no entanto, perder de vista o relacionamento com a imprensa, na perspectiva de ocupar/participar de sua construção noticiosa.

1.3.3 A participação das fontes na construção da notícia

Ao refletir sobre a prática das assessorias de imprensa, é central definir a posição da fonte na construção das notícias. Parte da atividade de assessoramento é trabalhar no âmbito do assessorado (fonte) a sua relação com as redações. As estratégias desenvolvidas pelos assessores estão diretamente ligadas à proximidade e ao modo como se relacionam as fontes e os meios jornalísticos.

A característica do jornalismo como um narrador de fatos a partir de relatos das fontes, conforme Fausto Neto (1991), suscita o debate a respeito da relação das fontes com os jornalistas. Ainda que essa seja uma das naturezas do texto noticioso, existem fontes mais próximas dos jornalistas. Sousa (2002) destaca que as fontes:

não são iguais em posição. Não são iguais em poder. Não são iguais em relevância social. Não são iguais em poder de influência. Não são iguais nos meios que recorrem. Não são iguais no volume de produção de informação direcionada para os jornalistas, nem na qualidade das mensagens que emitem, etc. (p.58).

Essas diferenças estão também relacionadas com a rede informativa¹⁰, conforme postula Tuchmann (1983). Os próprios meios se organizam para monitoramento de fontes organizacionais, em locais nos quais – de acordo com os conceitos de notícia do mercado jornalístico - ocorrem acontecimentos com potencial de notícia. Pelo estudo de Tuchmann (1983), revela-se uma prevalência do uso das fontes oficiais, pela facilidade

10 O termo rede informativa se refere à rotinização do trabalho jornalístico, que estabelece relações com fontes e presença ostensiva em locais nos quais é mais provável encontrar as notícias; cria horários de produção; utiliza agências de notícia com relatos de diversos lugares do país (Tuchman, 1983, p.33), dentre outros fatores. Essa rotinização se estabelece como uma rede de produção informativa.

de acesso e pela valorização dos acontecimentos em que estão envolvidos.

É nesse sentido que as fontes também se organizam para participar da construção noticiosa dos acontecimentos, desenvolvendo ações de manejo das informações internas para torná-las noticiáveis, de acordo com o funcionamento das redações.

Outra categoria de fontes bastante utilizada - e que possui relação com os temas ligados aos direitos humanos - são as fontes especialistas. Assim como as demais fontes, são usadas para garantir a isenção e legitimidade do texto jornalístico, mas Silva (2013), citando Janet Steele (1990), alerta que o uso desse tipo de fonte com essa intenção – de legitimidade – pode representar dois equívocos com consequências éticas. Em primeiro lugar “a utilização de acadêmicos com a primazia de reforçar o próprio ponto de vista dos jornalistas” e em segundo lugar “o uso de *experts* como caução de uma ilusória premissa de imparcialidade no jornalismo” (SILVA, 2013, p.178 *apud* SETEELE, 1990, p.28). Com uma “aura de imparcialidade” os especialistas fazem constantes aparições na mídia para reafirmar obviedades, não com o intuito de problematização de temas de interesse social. Apresentam-se como externos, mas compartilham dos posicionamentos dos meios, falam o que os meios gostariam de ouvir.

No que se refere às diferenças enfrentadas pelas fontes na participação na construção das notícias, uma pesquisa realizada pela Andi (Agência de Notícias dos Direitos das Crianças), SEDH (Secretaria Especial de Direitos Humanos) e Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciências e a Cultura) ajuda a posicionar a participação das instituições de terceiro setor que atuam no campo dos direitos humanos. O levantamento realizado em 57 jornais brasileiros, publicados no ano de 2004, mostra que em 1315 textos que tratavam ou mencionavam o tema direitos humanos as fontes que mais aparecem são oficiais: 36,5%, enquanto as organizações da sociedade civil somam 9,2% (ANDI, 2006, p.305).

Sabe-se que a relação fonte e jornalista está demarcada fortemente pela característica dos acontecimentos, que podem tornar uma fonte mais importante que a outra, pela rotina de trabalho das redações, que viabiliza a participação de fontes em detrimento de outras. No entanto, o modo como se estabelece a rede informativa dos meios de comunicação e que se utilizam as fontes especialistas – como aparecem por vezes as fontes das entidades de defesa dos direitos humanos – restringe o acesso das entidades aos meios de comunicação.

As assessorias de imprensa representam um canal viável para que os jornalistas encontrem e consigam contato com as fontes de informação. Nas entidades analisadas,

percebe-se que mesmo tendo essa possibilidade de oferecer fontes que poderiam falar dos acontecimentos relacionados aos direitos humanos, esse acesso depende de fatores de rotina dos meios jornalísticos e do modo como o acontecimento é reconhecido socialmente.

1.3.4 Aspectos da midiatização na construção da notícia

Dentre os diferentes aspectos que determinam a noticiabilidade, como o papel das fontes, as rotinas produtivas, a natureza do acontecimento, pode-se recorrer ao fenômeno da midiatização dos acontecimentos realizada pelas assessorias de imprensa como um dos fatores que contribuem para a construção das notícias. Pela midiatização dos acontecimentos, as assessorias de imprensa buscam de interfaces com a mídia, o público e com o âmbito político. Tal quadro se materializa pelo modo como as assessorias operam seus suportes de veiculação de informações.

A própria existência do serviço de assessoria de imprensa demonstra o interesse da fonte em participar do discurso jornalístico. Ressalta-se o uso de dispositivos tecnológicos para essa interação com intuito de gerar noticiabilidade. Ou seja, ações das assessorias de imprensa com objetivo de despertar interesse na publicação de acontecimentos relacionados aos direitos humanos, a inserção das entidades como fonte dos meios, a divulgação do posicionamento das entidades sobre acontecimentos relacionados à sua atuação e que despertam interesse público. No caso das entidades de defesa dos direitos humanos *Terra de Direitos*, *Conectas Direitos Humanos* e *Justiça Global*, nota-se que parte dessa interação é feita pelo *site*, redes sociais na internet e *e-mail*.

Por meio de um questionário fechado respondido pelos assessores das entidades¹¹, obtiveram-se dados a respeito do uso do *site* institucional, redes sociais na internet e *e-mail*. Com a divulgação de notícias, constatou-se o objetivo de alcançar o público interessados e prioritários (*stakeholders*) no tema, as mídias e a participação nos debates políticos (*accountability*).

Todos os assessores enviam as notícias produzidas institucionalmente para jornalistas das redações dos veículos de comunicação, ainda que o envio do material para a imprensa ocorra de modos distintos. Na *Conectas Direitos Humanos*, o envio de

¹¹ O conteúdo completo do levantamento está publicado em: MOLETA, C.; BRONOSKY, M. E. . Assessoria de imprensa e direitos humanos: o uso do *site* institucional no alcance da agenda pública, midiática e política. In: Cintia Xavier; Felipe Simão Pontes; Carlos Morais.. (Org.). *Perspectivas da Pesquisa em Jornalismo: agenda, processos produtivos e atores sociais*. 1ed. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015, v. 1, p. 25-37.

conteúdos à imprensa é seletivo. De acordo com a característica do material, são avaliadas as características do texto produzido e o perfil das mídias antes de envio do relise. Os conteúdos, portanto, são diferentes em cada caso e nem todas as empresas jornalísticas recebem o mesmo material.

Na *Terra de Direitos*, o mesmo conteúdo publicado no *site* é remetido como relise e não há distinção entre as mídias que receberão a notícias. O material, portanto, é produzido para a página institucional da entidade e posteriormente enviado aos veículos de comunicação. Esse envio, no entanto, nem sempre ocorre e alguns materiais ficam restritos à publicação no *site*.

A *Justiça Global* avalia, em cada acontecimento, a necessidade de produzir textos específicos para serem enviados como relise. Em alguns casos, a mesma produção do *site* é enviada à imprensa.

O que fica identificado como prática dentro das entidades é a dupla preocupação na produção de matérias: além de publicá-las no *site*, os conteúdos também são enviados à imprensa, o que ocorre de modos distintos em cada uma delas.

Apesar da preocupação na produção e envio de material à imprensa, *Terra de Direitos* e *Justiça Global* não possuíam dados sobre a utilização de seus conteúdos na íntegra por meios de comunicação. A *Conectas Direitos Humanos* forneceu dados sobre matérias que foram utilizadas na íntegra por meios de comunicação e outras entidades¹². Em nenhuma das instituições há o controle de quantas matérias são utilizadas parcialmente para produção de notícias nas redações dos veículos.

O *site* institucional se constitui – na perspectiva dos jornalistas das instituições pesquisadas – como meio capaz de chegar às audiências específicas. Apesar de não disporem de dados detalhados sobre os acessos, como público específico e perfil socioeconômico, as páginas possuem um alcance que vai além do público interno. Na *Terra de Direitos* o número médio de acesso foi de 16.813,75 ao ano¹³. A *Conectas Direitos Humanos* o acesso mensal de 44.190 mil¹⁴. A *Justiça Global* informou não autorizar a divulgação das informações de acesso do *site*. Além disso, parte do conteúdo

12A Conectas Direitos Humanos, única instituição que possui o controle, apresentou os seguintes dados: 63 textos foram reproduzidos na íntegra em veículos de comunicação entre os meses de janeiro a novembro de 2014. 12 textos foram reproduzidos na íntegra em *sites* de outras entidades, também no período de janeiro a novembro de 2014. Em todo o ano de 2014 a entidade publicou em seu *site* o total de 177 publicações, segundo levantamento realizado pelo autor.

13 Dados do período de 31 de outubro de 2013 a 31 de outubro de 2014, fornecidos pela Terra de Direitos.

14 Dados do mês de setembro de 2014, fornecidos pela Conectas Direitos Humanos.

circulou em redes sociais na internet¹⁵, como forma de alcançar audiência. As redes sociais também receberam conteúdo exclusivo, que não foi produzido para o *site* nem como relise enviado à imprensa.

A veiculação de matérias em seu espaço *online* (*site* e redes sociais na internet) pode alcançar, na visão dos assessores, as mídias e contribuir em debates políticos, e representa um potencial amplo de chegar a um público interno e externo.

Sobre o objetivo da publicação das notícias no *site*, o assessor de uma entidade, dentre as três, realiza a publicação com o objetivo de oferecer o tema para a mídia (para compor a agenda midiática). A utilização dos materiais na íntegra por meios de comunicação e a contestação de publicações da mídia são objetivos, também, de uma das entidades.

Todos os assessores responderam que o objetivo da publicação no *site* é de informar o público interno, externo e de contribuir em discussões políticas. Apenas uma entidade revelou admitir a hipótese de usar um questionamento/solicitação da mídia para produzir um conteúdo próprio para ser publicado no *site*. Ou seja, usar temas dos quais são perguntados pelos jornalistas externos como pauta para produção no *site* da entidade.

Percebe-se que nas três instituições pesquisadas há interesse de produzir notícias em espaços *online*. O *site* institucional se apresentou como o principal meio de veiculação de notícias da entidade, capaz de alcançar seus públicos internos e a imprensa. Para o contato direto com as redações, o *e-mail* é a ferramenta utilizada, com envio de materiais publicados no *site* ou elaborados especificamente para os jornalistas.

1.4 NOTICIABILIDADE

1.4.1 Clareza conceitual da noticiabilidade

O conceito de noticiabilidade servirá de aporte para a análise dos discursos das assessorias de imprensa. Sua utilização como fundamento teórico deve considerar, porém, a complexidade da utilização do conceito e os desafios metodológicos decorrentes da escolha. Isso porque o modo de produção das notícias, a definição de critérios para decidir o que será noticiado, não são temas encerrados com uma sistematização conceitual direta e estanque, uma vez que estas operações não ocorrem de modo homogêneo nas instâncias de produção noticiosa. A complexidade do objeto

15 As três instituições pesquisadas mantêm contas nas redes sociais na internet: *Twitter* e *Facebook*.

notícia, caracterizado como um produto cultural e socialmente construído torna o desafio de conceituá-lo igualmente complexo. Carlos Eduardo Franciscato (2014), partindo da complexidade do objeto notícia, aponta dois motivos centrais para esta dificuldade em apreender teoricamente tais conceitos:

Primeiro, porque o objeto em si oscila em seus próprios contornos: a notícia só existe vinculada a um evento que parece externo, mas que configura e é configurado por ela; segundo, porque os modos de operar esta relação notícia-evento variam tanto em relação aos critérios que os jornalistas usam para reconhecimento e nomeação dos eventos, quanto em relação aos modelos teórico-metodológicos que as pesquisas em jornalismo aplicam para apreender, nomear e definir notícia, bem como explicar seus processos de formulação (FRANCISCATO, 2014, p.91)

Pela natureza complexa da notícia – sua relação com o acontecimento em si e seus processos de construção e circulação – é que se busca clareza nas definições de quais critérios de noticiabilidade já sistematizados são de fato válidos nas pesquisas na área. Além disso, como diferenciar momentos da produção que por vezes se confundem e são usados como sinônimos – seleção das notícias, valores-notícia e noticiabilidade.

Silva (2014a, p.123) sistematiza um modelo hierárquico de influência sobre o conteúdo noticioso. O autor utiliza Shoemaker e Resse (1996) e aponta cinco níveis de influência na construção da notícia, que partem de uma menor escala, do indivíduo, até a esfera social. Estas influências se dão na seguinte ordem: individuais, das rotinas produtivas, organizacionais, extra-organizacionais e do sistema social (ideologia). Estes fatores terão importâncias diversas na construção da notícia e somente poderão ser precisados em estudos que captem de maneira particular a sua realização, isso porque os “parâmetros que balizam a atividade noticiosa se estabelecem por meio de elementos operacionais (como as relações fronteiriças estabelecidas entre os jornalistas e as fontes) e simbólicos (*deadlines*, premissas de objetividade, critérios de noticiabilidade, entre outros.)”, (idem, p.124). Isso leva a entender que cada produtor de notícias terá um modo específico de manejo de suas tarefas e, portanto, valores-notícia e fatores de noticiabilidade específicos, ainda que muitos sejam compartilhados.

Guerra (2014) chama atenção para a participação da audiência na definição do que é noticiável por determinado meio. O autor aponta o papel mediador do jornalismo, o que o caracteriza como sendo um serviço que se realiza em função de uma determinada audiência. “O objeto da informação são os dados da realidade, os fatos, sobre os quais se aplicam os valores-notícia; a oferta de informações está motivada pela expectativa da audiência, que gera valores-notícia” (Guerra, p.42-43, 2014). Dos

diversos produtos jornalísticos, as audiências também são diversas e geram suas demandas específicas aos meios. Por esses aspectos, pode-se notar que diferentes fatores determinam o que é noticiável.

Outro aspecto que precisa ser levado em conta em estudos sobre a noticiabilidade é a clareza na utilização dos conceitos. Gislene Silva (2014) propõe três instâncias para discutir noticiabilidade: na origem dos fatos, no tratamento dos fatos e na visão dos fatos (p. 51). É como dizer que a noticiabilidade se materializa em critérios e operações que estão presentes na seleção e na construção das notícias. A seleção remete ao conceito de *gatekeeping* e, para autora, essa etapa é marcada pela orientação dos valores-notícia. A tarefa de selecionar os acontecimentos que serão noticiados, porém, é sucedida por tarefas de hierarquização e escolhas que serão realizadas em todo o processo de construção da notícia – como estudos do *newsmaking* demonstram (TRAQUINA, 2005; WOLF, 1987). Pode-se dizer que os critérios são aplicados na avaliação do acontecimento em si e no processo de elaboração da notícia. Ainda que os valores-notícia estejam presentes no tratamento dos fatos, eles são características da seleção noticiosa. A noticiabilidade na visão dos fatos tem relação direta com a ética e epistemologia do jornalismo, que se mantém como fator de noticiabilidade independente das diferentes realidades produtivas. Ou seja, tem relação com a cultura profissional compartilhada dos jornalistas.

A diferenciação de valores-notícia de seleção e construção já foi realizada por autores como Traquina (2005) e Wolf (1987), a preocupação de Gislene Silva (2014), no entanto, é metodológica. Ela aponta que:

É no percurso dessa longa cadeia produtiva da notícia que devemos investigar a rede de critérios de noticiabilidade, compreendendo noticiabilidade (*newsworthiness*) como todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo de produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa, de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (SILVA, p.52, 2014).

Investigar a noticiabilidade, na perspectiva da autora, ocorre por uma abordagem das notícias considerando os diferentes aspectos que envolvem sua produção, na origem, tratamento e visão dos fatos. Tal diferenciação permitiria uma apropriação correta dos conceitos.

1.4.2 Principais critérios de noticiabilidade

A partir dos autores citados, entende-se o conceito de noticiabilidade composto por critérios que se materializam (valores-notícia) e servem como guias da tarefa jornalística em, basicamente, duas etapas: seleção e construção da notícia. Noticiabilidade seria um processo mais amplo que vai se materializando de acordo com o perfil dos profissionais e com o ambiente organizacional de produção da informação. Wolf (1987) sintetiza noticiabilidade como “um conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e tipo de informação, dentre as quais a que seleciona notícias” (p. 1987, 173). O conceito de noticiabilidade, então, tem relação direta com os valores-notícia. Ressalta-se, com base nos autores, que estes conceitos não estão apenas na seleção da notícia, mas no processo de “organização e produção rotineira” (idem, p. 162) dos produtores de notícia. O que é noticiabilidade em determinado produtor de informação, portanto, vai se confirmar em um “conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos” e dentro da lógica de produção “tudo o que não corresponde a estes requisitos é excluído por não ser adequado as rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional”, (Wolf, p.168, 1987).

Seguindo uma linha semelhante, Traquina (2005) define a noticiabilidade como:

o conjunto de critérios e operações que forneçam a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento ou assunto é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo valor-notícia, (TRAQUINA, 2005, p.63)

O autor ressalta que a noticiabilidade é negociada e uma visão rígida das operações jornalísticas é 'desviante', pois há margens de flexibilidade nesse processo.

Isto é, o produto jornalístico parece ser resultado de uma série de negociações, pragmaticamente orientadas, que tem por objeto o que é publicado e como é publicado no jornal e o que é transmitido e o modo como é transmitido, o noticiário ou no telejornal (idem, p.171).

Para Gay Tuchman (1983), um elemento a se destacar na noticiabilidade de determinado meio é a construção da notícia também como uma relação entre instituições. Para a autora, esta relação não se dá de modo conflituoso, quer dizer, o jornalismo cumpre um papel de instituição ao realizar, a sua maneira, a manutenção do *status quo*. Ainda que os conflitos sejam pontuais, isso não torna a notícia um produto pacificado, no sentido de um texto que não causa conflitos, trata-se de um “produto de

recursos culturais e de negociações ativas” (p.17). Reconhece, também, a participação do público na definição do que é noticiável, já que os “itens precisam ser julgados pertinentes por quem fala e escuta para serem noticiados” (TUCHMANN, 1983, p. 20).

Condições de produção, perfil dos jornalistas, características da audiência, fontes envolvidas e suas ações para construir as notícias, perfil do acontecimento são fatores de noticiabilidade que orientam a definição de acontecimentos noticiáveis e de como eles serão trabalhados discursivamente.

1.4.3 Valores-notícia

O funcionamento da organização jornalística depende de valores-notícia definidos e conhecidos dos jornalistas. Estes valores ou critérios têm relação direta com demais aspectos da produção da notícia e podem ser considerados como uma materialização dos valores de uma organização, que se torna palpável através de um conjunto de procedimentos que são operacionalizados na produção de cada material jornalístico. Faremos agora uma revisão dos principais valores-notícia elencados e discutidos por autores como Traquina (2005), Wolf (1987) e utilizaremos uma sistematização dos valores apontados por estes autores com base no trabalho de Marcos Paulo da Silva (2014b). Considera-se, ao elencar estes critérios, a divisão do momento da seleção do acontecimento e da construção da notícia, como propõe Wolf (1987).

Como definição conceitual Traquina (2005) aponta o valor-notícia como elemento central da cultura do jornalismo que “determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo valor-notícia”, (p. 63). Em *Teorias do Jornalismo* (2005) ele sistematiza nove critérios de noticiabilidade a partir, principalmente, de Wolf (1987), Galtung e Ruge (1965) e Ericson, Baranek e Chan (1987).

Para Mauro Wolf (1987), os valores-notícia são como uma resposta para a pergunta “quais acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia?” (p.173). Sua aplicação na seleção e produção das notícias ocorre com “diferentes combinações que se estabelecem entre diferentes valores/notícia que recomendam a seleção de um fato” (idem, p.173). Estes critérios existem para permitir uma seleção rápida, quase 'automática', com um 'certo grau de flexibilidade' e comparação, (idem, p.175), deve ser defensável e pouco suscetível a impedimentos.

Bastante citadas e utilizadas em trabalhos que focam na noticiabilidade, os critérios estabelecidos por Traquina e Wolf foram organizados por Marcos Paulo da Silva (p.82, 2014b). Ele divide os critérios em três eixos: **valores-notícia de seleção: critérios substantivos** (notoriedade, morte, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito, ou controvérsia, infração, escândalo), **valores-notícia de seleção: critérios contextuais** (disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso) e **valores-notícia de construção** (Simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização, consonância).

Valores-notícia de seleção: critérios substantivos

Notoriedade: o destaque da fonte da informação ou do (s) indivíduo (s) ligados ao acontecimento é determinante para a seleção de um acontecimento noticioso.

Morte: “Onde há morte, há jornalistas” (TRAQUINA, 2005, p.79). A afirmação de Traquina resume bem este valor-notícia, que pode ganhar ainda mais força caso o acontecimento que envolva outros valores.

Proximidade: além de uma proximidade geográfica do acontecimento, uma proximidade cultural, no reconhecimento de determinado evento, são fatores da seleção de um acontecimento noticioso.

Relevância: quanto um fato está ligado a vida de uma pessoa ou quanto impacto tem sobre ela são considerados ao selecionar acontecimentos.

Novidade: ainda que um fato tenha outros valores agregados, é preciso algo novo para selecioná-lo.

Tempo: tem dois aspectos. Um ligado a atualidade do acontecido, algo que acaba de ocorrer ou uma efeméride que pelo aspecto tempo (aniversário, por exemplo) se justifique, e outra pela dilatação do tempo de determinado acontecimento como notícia.

Notabilidade: a capacidade de um acontecimento ser notado como notícia, sua tangencialidade. Pode ser pelo número de pessoas, inversão de papéis, insólito, excesso/escassez.

Inesperado: acontecimentos inesperados, que irrompem e surpreendem, tem valor na seleção de eventos.

Conflito, ou controvérsia: debates e discussões, acontecimentos com posições claramente divergentes, são valorizadas na seleção.

Infração: acontecimento s como crimes e atos que subvertem o previsto recebem valorização como notícia.

Escândalo: acontecimentos com repercussão de escândalo ligados a infração, adquirem

valor-notícia.

Valores-notícia de seleção: critérios contextuais

Disponibilidade: diz respeito ao acesso aos dados e ao acontecimento em si.

Equilíbrio: a busca do equilíbrio, no sentido da diversidade de assuntos noticiosos a serem abordados em determinada edição ou produto é convertida para critério de seleção de acontecimentos.

Visualidade: a possibilidade de gerar imagens que despertem atenção na audiência e que possam ajudar na interpretação dos fatos é determinante como valoração do acontecimento.

Concorrência: o que os veículos concorrentes estão produzindo e publicando torna-se fator importante para a classificação de determinado acontecimento ser ou não selecionado.

Dia noticioso: a quantidade e qualidade dos acontecimentos de determinado dia são fator que interfere na decisão de selecionar ou não um acontecimento. Se há poucos acontecimentos com potencial noticiável, eventos com menos valores pode ser selecionados.

Valores-notícia de construção

Simplificação: remete a complexidade da cobertura. Quanto mais complexo for um acontecimento, menor a possibilidade de se tornar notícia. A tarefa do jornalista é tornar a notícia menos ambígua, tornando o acontecimento mais claro por meio da notícia, condição mais difícil de ser alcançada em eventos complexos.

Amplificação: quanto maior a capacidade do acontecimento ganhar destaque, ser ampliado durante sua construção, maior a possibilidade de ser notado.

Relevância: é a possibilidade de determinado acontecimento fazer sentido ao leitor, aspecto que deve ficar evidente na construção da notícia.

Personalização: “pessoas gostam de pessoas” (TRAQUINA, 2005, p.91). Trata-se de valorizar a pessoa envolvida para construir a notícia.

Dramatização: é o reforço da natureza de conflito de determinado evento, optando por um aspecto mais emocional do acontecimento.

Consonância: consiste na vinculação da notícia de determinado acontecimento a uma narrativa que o público já conhece, o que favorece que seja notada.

A partir dessas sistematizações, temos um panorama de valores-notícia compartilhados por pesquisadores do campo jornalístico. Realizamos essa sistematização reconhecendo, como apontamos no texto, que não há definições globais

para os valores e que sua aplicação não é unidirecional e determinista. No entanto, é possível traçar com estes dados um panorama dos estudos desta área.

2 - ASSESSORIAS EM TEMPOS DE MUDIATIZAÇÃO

2.1 TRANSIÇÃO: DE PASSAGEM A PERSONAGENS

Como categoria profissional, os jornalistas asseguraram a função de assessores de imprensa com a prerrogativa de ser uma instância que, baseada em critérios jornalísticos, estabelecerá relações com os jornalistas e meios de comunicação em nome da fonte. Além dessa atividade prioritária, cabe ao assessor de imprensa a produção de materiais de comunicação para atender seus públicos internos.

Essa atividade central do assessor de imprensa o vincula diretamente com os meios de comunicação, capacitados a realizarem a mediação com os públicos. Para Chaparro (1996), o trabalho do assessor de imprensa está diretamente vinculado aos meios jornalísticos, já que:

o público da assessoria de imprensa não é o leitor ou telespectador final. O seu público é o jornalista das redações, em especial aquele que tem capacidade e autoridade para decidir o que deve ser transformado em pauta ou notícia. É ele que, com seus critérios, garante credibilidade ao processo, e isso, além de respeitado, deve ser preservado pelas próprias assessorias de imprensa (CHAPARRO, 1996, p.12).

Em suas lógicas de funcionamento, consolidadas desde a década de 1980, as assessorias de imprensa utilizaram técnicas para atender as demandas dos meios, seguindo critérios jornalísticos. Essa tendência se fortalece com o processo de modernização das assessorias de imprensa no Brasil, na década de 1980 (CHAPARRO, 2006). As ações da assessoria de imprensa se organizam para estabelecer uma relação fonte-imprensa.

Enquanto forma discursiva pode-se dizer que as assessorias de imprensa carregam as mesmas lógicas dos meios de comunicação. É uma espécie de contrato entre ambos. As fontes se qualificam para participarem da construção da notícia, apostando na centralidade dos meios na relação com os públicos.

O fluxo comunicacional da sociedade em vias de midiatização, no entanto, complexifica essa relação *fonte – meios* ao integrar operações discursivas de atores individuais, instituições e meios, como propõe Eliseo Verón (1997) em esquema de análise da midiatização, apresentado mais a frente. No que se refere à produção discursiva jornalística e a perspectiva de oferecer/gerar sentidos sobre acontecimentos, meios e assessorias não se restringem a relações de bilateralidade, por estarem localizadas em um fluxo mais amplo no qual se dá a circulação e a significação das mensagens. Nesse fluxo, suas operações ganham uma nova racionalidade discursiva,

uma nova linguagem. Os modos de construção noticiosa se estabelecem em um novo ambiente, o da midiaticização.

Seguindo a leitura feita por Antônio Fausto Neto (2006) sobre os meios dentro de um cenário midiaticizado, as assessorias de imprensa não são somente zonas de passagem de conteúdos. Assumem um espaço de personagens e atuam na articulação entre meios, instituições e atores sociais. De um campo específico de mediação, responsável pela “gestão dos discursos” e atos de linguagem que “repercutem sobre o conjunto dos outros domínios da experiência e sobre os campos sociais que exercem sobre eles o seu domínio competente” (RODRIGUES, 1999, p.26) – o que marca uma relação assessoria-meios -, na sociedade em vias de midiaticização as práticas comunicacionais são absorvidas por instituições, atores sociais e individuais em diferentes campos sociais. Em um processo constante, não linear e por sua natureza inacabada, processual, tecnologias são convertidas em meios de sociabilidade e geram uma racionalidade e linguagem própria (FAUSTO NETO, 2006).

Relações comunicacionais menos lineares, bastante presentes e representadas pela internet, são realizadas por fluxos – deixando de lado cada vez mais “protocolos clássicos” - que marcam o processo de midiaticização.

Nestes termos, a sociedade na qual se engendra e se desenvolve a midiaticização é constituída por uma nova natureza sócio-organizacional na medida em que passamos de estágios de linearidades para aqueles de descontinuidades, onde noções de comunicação, associadas a totalidades homogêneas, dão lugar às noções de fragmentos e às noções de heterogeneidades (FAUSTO 2006, p.3).

Essas relações complexificam a ordem social fazendo “funcionar um novo tipo de real, e cuja base das interações sociais não mais se tecem e se estabelecem através de laços sociais, mas de ligações sócio-técnicas” (idem, p.4). A midiaticização se processa em cenário de mudanças sociais pelas quais todos os campos são atravessados.

Ampliam-se ofertas de comunicação via meios tecnológicos – realizando interações usando um meio técnico -, e se valorizam cada vez mais as relações por meio das mídias, criando um modo de existência humana de acordo com estas tecnologias. Esta valorização resulta em um novo modelo de vida, descrito por Sodré (2006) como *bios* midiático. Para fazer esta conceituação, ele parte dos três modos de vida existentes e conceituados por Aristóteles como existentes na *Pólis* – o *bios theoretikos* (vida contemplativa), *bios politikos* (vida política) e *bios apolaustikos* (vida prazerosa) – para sugerir, com o advento da midiaticização, a vida em uma nova *bios*, a midiática (SODRÉ, 2006, p.22). A partir dessa conceituação, Fausto (2006) descreve que a “midiaticização da

sociedade seria combinatória de conhecimentos e operações estruturadas nas formas de tecnologias de informação que criam novos ambientes e nos quais se produzem novas formas de interações”, tais formas de sociabilidade extrapolam as relações somente comunicacionais, mas “tem como referências lógicas e processos discursivos voltados para a produção de mensagens” (FAUSTO, 2006, p.9).

Enquanto prática social, a midiaticização atravessa transversalmente a sociedade – uma vez que transcende todos os campos. Ou seja, a apropriação de tecnologias de sociabilidade é realizada por diferentes instituições e atores sociais. Fausto Neto (2006) reitera que é nesse ambiente que se constrói a própria realidade. As relações incorporam um elemento tecno-discursivo. As conversas pessoais, por exemplo, são realizadas por meios técnicos, manifestações que historicamente se realizaram nas ruas são feitas por tecnologias midiáticas. Os modos como as pessoas se relacionam, como as sociedades se organizam, portanto, criam um novo ambiente no qual a realidade passa a se construir.

A sociabilidade marcada transversalmente por operações técnicas gera uma racionalidade de linguagem, se converte em discursividade. Nos processos da midiaticização são realizadas “operações de sentidos com vistas à produção de outras operações de sentido, cujos mecanismos e agentes de produção não se deteriam em suas fronteiras” (idem, 2006, p.10). Os discursos estão relacionados com os processos sociais, que são realizados por operações midiaticizadas e criam as próprias condições de construção discursiva.

É nessa perspectiva que devem ser levadas em conta as linguagens, que dotadas de materialidade específica, que é a forma da matéria significante, e subordinadas a processos de produção inerentes à própria economia discursiva da midiaticização - põem a midiaticização em processo, voltados para o seu funcionamento e operando aquele de outras práticas sociais (idem, p.10-11).

Tanto a midiaticização como prática de linguagem, quanto prática social operam em zonas de alta complexidade e não se restringem a atender um fim, como os meios – um campo autônomo de mediação (RODRIGUES, 1999) -, e constroem a própria vida social.

a midiaticização enquanto prática social-prática do sentido, ultrapassa o território específico dos meios enquanto limites explicativos, mas retoma os meios no interior de uma nova complexidade, fenômeno engendrado pelo aparecimento de tecnologias subordinadas a lógicas de ofertas e a processos de apropriação social. Nessa perspectiva é que a midiaticização articula essas duas dimensões-transversalidade e relacionalidade. Pois tanto técnica quanto linguagem são dispositivos mais complexos agindo e construindo a própria vida social, diferentemente da noção em que os meios são entendidos como

instrumentos a serviço de uma causa (FAUSTO NETO, 2006, p.15).

Inserido nesse movimento complexo, de uma prática social que cria uma racionalidade – linguagem –, a midiatização oferece condições específicas de geração de sentidos. Com a “intensificação de tecnologias voltadas para processos de conexões e de fluxos” (idem, p.9) se altera a vocação dos meios de transportadores de sentidos. As condições de sociabilidade – guiadas por operações sócio-técnicas – criam um fluxo no qual diferentes campos se envolvem na geração de mensagens e de sentidos. E “nada existiria fora, portanto, dessa nova conformidade, como possibilidade geradora de sentidos”, (idem, p.3).

Neste cenário em que práticas sociais são fortemente atravessadas por operações técnicas, fragmentando em diferentes campos as possibilidades de manejo do comunicacional, criando uma racionalidade discursiva própria, um fluxo (Figura 2) proposto por Eliseo Verón (1997) é explicativo. Ele nos ajuda na análise de como se estabelecem afetações e a processualidade da midiatização e como se articulam os diferentes campos na produção, circulação e consumo de mensagens.

Figura 2 – Esquema para análise da midiatização

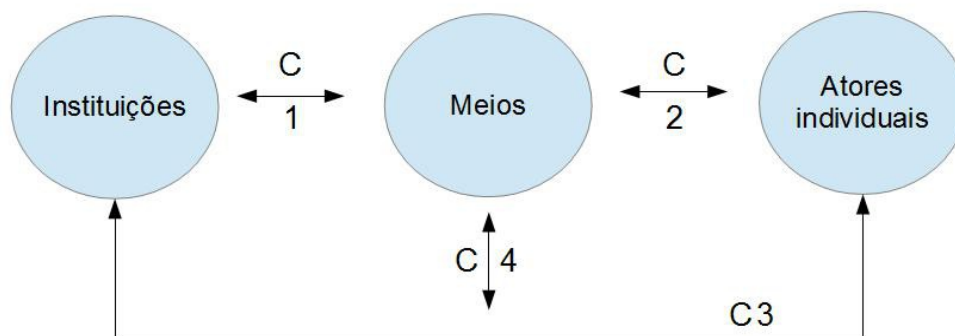


Figura 2 – Esquema para análise da midiatização Fonte: Esquema para el análisis de la mediatización. In: *Revista Diálogos de la Comunicación*. Lima: Felafacs, 1997

Verón propõe o esquema como um aporte na análise da complexidade de fenômenos da midiatização. “Nessa configuração não há processos lineares entre uma causa e um 'efeito'; encontramos-nos frente a um emaranhado de circuitos de *feedback*. As flechas duplas tem o objetivo de sugerir essa complexidade” (VERÓN, 1997, p.14). Ele propõe a centralidade dos meios articulando-os com instituições, consideradas aquelas que não têm objetivo central de meios de comunicação, e atores individuais,

classificados como “membros de uma sociedade” inseridos em relações sociais.

Fausto Neto (2006) considera que o fluxo representa as zonas de afetação ou de produção de processos de mediação demarcadas nas quatro flechas de duplo sentido. Elas representam “a relação dos meios com as instituições (dupla flecha 1); a relação dos meios com os indivíduos (dupla flecha 2); a relação das instituições com os indivíduos (dupla flecha 3) e a maneira pela qual os meios afetam as relações entre as instituições e os indivíduos (dupla flecha 4)” (FAUSTO NETO, 2006, p.11).

Presentes em cada flecha que indica um fluxo, os 'Cs' representam coletivos que se formam a partir dos atos de comunicação. Ao produzir coletivos, cria-se “quadros identitários que agrupam aos atores individuais” (VERÓN, p.14) o que é tema central na análise da mediação.

Além do aporte para análise de fenômenos mediados, esse fluxo é representativo da alteração da sociedade dos meios para sociedade em vias de mediação. Ocupando papel central no esquema de Verón (1997), os meios criam articulações diretas com os demais campos sociais, que por sua vez também são diretamente relacionados com a discursividade mediada. No esquema, Verón os diferencia das demais instituições, mas sua centralidade não está relacionada com sua condição de mediador dos demais campos. Nesse cenário construído a partir de usos tecnológicos, Fausto Neto (2006) aponta que eles exercem outros modos de interação.

A intensificação de tecnologias voltadas para processos de conexões e de fluxos vai transformando o estatuto dos meios, fazendo com que deixem ser apenas mediadores e se convertam numa complexidade maior – de um ambiente com suas operações – e as suas incidências sobre diferentes processos de interações e práticas, em decorrência da existência da mídia, assim considerada como algo mais complexo do que sua vocação, classicamente colocada, a de “transportadora de significados” (p.8)

As reflexões expostas até aqui contribuem para a compreensão dos possíveis fluxos e interações no ambiente mediado. Caracterizam essa ambiência como espaço de interação e articulação de sentidos, mais do que passagem e transporte de significados. Tal conceituação contribui para localização das assessorias de imprensa das entidades de defesa dos direitos humanos aqui pesquisadas nesses fluxos.

2.2 PROCESSO DE MEDIAÇÃO NAS ASSESSORIAS PESQUISADAS

Adotando esse esquema de análise e o conceito de mediação aqui exposto, retomamos a reflexão sobre práticas de assessoria de imprensa, com o objetivo de investigar como elas atuam nesses fluxos midiáticos. Um primeiro procedimento é

localizar as assessorias de imprensa nesse fluxo. Ainda que assessores sejam utilizados por atores individuais como artistas, atletas, políticos, considerando esse fluxo, concentra-se a reflexão nas assessorias de imprensa de instituições. Primeiramente porque estão relacionadas ao nosso objeto de análise. Em segundo lugar, porque igualar assessorias de instituições com as assessorias de atores individuais poderia desvirtuar o esquema, já que eles são colocados como atores inseridos nas relações sociais e representam a possibilidade de interação social com os meios e instituições. Cidadãos que contam com assessorias de imprensa, nesse caso, estariam mais próximos das instituições ou dos próprios meios.

Dentre as instituições, diversos segmentos como sindicatos, ONGs, partidos políticos, igrejas, empresas, entre outros possuem assessorias de imprensa. A reflexão é feita a partir das três instituições de terceiro setor ligadas a área de defesa dos direitos humanos: *Terra de Direitos*, *Conectas Direitos Humanos* e *Justiça Global*, que compõe o objeto de análise nessa dissertação.

Partindo da premissa de que assessorias de imprensa são, dentro das instituições, organismos competentes para a produção de conteúdos jornalísticos¹⁶. Diante do fluxo estabelecido pela midiatização, são elas quem planejam e operam estratégias de participação nas zonas de afetação criadas pelos processos midiatizados.

Na perspectiva de que os meios estabelecem um fluxo direto com atores individuais, as instituições criam mecanismos para receber demandas e participar da produção noticiosa que os meios oferecem aos atores – pensando especificamente as assessorias de imprensa. Em um ambiente midiatizado, as assessorias usam espaços *online* (assim como as redações e os usuários usam a rede para produzir notícia e se informar) para se relacionar com os jornalistas.

Dentre as três entidades analisadas, os espaços utilizados nos *sites* para manter relações com as mídias são distintos. O *Conectas Direitos Humanos* disponibiliza um espaço específico de “contato para jornalistas”¹⁷. Estão disponibilizados endereços eletrônicos e telefones fixos e móveis dos assessores. Eles indicam também um endereço de *e-mail* para cadastro de jornalistas e indicam aos profissionais que 'curtam' e 'sigam' perfis em redes sociais na internet “onde cada vez mais são divulgadas declarações, comentários, análises, fotos e pautas em primeira mão”.

16 Frisamos nosso foco na produção jornalística, da assessoria de imprensa, sem ignorar que muitas organizações adotam assessorias de comunicação, que englobam relações públicas, publicidade e propaganda e assessorias de imprensa que atuam de modo integrado.

17 Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/acoes/midia> Acessado em: 10 de junho de 2015

As entidades *Justiça Global* e *Terra de Direitos* não disponibilizam em seus *sites* um espaço exclusivo para jornalistas ou para assuntos relacionados à comunicação. No caso da *Justiça Global*, há uma página de Arquivo¹⁸, onde se disponibiliza um espaço Imprensa, que arquiva todos os dados que envolvem a entidade e de que forma foram publicados na imprensa. Não há *e-mail* ou formulário de contato específico dos assessores ou do setor de comunicação.

Figura 3 - Página principal do site da *Justiça Global*

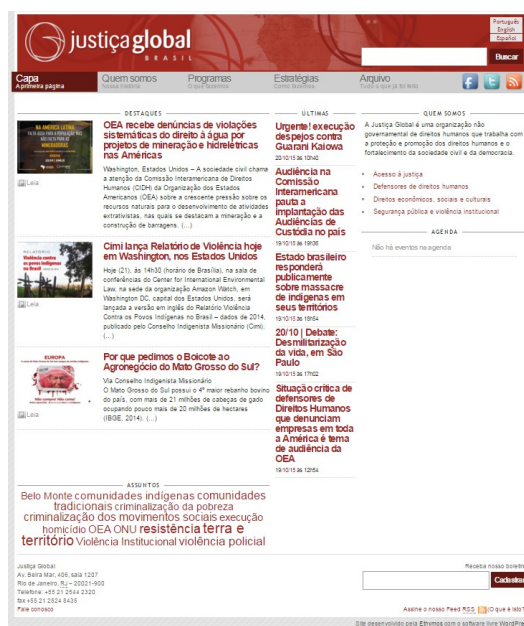


Figura 3 – Página inicial do site da *Justiça Global*. Fonte: Site www.global.org.br, acessado em: 22 de outubro de 2015.

Com sistema semelhante, a *Terra de Direitos* possui uma Biblioteca¹⁹, na qual disponibiliza conteúdos diversos produzidos pela entidade e um *link* Sala de Mídia, que reúne publicações da mídia sobre a entidade. Não há, nessa seção, contato direto de assessores ou do setor de comunicação ou formulário de contato. Somente na seção *Quem Somos* do *site* está disponível o contato de e-mail direto dos responsáveis pela comunicação.

Figura 4 - Página principal do site da *Terra de Direitos*

18 Disponível em: <http://global.org.br/categoria/arquivo/> Acessado em: 11 de junho de 2015

19 Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/> Acessado em: 11 de junho de 2015



Figura 4 – Página inicial do site da *Terra de Direitos*. Fonte: Site www.terradedireitos.org.br, acessado em: 22 de outubro de 2015.

Ponto comum em todos os *sites* e redes sociais na internet das instituições é a veiculação de conteúdos com caráter jornalístico, que podem e, eventualmente, são utilizados pela mídia. Essa estratégia de divulgar os conteúdos diretamente no *site* não é substituída por envio de relises, do mesmo conteúdo ou material específico²⁰.

Articuladas em operações atravessadas pela lógica de uma nova ambiência, as relações entre instituições e atores individuais são cada vez mais midiaticizadas. As entidades realizam operações midiáticas e 'existem' em espaços de interação direta com os indivíduos. Espaços com notícias estão em destaque logo na primeira página dos sites das instituições analisadas. Semelhante a portais de notícias de meios, são oferecidas notícias em manchetes, em boa parte das vezes com fotos. Nenhum dado publicado nos *sites* das entidades é restrito e as notícias podem ser acessadas por qualquer usuário. O espaço denominado de *Notícias* também é utilizado para publicação de notas e de textos de gênero que claramente se difere de notícia.

Outro ponto convergente das entidades é a disponibilização da clipagem²¹ de notícias aos usuários do *site*. Um *link* é disponibilizado ou a reprodução do conteúdo produzido pelas mídias.

Cada entidade possui estratégias diferentes de publicação das notícias. *Terra de Direitos* e *Justiça Global* não organizam as notícias em editorias, mas oferecem uma seção em suas páginas com uma série de outros conteúdos. No *Arquivo* da *Justiça*

20 Dados explorados no tópico 1.3.4 Aspectos da midiaticização na construção da notícia

21 Controle e arquivo das informações relativas ao assessorado que foram veiculadas em meios de comunicação

Global, os leitores podem acessar 'tudo o que já foi feito' pela entidade: Artigos, Atividades, Áudio, Campanhas e Ações Urgentes, Casos na OEA, Foto, Imprensa, Informes para a ONU, Notas públicas, Notícias, Outros Documentos, Relatórios e Vídeo. Seção semelhante é disponibilizada pela *Terra de Direitos*. Em *Biblioteca*, o usuário encontra: Casos emblemáticos, Editais e licitações, Notas, Notícias, Pesquisas acadêmicas, Publicações, Sala de mídia, Terra de Direitos na mídia e Vídeos.

A organização das notícias no *site* da *Conectas Direitos Humanos* é feita pelas linhas de atuação da entidade. Cada linha de atuação (são seis) representa uma seção e pode ser identificada por uma cor específica, que funciona como editoria. Notícias publicadas pela mídia sobre a entidade também recebem uma seção específica.

Figura 5 - Página principal do site da Conectas Direitos Humanos

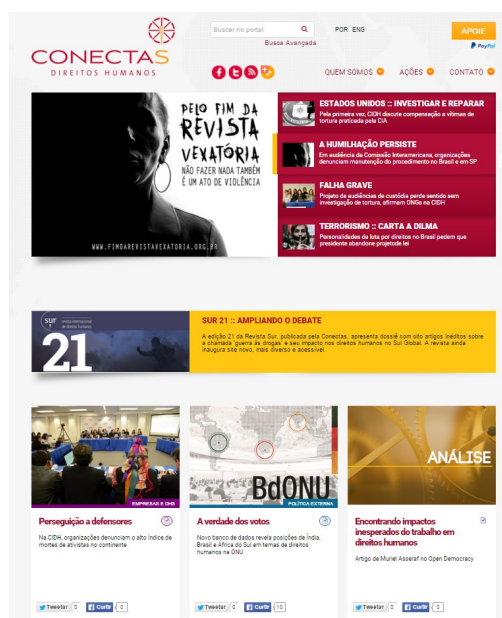


Figura 5 – Página inicial do site da *Conectas Direitos Humanos*. Fonte: Site www.conectas.org.br, acessado em: 22 de outubro de 2015.

Um vínculo direto entre entidade e leitor do *site* também é estimulado pelos cadastros para receber informações via *e-mail*. O mecanismo *Boletim*, da *Justiça Global* e *Newsletter* na *Conectas Direitos Humanos* e *Terra de Direitos*, é semelhante nos três casos. Na *Conectas*, além do *e-mail*, o interessado deve preencher o nome, a instituição, caso faça parte de alguma, a profissão, o idioma que deseja receber as informações (português, francês, espanhol e inglês) e qual a área de interesse, selecionando como opções as linhas de atuação da entidade. Todos os *sites* contam ainda com sistemas internos de busca e informações diversas da instituição.

Estabelecidas em alguma medida nos *sites* institucionais, os contatos diretos com

os atores individuais ocorre com frequência em redes sociais na internet, como *Facebook* e *Twitter*, onde todas as instituições têm páginas/perfis. Pela própria característica de interação das redes, nele se observa pontos de contato entre a instituição e usuários. Parte dessas interações começa a partir de notícias publicadas pelas assessorias.

É fundamental, no esquema proposto por Verón (1997), considerar que as flechas que apontam os fluxos possíveis das interações são bidirecionais. O que ressalta a perspectiva do autor de que as interações ocorrem em fluxos diversos. Essas interações fazem gerar sentidos e, os sentidos, por sua vez, têm efeitos no modo como ocorrem as interações e em novas significações. Ao criar e disponibilizar notícias no *site*, oferecer possibilidade de interação direta com atores individuais oferecendo-lhes conteúdos jornalísticos diversos, as instituições se inserem em um fluxo que possibilita diferentes interações. Uma das possibilidades é interferir no modo como os atores individuais leem os meios tradicionais, uma vez que ao terem acesso ao conteúdo oferecido pela entidade estabelecem outra relação com o acontecimento noticiado.

Na sistemática de fluxo, os modos como a instituição é lida pelos atores sociais também tem relação com o modo como os meios retratam e como ela própria interage com os meios e seus leitores diretos. Um fluxo que compreende diferentes operações, dentre elas jornalísticas, caso específico em que as assessorias de imprensa estão diretamente envolvidas.

Diluída no tecido social e manejada por diferentes campos, as operações comunicacionais de instituições, meios e atores individuais se integram. Os meios buscam incorporar práticas que considerem esse fluxo, mudando cenários, alterando a linguagem, buscando canais de interação com os leitores. Fazem adaptações sob pena de perder a capacidade de manter um contrato com sua audiência. As instituições aprimoram e ajustam suas práticas comunicacionais para manter-se 'conectada' com atores sociais e individuais e meios. Os atores individuais, por sua vez, pela própria constituição social da realidade, estão envolvidos nessa complexidade de interações.

Os usos de dispositivos técnicos convertidos em meios de comunicação possibilitam a realização de diferentes operações pelas assessorias de imprensa de entidades de defesa dos direitos humanos. Centralizamos as operações que envolvem a produção jornalística para não perder de vista um objeto principal – o jornalismo –, mas não desconsideramos que diversas outras operações podem ser realizadas nessa ambiência (entretenimento, relações públicas, publicidade, serviço de atendimento ao

consumidor).

Compreende-se, no entanto, que devido o lugar de fala específico que ocupam, o manejo de dispositivos como *sites* institucionais de ONGs e movimentos sociais encontram limitações na participação do discurso jornalístico (FERREIRA, 2007). Esses discursos que, por vezes se pretendem informativos e jornalísticos, esbarram em uma linguagem demasiado propagandística e institucional. Assim, ainda que com conteúdos que contenham características de notícia e ofereçam possibilidades de narração dos acontecimentos em linguagem jornalística, não alcançam o efeito de sentido pretendido pelos suportes. Isso ocorre porque a sociedade não identifica plenamente veracidade nesses suportes. Tal limitação decorre da proximidade do protagonismo da entidade nos acontecimentos, “uma vez que um sítio do movimento social é assinado de tal forma que, em geral, instituição enunciativa e instituição enunciada são as mesmas” (idem, p.146). O que de fato determina a participação no discurso jornalístico é a capacidade simbólica da fonte e do próprio meio que veiculam determinado enunciado.

Ainda que se considere essa limitação simbólica dos espaços utilizados pelas entidades, deve-se reconhecer que ao realizarem operações nesse ambiente midiático as assessorias, mais do que pontos de contato com os meios, expandem suas interações com o que denominamos de atores individuais, mas que poderia ser substituído nesse caso por leitores diretos das assessorias, ou públicos de interesse. Tal interação representa uma novidade em relação aos trabalhos tradicionais e já reconhecidos dos assessores de imprensa. Essas interações não se encerram em si. São zonas de afetação que geram uma linguagem específica por parte das assessorias de imprensa, possibilitando e exigindo estratégias e ações específicas.

3 SENTIDO, OPERAÇÕES E CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS

3.1 Produção de sentido

Produzir um discurso é uma operação que busca gerar sentido, um ato de ingresso em uma rede de significação, “é sempre uma mensagem situada, produzida por alguém e endereçada a alguém” (VERÓN, 1980, p.77). Pensando a partir das notícias: se um texto é construído pela assessoria de imprensa de uma entidade, utilizando uma operação técnica (jornalística), a partir de um objeto (acontecimento) e remetida a certo número de leitores, carrega consigo uma *gramática de produção*. Trata-se de uma oferta de sentidos possíveis.

O sentido, no entanto, não é gerado no ato de produção. Quem constrói um discurso oferece significados, mas o sentido se completa com a circulação, na defasagem entre as gramáticas de produção e de reconhecimento. Ainda que seja oferecido um sentido possível ao leitor de uma notícia, ele se completa no ato de consumo – reconhecer – de tal produto. As condições de produção e de reconhecimento dessa notícia – ou poderia ser de qualquer enunciado - são elementos fundamentais para se entender que sentidos ela gera. É por essa perspectiva que Verón propõe estudar os discursos (falas textos, sons, imagens) como geradores de sentidos.

Quem produz o discurso tem estratégias enunciativas intencionais que o marcam. O sentido existe em “manifestações materiais, nas matérias significantes que mostram as marcas pelas quais é possível descobri-lo” (idem, p.103). São modos pelos quais o discurso é manejado com o objetivo de guiar a leitura, de 'sugerir' um sentido em quem reconhece o discurso. Mesmo que não controle o reconhecimento, o produtor – na clareza de que o texto será lido por alguém que o significará - deixa essas marcas no discurso para indicar significações possíveis.

Os sentidos possíveis de um discurso, portanto, estão materializados em marcas, presentes nas matérias significantes. Sua passagem de uma marca de significado, para sentido gerado, ocorre no reconhecimento. Ato marcado pelas condições de reconhecimento do leitor, que já possui a leitura de outros discursos e está atravessado por uma determinada condição de consumo que lhe confere um poder de leitura e significação. A autonomia de ambos – produtor e leitor - é relativizada pela própria relação que estabelecem. As marcas deixadas por quem produz guiam à leitura, e o leitor pode ser induzido à ela sem perceber. Mas, essas marcas de leitura podem ser abandonadas por quem reconhece um discurso.

Na análise dos discursos, Verón (1996) defende que os objetos que interessam:

não estão, em resumo, 'nos' discursos; nem 'fora' deles, em alguma parte da 'realidade social objetiva'. São sistemas de relação: sistemas de relação que todo produto significativo mantém com suas condições de geração por uma parte e com seus efeitos por outra (p.128, tradução livre do original)²².

O autor entende o sentido como resultado da relação entre as condições de produção, de reconhecimento e com a matéria significativa. A visada do autor é sobre as “coerções múltiplas” que geram os sentidos. Por isso ela não realiza suas análises separando produção e reconhecimento. Suas propostas de análise “remetem aos vínculos mantidos pelo sentido com os mecanismos de base do funcionamento social”. Assim, o sentido aparece como “produto de um trabalho social” (VERÓN, 1980, p.191).

Verón esclarece que o sentido está na articulação de elementos do discurso em si, do texto materializado (por exemplo, uma notícia) e do funcionamento do social. Reproduzimos a seguir um quadro no qual Verón organiza sua articulação entre o discurso e o funcionamento social.

Quadro 1 – operações, discursos e representações

Objeto discursivo	Análise da produção discursiva	Funcionamento social
Operações	Condições de produção – gramáticas de produção	Ideológico
Discursos	Traços em superfícies discursivas	Leituras
Representações	Condições de reconhecimento – gramáticas de reconhecimento	Poder

Fonte: *A Produção de Sentido*, Eliseo Verón, 1980, p.192.

O quadro ilustra que operações discursivas se realizam em condições que geram gramáticas de produção, que são atravessadas ideologicamente. Ao circular, os discursos criam pontos de contato. Ao reconhecer, o leitor está em certas condições e tem o poder de gerar gramáticas de reconhecimento. A semiose na produção e no reconhecimento é sempre diferente. Dependem necessariamente das condições em que ocorrem. A teoria

²² Original em espanhol: “no están, en resumen, 'en' los discursos; tampoco están 'fuera' de ellos, en alguna parte de la 'realidad social objetiva'. Son sistemas de relaciones: sistemas de relaciones que todo producto significativo mantiene con sus condiciones de generación por una parte, y con sus efectos por la otra”,(p.128).

do sentido depende da reconstrução das gramáticas produtivas e de representação, uma articulação entre as operações discursivas e a ideologia, e as representações de reconhecimento revestidas de certo poder garantido pelo funcionamento social. A circulação é responsável por articulá-las.

Na rede infinita da semiose, toda gramática de produção pode ser encarada como resultado de condições de reconhecimento determinadas, e uma gramática de reconhecimento só pode ser atestada sob a forma de um determinado processo de produção textual: eis a forma da rede de produção textual na história (idem, p.194)

O sentido dos discursos está localizado nessa complexa articulação. A circulação gera desvios entre gramáticas de produção e reconhecimento, desvios que podem ser variáveis “segundo o nível de funcionamento da semiose onde ele seja colocado, e segundo o tipo de significante estudado” (idem, p.193).

Ponto central no entendimento do sentido é não limitá-lo à estrutura da língua, lendo/analizando um texto estático, que não circula. Com essa preocupação de não isolar os aspectos sociais das análises discursivas, Verón faz aproximações entre linguística e sociologia. Essa explicação é necessária para compreensão de ideologia e poder combinando com as análises das gramáticas de produção e reconhecimento. Ou seja, de como o funcionamento social compõe os discursos e conseqüentemente suas análises

Em pelo menos duas importantes obras, Verón se preocupa em compreender as fundações dos estudos de análise de discurso: *La Semiose Social* (1996) e *A produção do Sentido* (1980). Ele faz uma leitura da produção de textos fundadores da linguística. Inicia com Saussure, passa por Comte e Pierce. Discute os estudos fundadores e suas refundações. Ou seja, as leituras feitas das obras e as reformulações das teorias de análise dos discursos. Realiza essas leituras (de produção e de reconhecimento) sem perder de vista os aspectos ideológicos (positivismo, estruturalismo) que determinavam um funcionamento social e marcavam a ciência de estudos linguísticos.

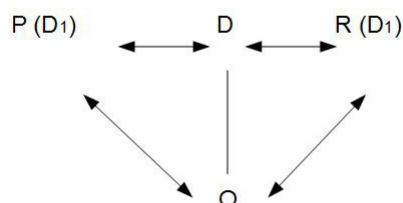
Das releituras realizadas por Verón surge a proposta metodológica de análise discursiva. Propõe-se uma 'unidade mínima' de enunciação que, de certo modo, sintetiza sua proposta de compreensão dos discursos sociais como uma relação entre produção e reconhecimento sobre determinadas condições de produção.

Um enunciado (imagine-se uma notícia) é produzido em determinadas condições discursivas. Seu reconhecimento se dá, também, sob determinadas condições discursivas. Entre os dois, há um novo discurso. Esse discurso está ligado ao objeto.

Assim, o objeto do discurso é resultado da produção e do reconhecimento de determinado discurso.

Reproduzimos abaixo a forma explicativa de Verón, para tornar mais claro a relação triádica: produção, reconhecimento e discurso/objeto como ponto comum.

Figura 6 – Unidade de análise



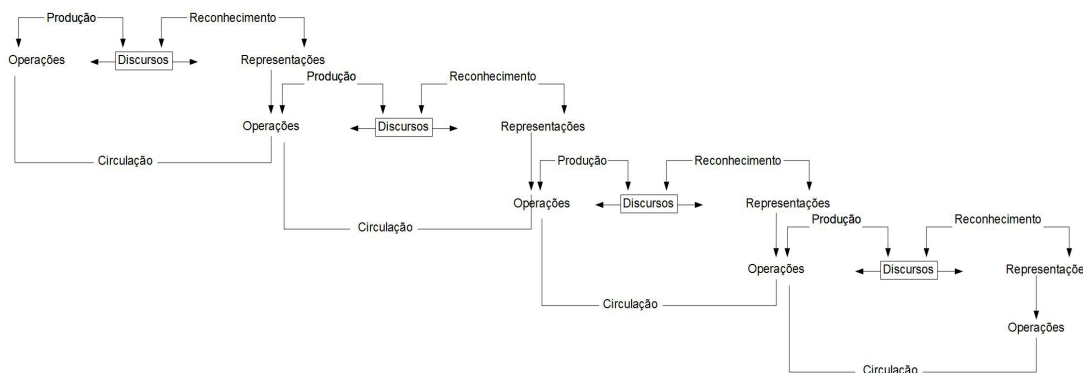
La semiosis social, Eliseo Veron, 1996

Na representação acima, extraída de *La semiosis social* (1996), P (D1) designa uma condição de produção discursiva D. As condições discursivas de reconhecimento são representadas por R (D1). O objeto, representado por O, tem relação direta como D.

A partir do entendimento de que a produção do discurso está abarcada por um campo maior, a produção de sentidos (VERON, 1980, p.25) se inicia uma busca metodológica. Rompe-se com a análise de código, da frase isolada, do discurso sem sujeito, da estrutura. Admitem-se competências fora da língua, no social, pelas suas regras constitutivas, reconhecendo que o discurso é “um fenômeno social à parte e constitui um dos “vínculos” mais importante da produção de sentido no interior de uma sociedade. Se assim é, parece assaz difícil que os linguistas possam ir muito longe em seu problema sem recorrer às leis constitutivas do social” (VERÓN, 1980, p.60).

Dessa unidade mínima de significação (Figura 6), surge uma proposta que leva em conta a articulação dos diferentes discursos (consequentemente, diferentes condições de produção e reconhecimento, atravessamentos ideológicos) que conformam a geração de sentidos sociais.

Figura 7 – Rede textual histórica



VERÓN, Eliseo. *A produção do sentido*, 1980, p.194.

Ilustrando o que argumentamos anteriormente, o esquema apresentado no Quadro 1 representa a complexidade que envolve a geração de sentido. Seja porque se realiza na articulação de produção e reconhecimento, que somente ocorre pela circulação dos textos, seja para grande quantidade de textos que compõe a “rede infinita” da semiose, construindo uma “produção textual da história” (VERÓN, 1980, p.194).

Nessa perspectiva, a ideologia é central para compreender os sentidos dos discursos. Não se trata de um discurso específico, separado dos demais, ele perpassa todos os discursos, “o ideológico é o nome do sistema de relações entre um conjunto significativo dado e suas condições sociais de produção” (idem, p.196). Poderá ser distinto em cada matéria significativa. O ideológico funciona no âmbito produtivo dos discursos e cada matéria terá coerções específicas de operações discursivas.

Assim como exposto no Quadro 1, o funcionamento social incide no reconhecimento como poder, que designa “efeitos de discursos” em certo tecido de relações sociais (idem, 197). O poder de reconhecimento é uma geração de outro sentido, quase sempre distinto do da produção e que se engendra na rede de semiose apresentada na Figura 7.

Essa cadeia de geração do sentido e funcionamento do discurso se complexifica na medida em que a própria sociedade se torna mais complexa. A semiose somente pode ser entendida se considera a heterogeneidade do social e as múltiplas ofertas de sentido e significado gerados. Sem perder de vista os aspectos do funcionamento do social, já que a semiose é incessantemente afetada pelos conflitos sociais.

3.1.1 Assessorias: do ideológico ao lugar de fala

Compreende-se a assessoria de imprensa como uma mobilização de saberes específicos do campo de conhecimento do jornalismo a serviço dos interesses dos assessorados. No caso das entidades analisadas nesta pesquisa, trata-se de um serviço jornalístico com pretensões claras em suas mensagens: promover o posicionamento da instituição quanto a sua atuação na defesa dos direitos humanos, como pode-se verificar no capítulo de análise. Trata-se de uma ação ideologicamente orientada para a defesa dos direitos humanos.

Pela natureza das lutas sociais por direitos, compreende-se que a atuação das assessorias de imprensa analisadas nesta dissertação ocorre em uma zona de permanente conflito e disputa. Bobbio (2004) situa as lutas atuais pelos direitos humanos a partir do marco da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Depois desse marco, as lutas se pautam pelos direitos sociais dos cidadãos. A busca por direitos específicos como o trabalho, a saúde, a moradia, a cultura. Que garantam o direito natural à vida humana.

Para ele, os direitos se constroem cotidianamente, pelos interesses e necessidades de cada sociedade. Documentos como a Declaração Universal são referências para as demandas sociais. São documentos para “mostrar o caminho”, cabendo a sociedade “percorrê-lo até o fim” (BOBBIO, 2004, p.31). A declaração, portanto “representa a consciência histórica que a humanidade tem dos próprios valores fundamentais na segunda metade do século XX. É uma síntese do passado e uma inspiração para o futuro: mas suas tábuas não foram gravadas de uma vez para sempre”, (idem, p.34).

Construídos cotidianamente, os direitos sociais são objeto de disputas. Para que um grupo de pessoas tenha um direito garantido, outra terá esse direito negado. Se é concedido a um, é negado a outro. “É preciso partir da afirmação óbvia de que não se pode instituir um direito em favor de uma categoria de pessoas sem suprimir um direito de outras categorias de pessoas” (BOBBIO, 2004, p.42).

No que se refere ao trabalho das entidades e nos acontecimentos analisados na pesquisa, é possível perceber os conflitos que decorrem do posicionamento de defesa de direitos. Na luta pela titulação do território Paiol de Telha, o direito à terra e a preservação da cultura quilombola está em confronto com o interesse econômico da atual proprietária das terras; na defesa dos atingidos pela construção de Belo Monte, o direito à moradia, ao trabalho, à preservação do meio ambiente estão em confronto com o interesse econômico pela construção da usina; na luta pelo fim da revista vexatória, o

direito à dignidade humana, da integridade física e moral, está em confronto com o posicionamento do estado brasileiro, que mantém o procedimento na maioria das unidades prisionais.

Esse contexto de disputa transcende as ofertas de sentido dos textos analisados nessa pesquisa. O papel militante das entidades gera um atravessamento ideológico nos discursos produzidos que tem consequências no seu reconhecimento. Além da própria limitação simbólica das assessorias de imprensa, que sugere um discurso 'não isento', o lugar de circulação – *site* institucional – demarca a leitura das notícias.

Esse atravessamento ideológico na construção discursiva, no entanto, não se restringe às assessorias de entidades, ainda que o jornalismo tradicional recorra a diferentes operações que lhe asseguram uma certa capacidade de objetividade e isenção (tomada de depoimentos, entrevistas com diferentes fontes, filmagens e fotografias, checagem de documentos, descrição, dentre outras). Francisco Fonseca (2005) analisou o discurso da grande imprensa²³ em relação a Constituinte de 1988. Uma de suas pretensões foi compreender o posicionamento dos jornais em relação ao avanço dos direitos sociais. Uma de suas conclusões é de que, “em razão de seu papel político-ideológico” eles atuaram na Constituinte “como forma de orientar e dirigir os constituintes com o objetivo de vetar as teses de seus adversários no tocante aos direitos sociais, de tal maneira que os interesses do capitalismo liberal e conservador fossem assegurados”, (FONSECA, 2005, p.406).

Fonseca (2005) recorre à análise discursiva e revela o posicionamento dos jornais sobre direitos sociais debatidos na constituinte, como o direito à greve, a licença maternidade, a jornada de 44 horas semanais, pagamento de aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, dentre outros. Ele conclui que o discurso dos jornais analisados endossou um discurso liberal, defendido pelo setor econômico. A oferta de sentidos de tal posicionamento entendia que os 'direitos sociais' em debate gerariam um clima de incertezas para o mercado, com redução de taxa de investimento, criava um estado paternalista e intervencionista, tratava-se de demagogia dos constituintes que ia contra os interesses dos trabalhadores.

Esse discurso usou de estratégias para gerar sentidos nos leitores e, indiretamente, influenciar no modo como os parlamentares se posicionariam sobre os temas. Tais estratégias se realizaram de acordo com o posicionamento – segundo

23 O autor analisou os jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e O Globo, ao quais se referiu como grande imprensa

defende Fonseca – se sustenta no posicionamento político-ideológico dos meios analisados.

Além de corroborar com o entendimento de que o discurso possui marcas ideológicas de seus enunciadores, o estudo do discurso da “grande imprensa” em relação a Constituinte de 1988 revela o modo hegemônico de posicionamento dos meios. Ainda que esse cenário possa ser relativizado, em relação às políticas sociais, as empresas jornalísticas tem um posicionamento liberal, construindo um consenso em torno dos temas²⁴.

A análise discurso a partir da identificação de “visões globais”, no entanto, é insuficiente, conforme José Luiz Braga (2000). As estratégias metodológicas devem contemplar análises pormenorizadas da produção dos discursos, pois ainda que a ideologia possa ser uma referência para compreender os discursos, para se descobrir coisas sobre um objeto cultural, é necessário avançar para aspectos específicos de sua produção.

O autor propõe o conceito metodológico “lugar de fala” como aporte analítico que permita inserir nas análises dados que avancem das descrições totalizantes. Na perspectiva do autor, “a visão de mundo corresponde a uma situação geral da realidade social que pretende justificar que o mundo, como um todo, seja proposto desta perspectiva”, (BRAGA, 2000, p.164). O lugar de fala “refere-se a situações locais” sendo “potencialmente infinitos” (idem, p.164) nas análises.

O lugar de fala das entidades de terceiro setor que atuam na defesa dos direitos humanos “não se estabelece necessariamente por sua inserção em uma estrutura mais ampla que a compreende e explica”, seu lugar de fala se define “pelo cotejo com outros lugares de fala avizinhanes, nem continentes nem contidos, embora possivelmente sobrepostos, com os quais mantém relação de cooperação e conflito, de semelhanças e diferenças” (idem, p.164).

Ainda que as ideologias sejam capazes de oferecer subsídios para analisar os discursos, deve-se compreender que as decisões que se tomam no momento de construção discursiva não são determinadas por orientações ideológicas. Os discursos são enunciados “para resolver problemas concretos, para definir situações reais” (idem, p.171). Esse é o caso das entidades analisadas, que se ocupam de atuar em casos específicos de defesa de direitos humanos, inserindo-se em relações que se explicam por

24 Esse posicionamento é apontado na análise de Francisco Fonseca em O Consenso Forjado – A grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil, Editora Huucitec, 2005.

suas especificidades.

Nesse sentido, Braga (2000, p.175) oferece procedimentos que ajudam na definição do lugar de fala: a observação das estruturas internas da fala, de características de sua arquitetura; identificar sua articulação com outros enunciados e; sua articulação com o espaço social, sua ação construtiva ao dizer uma situação.

Considerando-se a complexidade envolvida nas temáticas em que atuam as entidades de defesa dos direitos humanos, as análises devem compreender o que pretendem fazer os discursos enunciados por elas, que papel essa fala ocupa diante de outras falas. Trata-se de “explicar sua gênese” interpretando “o que o texto pretende construir – ou o lugar que o texto constrói para daí dizer a situação”, (idem, p.179-180)

Os discursos podem ser mobilizados para diferentes fins, de acordo com o interesse de quem os enuncia. Mas, não se pode deixar de considerar que tal discurso se realiza em condições específicas de enunciação, que são de ordem concreta e direta – portanto não ideológicas e abstratas.

Compreende-se que a luta por direitos – travadas em disputas, como argumenta Bobbio – também ocorre na construção discursiva, com uma disputa por sentidos. Tal disputa decorre – a partir das leituras feitas até aqui – de posicionamentos ideológicos e de lugares de fala específicos. Essa dupla relação articulada aponta, na análise discursiva, os sentidos oferecidos pelos textos jornalísticos.

3.2 OPERAÇÕES DISCURSIVAS

Mais uma vez recorremos ao quadro já apresentado (Figura 2, p.43) que adotamos para compreender o funcionamento dos discursos em cenários de mediatização. A relação entre produção e reconhecimento e a articulação infinita de textos é fundamental para compreender a geração de sentidos em ambiente no qual as relações discursivas realizadas por suportes tecnológicos potencializa e torna central a circulação de mensagens.

Para as instituições que pretendem estabelecer relações discursivas com as mídias é preciso criar esses mecanismos de contato. Criar discursos - com marcas – que se articula em ambientes nos quais as mídias e os atores individuais estão inseridos. Ao criar esses discursos, as assessorias de imprensa criam estratégias discursivas e oferecem suas 'trilhas' de produção de sentido. Caminhos que podem ser usados ou não por quem os reconhece. Ressalta-se aqui o que propõe Verón (1980) ao dizer que “analisando produtos, visamos processos” (p.189), quer dizer, é preciso reconstruir a

partir de fragmentos tirados dos produtos semióticos as operações, discursos e representações que formam os processos.

Num cenário no qual os textos se articulam em uma ambiência marcada pela utilização de tecnologias como meios, nos interessa discutir que investimentos de sentido são feitos nesses discursos através de processos discursivos. Reconstruir essa operação de investimento de sentido só tem validade se considerada a produção, circulação e consumo dos discursos.

Desde a consolidação como atividade jornalística, as assessorias de imprensa utilizaram práticas discursivas próprias para criar sentido nos meios de comunicação. Em um cenário midiático, as assessorias também operam seus discursos nessa ambiência, afinal, como buscamos discutir até aqui, é nessa zona que passa a haver uma inteligibilidade entre instituições, meios e atores sociais. Ao se deslocar para essa ambiência, a assessoria de imprensa se insere em espaço de interação com atores individuais e outras instituições, além dos meios.

Produzindo notícias e oferecendo sentidos sobre os acontecimentos ligados às suas instituições, as assessorias realizam operações discursivas específicas, pautadas pela noticiabilidade.

Analisando a produção jornalística em cenário de midiática, Fausto Neto (2005) aponta alterações na noticiabilidade e no que se considera notícia. O modo como o jornal realiza suas operações nessa ambiência transforma a noticiabilidade, “deixando de ser o que para alguns é apenas um processo linear que envolve produtor e receptores, ou ainda uma transação de falas entre fontes e jornalistas”, (idem, p.33). Envolvido em um processo de significação complexo, o jornalismo não apenas “faz saber” e “faz crer”, mas busca outros vínculos com o leitor.

Essa mudança apontada por Fausto Neto (2005) desloca o jornalismo de um papel de “relatar o mundo”, colocando-o como um produtor do “relato das operações enunciativas que desenvolve para fabricar as realidades por ele apontadas” (idem, p.33). A noticiabilidade, deste modo, não se restringe a narrar os acontecimentos do mundo, mas em relatar sobre o modo de realização do relato. O jornalista e as mídias, como aponta Fausto Neto, operam discursos que se auto referenciam na cobertura dos acontecimentos. A auto-referencialidade seria, portanto, um resultado de:

um modelo de enunciação que convida o leitor para um determinado tipo de enquadramento de interação, pelo qual, além de se colocar como um lugar organizador, o jornal diz que está ali e como faz para que a realidade que ele oferece se engendre nas fronteiras do seu aparelho produtivo (idem, p.33).

Possivelmente, a auto referência não seja o único impacto da midiatização na noticiabilidade jornalística. A causa desse modo de operação discursiva revela uma necessidade dos meios de manter uma interação como modo de manutenção de um contrato de leitura com seus leitores, um ajuste, portanto, fundamental para sua manutenção no mercado. Essas necessidades forçam as operações discursivas que constantemente reajustam os critérios de noticiabilidade dos meios jornalísticos.

3.3 UM CONTRATO (POSSÍVEL) DAS ASSESSORIAS

Ao se estabelecer como um significador dos acontecimentos atuais, os meios jornalísticos, além de construir jornalisticamente os acontecimentos, também criam um leitor, oferecendo-lhe um contrato. Essa perspectiva – apresentada por Verón (2004), não rompe com a noção de discurso como resultado de certas discursividades construídas entre quem produz e quem reconhece o enunciado. Pelo contrário. A busca por objetivar o leitor está inserida justamente nesse triângulo no qual ocorre a significação. Contando com dispositivos de enunciação, o meio jornalístico oferece um contrato ao leitor. O dispositivo representa um modo de relatar um acontecimento a certo público, modo que busca atender o leitor para que ele aceite o seu suporte. Da oferta e do reconhecimento desse discurso gera-se a possibilidade de múltiplos sentidos. Pode-se entender que esse

conceito de contrato de leitura implica que o discurso de um suporte de imprensa seja um espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao leitor; em uma paisagem, de alguma forma, na qual o leitor pode escolher seu caminho com mais ou menos liberdade, onde há zonas nas quais ele corre o risco de se perder ou, ao contrário, que são perfeitamente sinalizadas (VERÓN, 2004, p.236)

Como se percebe, não há determinação ao leitor, de como ele deve proceder, ainda que as ofertas sejam conhecidas, a ponto de criar hábitos de comprar a revista, assinar o *newsletter* de um *site*, baixar um aplicativo no celular. Mas, o que o leitor fará com o texto é sempre um caminho incerto. Ainda que o meio busque em cada lugar por onde o leitor vai passar deixar marcas e cumprir seu contrato, criando um ambiente no qual o leitor se identifique:

essa paisagem é mais ou menos plana, mais ou menos acidentada. Ao longo de todo o seu percurso, o leitor reencontra personagens diferentes, que lhe propõem atividades diversas e com os quais ele sente mais ou menos desejo de estabelecer uma relação, conforme a imagem que eles lhe dão, a maneira como o tratam, a distância ou intimidade que lhe propõem (VERÓN, 2004, p.236)

O contrato de leitura é revelado pelo modo como ocorre a enunciação de um discurso. Considera-se que “o sucesso (ou fracasso) não passa pelo que é dito (conteúdo), mas pelas modalidades de dizer o conteúdo” (VERÓN, 2004, p.219). É uma tentativa do meio de comunicação de objetivar um leitor, oferecendo-lhe um determinado sentido sobre os acontecimentos. Esses dados estão em todos os elementos que envolvem uma publicação periódica de informação jornalística.

Mas, como se busca evidenciar nesse tópico, esse contrato cumpre-se no reconhecimento. É uma definição de quem produz e em quais condições e de quem reconhece e em quais condições, um determinado discurso jornalístico. Assim, não há um sentido único gerado, mas uma diversidade imensa de significações dadas pelo público.

No caso do estudo do contrato de leitura, tenho, por conseguinte, de um lado, um corpus de suportes de imprensa que me permite trabalhar “na produção” para reconstituir a gramática de produção de cada um dos suportes e, de outro lado, tento reconstituir, a partir do discurso dos receptores, as gramáticas de reconhecimento, que são sempre várias, pois é certo que um dado dispositivo de enunciação jamais produz um único efeito, mas sempre vários, conforme os receptores (VERÓN, 2004, p.237-238).

Os meios, diz Verón (2004), são o lugar de macro-funcionamento de um discurso social. Meio aqui entendido como um conceito sociológico, não como uma tecnologia. A afirmação de Verón ocorre no sentido de que ao mesmo tempo em que discursos sociais funcionam a partir deles, esse discurso se convertem em condições de produção. São elementos sociais que ajudam a determinar os enunciados que serão propostos pela cobertura dos meios. A análise semiológica dos veículos jornalísticos possibilita identificar o lugar do enunciador e do destinatário da informação (idem, 2004, p.233). Para identificá-lo, é preciso estabelecer as concorrências que o discurso tem; construir modalidades invariantes de tal discurso.

Localizar as marcas do contrato de leitura exige o estabelecimento de uma relação entre o *tipo*, *gênero* e *estratégias* do discurso. É a partir dessas definições que se posiciona o suporte em relação à concorrência e se identifica o meta-discurso usado para objetivar seu leitor, lhe oferecer pistas de leitura e de geração de sentido. O *tipo* é relacionado às estruturas organizacionais em que circulam. Os temas que são abordados e suas implicações na sociedade. No caso de um discurso informativo, da atualidade, deve ser relacionado com suas características de circulação e especificidades do jornalismo. Os *gêneros*, aos quais se refere Verón, dizem respeito ao produto e a linguagem. O gênero produto é especificamente o suporte físico de circulação, por

exemplo, revistas semanais, jornais diários, telejornais matutinos, *sites*. Gênero linguístico se refere ao formato do texto, por exemplo, entrevista, debate, discurso político. Já estratégias variam dentro de um tipo de discurso e de um gênero de produto. *Estratégias* enunciativas estão diretamente ligadas aos dispositivos de enunciação, ou seja, com os modos de dizer adotados no discurso.

4 - PERCURSO METODOLÓGICO

Esse trabalho teve o propósito de investigar a produção de notícias a partir das assessorias de imprensa de entidades de defesa dos direitos humanos. Discutir a partir de suas gramáticas de produção as marcas de noticiabilidade dos discursos jornalísticos das assessorias de imprensa na sociedade em vias de midiatização. Quais sentidos possíveis elas oferecem nas interações com as instituições, meios e atores individuais.

Reconstruindo as operações discursivas das assessorias de imprensa de três entidades que atuam nesse segmento de defesa dos direitos humanos, tivemos um problema central: compreender sua noticiabilidade em suportes de circulação em ambiência midiatizada. Interessava-nos saber como as entidades de defesa dos direitos humanos assessoradas construíram jornalisticamente seus discursos e como esses discursos funcionavam em ambientes de circulação midiatizada. Revelar, pela análise discursiva, o que é notícia nas assessorias de imprensa de entidades de direitos humanos.

Para cumprir a tarefa de problematização e discussão sobre a noticiabilidade do discurso das assessorias de imprensa, optamos por uma análise discursiva, partindo da proposta de reconstrução das gramáticas de produção, de Eliseo Verón (1996;1980;1997;2004), contando com aportes de Antônio Fausto Neto (2005;2008;2010). Tal escolha se justifica uma vez que esse referencial propõe uma leitura em produção dos discursos, compreendendo as articulações de sua condição de elaboração com o discurso em circulação. A reconstrução revela marcas, que por essa perspectiva analítica da enunciação permitem compreender o próprio funcionamento do social no discurso. Nesta situação, revelar a noticiabilidade nas operações discursivas das assessorias. Não menos importante, essa análise não afasta os efeitos do reconhecimento nos discursos, fundamental na geração de sentidos.

Essa operação analítica foi feita a luz de uma reflexão sobre o discurso jornalístico e do conceito de noticiabilidade. Antes, porém, localizamos nosso objeto de pesquisa no campo do jornalismo, a articulação das assessorias no processo jornalístico, a configuração das assessorias de imprensa no cenário de midiatização.

Também considerou-se, de modo permanente, as especificidades das entidades de defesa dos direitos humanos e sua repercussão na produção noticiosa. Além de aspectos gerais de atuação das assessoria de imprensa, considerou-se que as entidades

analisadas estavam atravessadas por uma particularidade decorrente de sua atuação na luta por direitos sociais de comunidades ou grupos específicos. Tal atuação ocorre com disputas e tencionamentos, que repercutem na cobertura jornalísticas do tema direitos humanos e, conseqüentemente, na produção das assessorias de imprensa.

Apontado nosso problema de pesquisa, a estratégia metodológica adotada e o cenário contextual que construímos para nosso objeto, passamos a justificativa da escolha das entidades pesquisadas. Para construir um corpo de análise que atendesse o objetivo da pesquisa, realizamos um levantamento de entidades que atuam na defesa dos direitos humanos no Brasil para, a partir de alguns critérios, realizar a escolha de quais seriam objeto de análise. A confecção dos critérios para localizar e selecionar as organizações teve como objetivo formar um corpo de análise que, no decorrer da investigação, pudesse oferecer respostas às problemáticas de pesquisa. Ou seja, selecionar entidades dessa área de atuação que produzissem narrativas jornalísticas a partir de suas assessorias de imprensa. Em um primeiro rastreamento, foram localizadas 127 instituições que atuam na defesa dos direitos humanos no Brasil. A busca foi realizada a partir de uma lista de entidades desse segmento disponível no *site* DhNet²⁵; buscas na plataforma Abong²⁶ e por pesquisas na internet com os termos entidades de defesa dos direitos humanos (as buscas foram feitas em 12, 13 e 14 de maio de 2015).

A partir desta lista de 127 entidades, selecionou-se aquelas que possuíam assessoria de imprensa com jornalista e um *site* com notícias atualizado. Utilizou-se como referência os três meses anteriores a observação. Nesse período, os *sites* deveriam ter ao menos uma notícia publicada. Muitos apresentavam as últimas atualizações há mais de um ano, por isso foram retiradas da seleção. Quanto a possuir ou não assessoria de imprensa, verificamos na própria página *online*, assinatura das matérias, se a entidade tinha ou não assessor. Os dois critérios se mostraram bastante excludentes.

Como o objetivo da pesquisa foi investigar o funcionamento dos discursos das assessorias de imprensa, que tem como uma das características estabelecer vínculos com os meios, outro critério estabelecido para seleção excluiu entidades que possuem um veículo de comunicação próprio. Mais especificamente, entidades que controlam meios que notadamente se propõe a ir além do trabalho de assessoria de imprensa, mas que compartilham mesmos profissionais e estrutura produtiva. É o caso, por exemplo, do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), diretamente ligado à produção do

25 Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/abc/org/index.htm>, acessado em 12 de maio de 2015.

26 Disponível em: www.abong.org.br, acessado em 12 de maio de 2015.

jornal Brasil de Fato. Também optamos por retirar do rol de entidades aquelas que publicaram materiais que não foram produzidas por suas assessorias.

Com este refinamento na seleção, com novos critérios, foram escolhidas 16 entidades de sete estados brasileiros e do Distrito Federal. O fator principal para exclusão de entidades do corpo de análise foi a ausência de assessoria de imprensa. A relação de instituições com potencial para compor o corpo de análise, portanto, foi definida com os seguintes critérios:

- Ser uma entidade do terceiro setor (não ser ligada ao setor governamental e não ter objetivo de lucro).
- Ter como fim de atuação a defesa dos direitos humanos (ter de modo explícito em sua atuação a defesa dos direitos humanos ou de um direito em específico).
- Manter *site* ou rede social para veiculação de conteúdo (usar a internet para veiculação de notícias).
- Ter atualizações, com conteúdo próprio, de no mínimo três meses no momento de observação.
- Produzir notícias com características jornalísticas e por uma assessoria de imprensa.

Ainda assim, os critérios não foram suficientes para oferecer um corpo de análise viável, do ponto de vista de sua extensão. Dentre essas entidades, utilizamos mais um critério para definição de um corpo de análise que pudesse garantir reflexão pretendida e a resposta às problemáticas levantadas, mas que não fosse muito amplo. Buscou-se dentre essas entidades, que já tinham diversos pontos em comum, aquelas que se dedicaram a coberturas mais extensas, que se aprofundaram em acontecimentos, que produziram narrativas sobre temas ligados aos direitos humanos.

Verificou-se, então, que muitas assessorias de imprensa produziam jornalismo de serviço: comunicados, avisos direcionados a públicos internos, breves relatos sobre eventos. Notícias que não se inserem em contexto de narrativas sobre acontecimentos mais extensos e complexos, que necessitam de mediação e acompanhamento contínuo. Conteúdos que não ofereceriam um corpo de análise compatível com a problemática e objetivos da pesquisa, centrado no discurso.

Dessa forma, das 16 entidades, selecionamos três: *Conectas Direitos Humanos*, *Terra de Direitos* e *Justiça Global*. Todas elas apresentaram em seus *sites* coberturas

amplas sobre acontecimentos ligados aos direitos humanos. Assim, ofereciam um cenário de análise desejado pela pesquisa, que teve o objetivo de compreender a noticiabilidade da produção das assessorias em ambiência midiaticizada.

Dentre todas as entidades que foram elencadas no início do levantamento, a *Fase* e *Viva Rio* também poderiam constar no rol de análise, por também realizarem em seus *sites*, coberturas mais amplas sobre temas. No entanto, diferente das entidades selecionadas, elas mantiveram atualizações menos constantes e um acompanhamento menos intenso dos acontecimentos, o que dificultaria a seleção de um corpo de notícias para recompor a narração dos acontecimentos.

Com a problemática definida e assessorias de imprensa escolhidas, buscamos um corpo de análise possível de ser estudado no período de mestrado que pudesse oferecer subsídios para discussão do problema central da pesquisa. Reconhecendo que a análise dos discursos e do sentido repousa “nas matérias significantes que mostram as marcas pelas quais é possível descobri-lo” (VERÓN 1980, p.103) restava a escolha de textos para análise. Um primeiro procedimento foi realizar um levantamento dos temas que foram trabalhados pelas entidades e observar a cobertura jornalística realizada.

A partir desse levantamento, constatamos mais claramente o perfil das entidades e as áreas de concentração do trabalho jornalístico. Foram dois critérios para a escolha dos acontecimentos: primeiro, que representasse claramente a linha de atuação das entidades, ou seja, fosse um tema ligado a atuação da instituição; segundo que tivesse uma repercussão ampla também na imprensa tradicional e envolvesse diretamente interesses do estado, da iniciativa privada, de populações de modo amplo e de comunidades específicas.

Também observamos, em cada entidade, quais os principais temas haviam sido destacados em sua cobertura jornalística recente. Interessava-nos coberturas extensas, regulares e aprofundadas, que pudessem revelar – a partir da análise - estratégias jornalísticas das assessorias. Tendo esses critérios como guia e a pretensão de analisar o modo como as notícias são construídas pelas entidades, selecionamos três acontecimentos, um de cada assessoria.

Com a decisão de utilizar a análise discursiva como aporte metodológico, a escolha de um acontecimento de cada assessoria analisada mostrou-se viável diante da problemática da pesquisa. Toda a produção discursiva das assessorias de imprensa foi acompanhada no período de realização da pesquisa, no entanto, elas representam um material muito extenso e desnecessário para análise. Como as estratégias jornalísticas

repousam em marcas discursivas presentes nas notícias, compreendeu-se que seria a partir de um fragmento delas que seria realizada a análise. Sem, no entanto, distanciar tal cobertura do conjunto de significações produzidas pelas entidades.

Selecionamos, para a pesquisa, os acontecimentos: a luta pela titulação do território quilombola Paiol de Telha, da Terra de Direitos; a defesa dos atingidos pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, da Justiça Global; e a luta pelo fim da revista vexatória, da Conectas Direitos Humanos. A partir da cobertura desses acontecimentos realizamos a análise discursiva, compreendendo que o recorte realizado, além de viabilizar a realização da pesquisa, ofereceria subsídio suficiente para problematização proposta na pesquisa: compreender como as assessorias de imprensa de entidades de defesa dos direitos humanos constroem seus discursos jornalísticos em tempos de mediação.

5 A PRODUÇÃO DISCURSIVA DAS ASSESSORIAS DE IMPRENSA

Desde o início buscamos compreender como as assessorias de imprensa das entidades analisadas constroem seus discursos jornalísticos. Para tanto, buscou-se aportes nas teorias do jornalismo e da assessoria de imprensa, nas especificidades da atuação de entidades de defesa dos direitos humanos, nas teorias da produção do sentido complexificadas pela midiaticização. Considerando os aportes elencados até aqui, realiza-se, nesse capítulo, a análise de três acontecimentos, com objetivo de revelar as estratégias de construção discursiva das assessorias de imprensa analisadas.

As entidades *Terra de Direitos*, *Conectas Direitos Humanos* e *Justiça Global* atuam em temas que disputam interesse com outros campos e sujeitos. Com o trabalho de assessoria de imprensa, ocorre uma disputa midiática e a busca de existência pública das causas defendidas e da própria instituição. A ação dessas entidades revela uma permanente interface com a mídia e com outras instituições, empresas, Estado. Por isso apresentaremos características de cada uma dessas entidades e as especificidades de suas assessorias de imprensa. O objetivo é revelar aspectos das condições de produção noticiosa das assessorias, seu lugar de fala e relação com o campo jornalístico e outros atores sociais.

Três coberturas jornalísticas produzidas pelas assessorias de imprensa das entidades serão analisadas, com o objetivo de revelar que estratégias jornalísticas de produção de sentido são utilizadas pelas assessorias de imprensa. O trabalho analítico realiza-se com aportes teóricos e metodológicos da análise do discurso, discutidos no Capítulo 3.

5.1 TERRA DE DIREITOS

A Terra de Direitos atua em demandas encaminhadas por movimentos sociais e organizações da sociedade civil. São casos ligados aos direitos econômicos, sociais, ambientais e culturais. Atua em 4 eixos principais: Terra, Território e Equidade Social; Política e Cultura dos Direitos Humanos; Justiciabilidade dos Direitos Humanos e democratização da Justiça e Biodiversidade e Soberania Alimentar²⁷. Cada linha de atuação tem programas e atividades específicas como “assessoria jurídica popular, que

27 As informações foram extraídas do endereço <http://terradedireitos.org.br/linhas-de-atuacao/>. Acessado em: 19 de maio de 2015.

atua através da mediação de conflitos coletivos, da interlocução com os poderes públicos, da formulação e do envio de denúncias em âmbito nacional e internacional”, desenvolvimento de “pareceres, pesquisas e relatórios para analisar políticas públicas, legislações, ações judiciais e outros documentos relacionados aos direitos humanos”, a participação em articulações da sociedade civil e promoção de “ações para formação em direitos humanos e incidência (advocacy)”.

Com a proposta de incidir nacionalmente em relação aos temas em que está envolvida, ela possui trabalhos específicos no Paraná, onde fica sua sede, em Curitiba, Oeste do Pará, no município de Santarém, e no Distrito Federal. A instituição funciona com assessoria jurídica popular e assessoria de comunicação. O funcionamento é custeado com projetos encaminhados às instituições nacionais e internacionais.

Em sua página *online*, a entidade destaca 18 “casos emblemáticos”²⁸ nos quais atuou. Em cada um deles disponibiliza todos os conteúdos midiáticos (notícias, reportagens, vídeos, fotos) sobre o tema, além de documentos e outras publicações. Geograficamente, os casos estão espalhados por três estados brasileiros (Paraná, Pernambuco e Pará) e um internacional, sobre a participação da entidade nas edições da COP (Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica) desde 2006. Os demais casos se referem à luta de comunidades indígenas, quilombolas, de pequenos agricultores por território (quatro casos), de defesa de comunidades urbanas pela moradia (três casos), atuação em casos de assassinatos de trabalhadores em conflitos agrários (quatro casos), defesa de direitos trabalhistas desrespeitados (dois), defesa de comunidade atingida pela construção do complexo hidrelétrico Tapajós (PA), atingidas pela exploração ilegal de madeira e atuação contra a empresa transnacional Syngenta Seeds, que produz sementes transgênicas e agrotóxicos.

Utilizaremos para a análise um dos “casos emblemáticos” mais recentes: a luta pela titulação do território Quilombo Paiol de Telha, em que a *Terra de Direitos* prestou apoio jurídico a 300 famílias da comunidade. Para subsidiar a compreensão da análise do discurso jornalístico sobre o caso Paiol de Telha, sintetizamos o acontecimento, construindo o discurso a partir das narrativas da própria assessoria. O corpo de análise e a justificativa da escolha será apresentada na sequência.

Caso Paiol de Telha

28 Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/category/biblioteca/casos-emblematicos/>. Acessado em: 19 de maio de 2015.

A luta pela conquista do território quilombola se iniciou no ano de 2004, com a mobilização de membros da comunidade para conquistar a terra que pertenceu aos seus antepassados. O primeiro procedimento foi o pedido de certificação. Com base em estudo antropológico, a Fundação Palmares²⁹ certificou o território como quilombola.

O estudo comprovou que 11 escravos que trabalhavam na fazenda receberam a terra como doação da fazendeira Balbina Francisca de Siqueira, estabelecendo a comunidade Invernada Paiol de Telha³⁰, localizada no município de Rio Bonito do Iguaçu, na região centro-sul do Paraná. O mesmo estudo constatou que os descendentes dos 11 escravos permaneceram na comunidade até por volta da década de 1970. Nessa época, um movimento de expropriação e violência teria expulsado os moradores do local, acabando com a comunidade. Eles se estabeleceram, depois da década de 1970, em ao menos quatro localidades da região.

Com base nos dados da certificação e nos marcos do decreto federal 4887/03, que delega ao Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a competência de proceder a titulação de terras quilombolas, a comunidade entrou com pedido requerendo a titulação do território. Iniciou-se um processo administrativo no Incra do Paraná.

Quem ocupou as terras da comunidade Paiol de Telha, desde a década de 1970, foi a Cooperativa Agroindustrial Agrária e alguns de seus cooperados. Com o início do processo administrativo no Incra, a cooperativa questionou na Justiça a legalidade do decreto federal que autoriza o órgão federal a proceder a titulação do território e, por consequência, o próprio processo de titulação realizado pelo Instituto. Até que não houvesse uma definição judicial sobre a validade do decreto, o processo administrativo do Incra, no caso Paiol de Telha, ficou interrompido. Em 2013, depois que a ação da Cooperativa Agrária tramitou em última instância, o processo administrativo foi retomado.

Paralelamente a ação da Agrária, que tinha como objeto específico questionar a titulação do território quilombola Paiol de Telha, outra ação judicial estava em trâmite. Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), questionando a validade do decreto federal 4887/03, havia sido impetrada pelo partido Democratas, em 2004. Até o final do

29 Instituição governamental voltada para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira, capacitada para realizar certificação de territórios quilombolas.

30 A comunidade é conhecida, e nomeada nas notícias produzidas pela Terra de Direitos, por diferentes nomes: Invernada Paiol de Telha, Paiol de Telha e Fundão.

julgamento do caso Paiol de Telha, não havia decisão sobre a tramitação da ADI.

Com a confirmação da legalidade do trabalho do Incra no Tribunal Regional Federal (4ª região), em 2013, o processo de titulação do território teve continuidade. O Incra, em outubro de 2014, reconheceu a comunidade Paiol de Telha como território quilombola. Em junho de 2015 foi assinado o decreto de desapropriação das terras.

Antes da medição e pagamento da indenização dos proprietários, trâmite que antecede a titulação coletiva do território, os moradores ocuparam a fazenda e fecharam a rodovia em suas margens. Com o argumento da demora do Incra e devido as péssimas condições de vida dos membros da comunidade, os quilombolas entraram na terra forçando um acordo.

Em novembro de 2015, o Incra, membros da comunidade e Cooperativa Agrária concordaram que, ao menos metade do total do território seria retomado pelos quilombolas antes da medição e desapropriação. Os quilombolas se comprometeram a permitir a colheita do que já estava cultivado na área e o Incra em acelerar o processo de titulação.

Todo esse processo foi acompanhado pela assessoria de comunicação da entidade, que produziu 19 matérias jornalísticas em dois anos (de 17 de outubro de 2013 a 1º de junho de 2015) e as veiculou em seu *site*³¹. Sobre o assunto, a entidade também reproduziu materiais publicados por outras entidades e documentos feitos por outras áreas da instituição, como relatórios, trabalhos acadêmicos e documentários. A partir de um mapeamento da cobertura jornalística realizada pela assessoria de imprensa da *Terra de Direitos*, selecionamos 11 notícias de diferentes etapas do acontecimento. Essa seleção serviu de objeto para reflexão sobre as estratégias jornalísticas da entidade neste caso.

5.1.1 - Construção discursiva da luta pela titulação do território quilombola paiol de telha

Para realização da análise, partimos da premissa de que a *Terra de Direitos* tem um posicionamento sobre o tema, já que assume papel de defensora e assessora jurídica da comunidade na condução do processo que julga a titulação do território quilombola. A assessoria de imprensa assumiu, nesse processo, a responsabilidade de converter esse

31 A narração do acontecimento serviu de subsídio para o resumo sucinto que fizemos do acontecimento. O link para todas as matérias sobre o caso é: <http://terradedireitos.org.br/2013/11/29/comunidade-quilombola-paiol-de-telha/>. Acessado em: 19 de maio de 2015.

posicionamento em manifestação jornalística, se utilizando de características próprias dessa economia discursiva. Tal ferramenta possibilitaria uma interface com os demais agentes sociais, sobretudo a imprensa – considerando as especificidades da assessoria de imprensa.

O *site* institucional, nesse contexto, se apresentou como uma possibilidade de geração de sentido sobre o discurso da entidade. Por isso, a análise repousa sobre os textos que circularam nesse suporte, ferramenta pela qual a *Terra de Direitos* oferece sistematicamente sentidos sobre os temas pelos quais se interessa no campo da militância e política. Utilizado como suporte jornalístico, o *site* inseriu a entidade em uma ambiência midiaticizada, com interface com atores individuais, meios de comunicação e outras instituições.

Considerando sua posição de fonte de informação à imprensa jornalística e de produtora de sentidos sobre o acontecimento, analisamos as estratégias de produção discursivas jornalísticas que foram utilizadas na cobertura veiculada no suporte *site* institucional.

Selecionamos 11 matérias que possibilitam reconstruir discursivamente o acontecimento e proceder à análise.

Quadro 2 - Lista de notícias analisadas da *Terra de Direitos*

	Título	Data
1	TRF4 julgará a constitucionalidade do decreto federal que viabiliza a titulação dos territórios quilombolas	17/10/13
2	Com 6 dos 15 votos do TRF4 a favor do Decreto de territórios quilombolas, julgamento é suspenso até dezembro	28/11/13
3	Por 12 votos a 3, TRF4 decide pela constitucionalidade do Decreto de titulação de terras quilombolas	19/12/13
4	Julgamento reafirma direitos assegurados na Constituição Federal e dá fôlego à luta quilombola	31/01/14
5	INCRA atrasa mais de um ano para declarar limites territoriais do Quilombo Paiol de Telha	11/04/14
6	Nova vitória jurídica reafirma constitucionalidade do Decreto que trata da titulação de territórios quilombolas	20/05/14
7	Paiol de Telha é o primeiro território quilombola reconhecido pelo Incra no Paraná	21/10/14
8	Titulação de territórios quilombolas avançam, mas ainda não dão conta da demanda	03/12/14
9	Nova vitória do Paiol de Telha no Judiciário: a luta pelo decreto de	22/04/15

	desapropriação continua	
10	Em pressão à titulação de território quilombola, Paiol de Telha ocupa fazenda	01/06/15
11	Quilombolas avançam: Dilma assina decreto de desapropriação do território do Paiol de Telha	22/06/15

Fonte – Site institucional da *Terra de Direitos*

5.1.2 Trâmite jurídico como linha de narração

A assessoria de imprensa da *Terra de Direitos* utilizou como linha principal de construção do discurso jornalístico sobre a 'luta pela titulação do território quilombola' os atos jurídicos acompanhados pela entidade e que diziam respeito ao processo de titulação do território da comunidade. Essa estratégia de construção ocorreu, em partes, pela natureza do acontecimento, que foi travada em boa parte no âmbito jurídico. As vitórias nos tribunais, no entanto, além do acontecimento (factual) e dos valores noticiosos implícitos em si, se converteram em legitimação do discurso da instituição.

Recorrendo às falas de especialistas do campo jurídico, às decisões dos tribunais, às leis e documentos, o discurso noticioso da entidade ofereceu um sentido de legitimidade ao acontecimento. A luta pelo território – acontecimento central da narração – foi associado às decisões favoráveis da Justiça, a legislação vigente no país, que assegura tal direito, e confirmada pela fala de especialistas convidados e membros da entidade.

A tramitação judicial do acontecimento – construída discursivamente pela entidade – ocorre em três partes fundamentais: 1) o julgamento da validade do trabalho do Incra sobre a titulação das terras quilombolas, 2) o julgamento de recursos sobre a primeira decisão e 3) a tramitação de uma ADI sobre o caso no Supremo Tribunal Federal. Com uma estratégia que pode ser classificar como didática e informativa, a assessoria constrói as notícias explicando e informando o andamento do trâmite judicial.

Na primeira parte, as notícias informam que “todo o trabalho do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)”, no que se refere à titulação de territórios, “irá a julgamento no Tribunal Regional Federal da Quarta Região – TRF4” (notícia 1, *TRF4 julgará a constitucionalidade do decreto federal que viabiliza a titulação dos territórios quilombolas*). A titulação do território da comunidade Paiol de Telha – objeto da luta da comunidade -, portanto, depende de uma decisão judicial que reconheça a legitimidade do trabalho do Incra, que estava sendo realizado com base “nos marcos do Decreto Federal 4887/03”.

O resultado favorável aos quilombolas no julgamento leva a uma nova parte da cobertura: a tramitação de recursos apresentados pela Cooperativa Agroindustrial Agrária. Autora da ação questionando o trabalho do Incra, a cooperativa recorre da decisão dos juízes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A decisão inicial, favorável à titulação das terras para os quilombolas, é mantida.

Paralelamente a realização dos julgamentos referentes à titulação do território quilombola Paiol de Telha, outro acontecimento no âmbito jurídico era abordado pela entidade: a existência de uma ADI no Supremo Tribunal Federal questionando a validade constitucional do decreto federal 4887/03, fundamentado na Constituição Federal, que regulamenta a atuação do Incra na titulação de territórios quilombolas em todo o Brasil.

Uma primeira característica da cobertura jornalística da assessoria de imprensa da *Terra de Direitos* é o caráter informativo. Desde a primeira publicação sobre o tema, a entidade manteve uma regularidade na cobertura dos acontecimentos, apresentando datas, horários e o teor do julgamento. A cada movimentação ou ato importante, um conteúdo noticioso era produzido. Para noticiar essas diferentes etapas que envolveram tramitação jurídica, a assessoria de imprensa da *Terra de Direitos* utilizou duas principais estratégias que destacaremos a seguir.

a) Decisões judiciais como legitimação

O acontecimento central para a entidade é a luta da comunidade para a retomada do território quilombola e o sentido que se oferece com a cobertura dos julgamentos sobre o caso é a legitimidade dessa luta. As decisões judiciais são construídas discursivamente como fatos que legitimam e dão argumentos à causa.

Além de ser uma característica do próprio acontecimento, já que a comunidade tem um ganho de causa no processo, ou seja, um dado objetivo, as decisões judiciais são construídas levando em conta a vitória no contexto de luta da comunidade Paiol de Telha. Tomemos a notícia 3 (*Por 12 votos a 3, TRF 4 decide pela constitucionalidade do Decreto de titulação de terras quilombolas*) como exemplo dessa construção.

A decisão judicial é caracterizada como “vitória para todas as comunidades quilombolas brasileiras”. Mais do que uma decisão que interfere diretamente em um caso específico, a manutenção da validade do decreto 4887/03 no caso Paiol de Telha “significa um avanço no processo histórico de afirmação e conquista de direitos

humanos dos povos tradicionais quilombolas”. Nos dois trechos fica claro o lugar de fala da entidade, demarcada pela defesa da comunidade.

Ao noticiar o ato de ocupação do território em disputa, naquele momento sob posse da Cooperativa Agrária, as decisões judiciais se convertem em argumento para a legitimidade da ação da comunidade (notícia 10, *Em pressão à titulação de território quilombola, Paiol de Telha ocupa fazenda*).

O ato de ocupação, em 20 de outubro de 2014, teve o objetivo de reivindicar a titulação do território em disputa. Além de reconhecido pelo Incra, a posse já havia sido definida pela Justiça. O texto menciona que com a decisão do ano de 2013 “ficou confirmado que a comunidade tem direito à titulação de pouco mais de três mil hectares de terras, e deu-se fim ao procedimento administrativo de reconhecimento do território junto ao Instituto” (notícia 10).

A notícia também revela o conflito entre a Comunidade e a Cooperativa Agrária, que tentou “impedir o processo de reconhecimento da área”.

b) Influência em outras decisões

As notícias ofereceram um sentido de influência positiva do julgamento da titulação do território quilombola Paiol de Telha em outros casos. Por se tratar de uma primeira decisão sobre casos de titulação de território quilombola no Brasil, a manutenção do processo administrativo no Paiol de Telha teria efeito jurídico em outras decisões sobre a titulação de territórios quilombolas. O mesmo sentido de capacidade de influência da decisão foi associado com a tramitação, no Supremo Tribunal Federal, da ADI.

O julgamento que envolve diretamente a comunidade Paiol de Telha é o primeiro a consolidar uma posição sobre a validade do decreto 4887/03. Por ser uma decisão inédita que avaliará o procedimento administrativo de titulação de terras quilombolas realizado pelo Incra, a notícia considera que a decisão “ganha uma dimensão nacional” (notícia 3) e o posicionamento dos juízes influencia “diretamente as 144 comunidades quilombolas da região Sul e também na decisão de Tribunais de outras regiões do país” (notícia 3). Pela existência desse processo no STF, a notícia aponta que o “julgamento do caso Paiol de Telha” poderá “influenciar positivamente no julgamento da ADI 32329” (notícia 1).

Duas fontes reforçam essa construção discursiva sobre o tema: Carlos Marés³², professor da PUC/PR e Fernando Prioste, coordenador da *Terra de Direitos* e advogado popular da comunidade Paiol de Telha. Ambos reforçam o aspecto da “vitória” judicial da comunidade. Carlos Marés opinou que a “decisão trouxe argumentos preciosos para a discussão que se trava no Supremo Tribunal Federal”, se referindo a ADI 3239/04. Essa fonte não é ligada a entidade (ao menos no texto da notícia não há relação). Fernando Prioste considerou “importante” a decisão que 'reconhece' o que está na Constituição Federal, no art. 68 das ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - “como norma de direito fundamental com aplicabilidade imediata” (notícia 4).

O acontecimento ‘julgamento’, naturalmente, foi tema da cobertura noticiosa da assessoria da entidade, por fazer parte de suas ações - uma das propostas da instituição é oferecer assessoramento jurídico às comunidades em casos de violação de direitos humanos³³. O modo como o discurso foi construído, no entanto, revela a intenção de oferecer ao debate público um determinado sentido sobre o tema, não se limitando em informar sobre o julgamento.

Os recursos usados para construir as notícias sobre os julgamentos sempre estiveram acompanhados pela descrição da comunidade, associadas à história e às condições atuais dos quilombolas, do seu direito pela terra e da cultura da comunidade. Nesse processo, também, as vitórias jurídicas foram construídas no texto sempre na direção de oferecer um sentido de legitimidade à luta da comunidade.

5.1.3 Identidade como direito e notícia

A construção discursiva da luta pelo território da comunidade Paiol de Telha – além dos acontecimentos jurídicos – passa também pela legitimação do direito em função de sua história e de sua cultura. O relato de como a comunidade era formada, de como ocorreu a posse e a expulsão da terra se constitui como notícia para a *Terra de Direitos*. A explicação de características do Paiol de Telha acompanhou o contexto de narração da luta da comunidade, funcionando como um fator de legitimação das ações.

Esse discurso aparece nas notícias localizando o leitor sobre o porquê a comunidade luta pela posse do território. O principal recurso usado para construir esse

32 Doutor em Direito Público - UFPR. Atua no Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Paraná.

33 O assessoramento jurídico popular está entre as atividades da Terra de Direitos, conforme informações disponibilizadas pela instituição. <http://terradedireitos.org.br/quemsomos-2/>. Acessado em: 19 de maio de 2015.

discurso foi o subtítulo. Em notícias que trataram de diferentes acontecimentos relacionados à luta pela titulação do território, subtítulos como *Entenda o caso, Séculos de resistência*, *Sobre o Paiol de Telha* ofereciam ao leitor informações históricas do quilombo Paiol de Telha, contextualizando a informação principal.

Um relato cronológico da história da comunidade é construído³⁴ na cobertura jornalística do acontecimento. A formação do Paiol de Telha ocorre em 1860, “depois que 11 trabalhadores escravizados foram libertos, receberam o território como herança da então proprietária, Balbina Francisca de Siqueira” (notícia 1). Na década de 1970, segundo o texto, “se intensifica” um “movimento de violência e expropriação”, fazendo com que a comunidade viva com “insegurança da posse da terra”. Desde então, os moradores estão em pequenas porções do território ou “localidades próximas”.

As notícias não relacionam o movimento de “violência e expropriação” com a atual proprietária das terras. Informa, apenas, que a posse da terra é de “colonos europeus ou descendentes cooperados da Cooperativa Agrária Entre Rios”.

A fala de uma moradora do lugar oferece um contraste entre a atualidade e a época em que a comunidade existia, antes de ser “expulsa” do território.

A vida no Fundão era muito boa, tinha festa, reza, trabalho, tinha liberdade. Quando fomos expulsos do Fundão eu já era grande. Depois disso, só tivemos tristeza, é parada em pedacinho de terra, onde não dá pra plantar (...). Fizemos casinha de costaneira e de compensado pra morar. E até hoje, estamos assim, esperando nossa terra (notícia 1, Quadro 2, p.73)

O contraste do relato é apresentado na sequência, ao afirmar que ela e “outras 300 famílias” vivem atualmente “em condições precárias, por ter sido expulsa do território que pertence aos quilombolas desde o século XIX” (notícia 1). O sentido que se oferece é de que a vida muda com a saída do território. Na comunidade a vida “era muito boa” e que sem a terra as “condições são precárias”.

Ainda como um esforço de identificação histórica do Quilombo Paiol de Telha, as notícias informam que a comunidade foi certificada pela Fundação Palmares, em 2004, como território tradicional, sendo que os moradores são “descendentes” diretos dos “trabalhadores escravizados e comunidade remanescente de quilombo”. Outro fator recorrente na descrição da história da comunidade é que o Paiol de Telha foi um dos primeiros territórios autodeclarados quilombola a pedir a titulação no Paraná, com

34 Duas referências que “registram” a história da comunidade são indicadas no texto. O livro *“O Sangue e o Espírito dos Antepassados: escravidão, herança e expropriação no grupo negro Invernada Paiol de Telhas-PR”* e a *“Cartografia Social da Comunidade Paiol de Telha”*. O último, publicado em 2008, teve a “participação direta dos quilombolas da comunidade” e aponta as dificuldades atuais das famílias.

protocolo realizado em 2005.

A história da comunidade ganha um valor de atualidade, funcionando como explicação do acontecimento. Recorre-se a informação história como oferta de sentido de legitimidade na luta pela terra. O relato histórico da comunidade surge como um aporte na cobertura noticiosa, localizando o leitor sobre o porquê da mobilização da comunidade.

5.1.4 Condições precárias de vida e o esquecimento cultural

A desvalorização da cultura quilombola e as condições de precariedade em que vivem os membros da comunidade atualmente, devido à falta do território, também foram abordadas nas notícias da entidade. Elas operam o mesmo sentido de legitimação da luta da comunidade quilombola, que se mobiliza para retomar a terra como forma de manter condições dignas de vida e preservar sua identidade cultural.

As condições de vida das pessoas da comunidade são descritas como de “penúria” (notícia 10) e “precária” (notícia 1). A luta pela terra - relata a notícia -, faz com que os quilombolas esperem “há dez anos (...) acampados na beira da estrada” (notícia 10). A notícia relata que cerca de 30 famílias viviam em

barracos de lona e madeira, sem acesso a água tratada, energia elétrica, transporte escolar e outras políticas e serviços públicos básicos. Além disso, os integrantes do Barranco também sofrem com a poeira levantada pelos caminhões e carros que passam pela BR, que ainda não é asfaltada (notícia 10, Quadro 2, p.73).

O relato das condições de vida dos moradores da comunidade corrobora com a legitimação da 'luta pelo território'. As condições de vida são associadas ao fato de elas viverem fora do “território tradicional”, fazendo com que as famílias sofram “ameaças concretas a seu modo de vida”. Por isso a “titulação do território tradicional é medida urgente que se faz necessária para garantir a sobrevivência física, social, econômica e cultural da comunidade quilombola como tal” (notícia 5).

Essa característica da cobertura oferece aos leitores um sentido de legitimidade que não parte somente do direito expresso em lei e confirmado por um tribunal. Relacionar a situação de vida dos moradores e a iminente perda cultural da comunidade com a falta do território, em consonância com a estratégia de trabalho da *Terra de Direitos*, reforça a legitimidade da luta da comunidade pelo território.

5.2 JUSTIÇA GLOBAL

Com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a entidade fundada em novembro de 2001 atua na proteção e promoção dos direitos humanos, da democracia e da sociedade civil. Trabalha na pesquisa e documentação de temas ligados aos direitos humanos, com publicação de relatórios e outras publicações, a utilização de mecanismos internacionais de defesa e o uso de ferramentas de comunicação. A entidade é financiada com doações de instituições nacionais e internacionais.

Sua política comunicacional tem como objetivo ampliar sua participação nas discussões sobre temas de atuação. Dentre as estratégias utilizadas estão o contato com jornalistas para sugestão de pautas e subsídio de fontes de informação, envio de relise, elaboração e publicação de artigos em jornais de circulação nacional, realização de entrevistas e a realização de assessoria de imprensa para organizações locais. Dentro das estratégias destacamos a oferta de “boletim eletrônico e página eletrônica da *Justiça Global* (com informações sobre nossas atividades e editoriais de opinião)”³⁵, objetos desta análise.

Trabalhando na “proteção e promoção dos direitos humanos e o fortalecimento da sociedade civil e da democracia”, as ações desenvolvidas pela organização propõem

denunciar violações de direitos humanos, incidir nos processos de formulação de políticas públicas baseadas nos direitos fundamentais, impulsionar o fortalecimento das instituições democráticas, e exigir a garantia de direitos para os excluídos e vítimas de violações de direitos humanos (JUSTIÇA GLOBAL, 2015).

Quatro programas direcionam as ações: Acesso à Justiça, Defensores e defensoras dos Direitos Humanos, Direitos econômicos, sociais e culturais e Segurança pública e violência institucional. Esses programas são realizados através de cinco estratégias integradas: Litigância, Pesquisa e documentação, Formação, *Advocacy* e Comunicação.

Um arquivo na página eletrônica da entidade registra as notícias produzidas (em diferentes formatos), casos denunciados à ONU (Organização das Nações Unidas) e relatados a CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) da OEA (Organização dos Estados Americanos). Também disponibiliza o arquivo de relatórios e conteúdos publicados pela mídia e que envolvem a entidade. Na seção de Notícias estão publicadas informações jornalísticas desde 2005, produzidas pela assessoria de imprensa da entidade, que conta com dois profissionais (ambos jornalistas).

Em levantamento realizado na página de Arquivo³⁶ da instituição identificamos os principais temas abordados pela entidade nas notícias produzidas: denúncia de casos

35 Informações extraído do site <http://global.org.br>. Acessado em: 21 de maio de 2015.

36 Disponível em: <http://global.org.br/categoria/arquivo/>. Acessado em: 21 de maio de 2015.

de violência policial, das condições do sistema prisional, sobre alterações em legislação que promovam a perda de direitos e retrocessos nos direitos humanos, denúncia de ações de grandes empresas que degradam o meio ambiente e desrespeitam comunidades em função de suas atividades, perseguição e violência contra defensores e defensoras dos direitos humanos no Brasil. Os acontecimentos e abordagens das produções jornalísticas estão ligadas à atuação da entidade. Pela forte presença da *Justiça Global* no acompanhamento e mediação de conflitos causados pela ação de empresas extrativistas (gás, petróleo, minério) e construções que atingem comunidades, um tema recorrente nos últimos seis anos foi à construção da usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, região da cidade de Altamira, estado do Pará.

Ao mesmo tempo em que o tema compunha parte da agenda política e midiática nacional, a *Justiça Global* produziu conteúdos jornalísticos sobre a construção da usina. Foram 66 publicações (entre 2009 e agosto de 2015), entre notícias e notas de repúdio. As notícias produzidas pela entidade partiam de acontecimentos relacionados à violação dos direitos de comunidades e danos ambientais causados pela obra. Em seu *site* também foram veiculadas notícias produzidas pelo movimento Xingu Vivo Para Sempre³⁷.

Belo Monte

O Complexo Hidrelétrico de Belo Monte é uma obra de engenharia construída pelo Consórcio de empreiteiras Norte Energia. A obra recebeu dinheiro do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do Governo Federal, e se tornou a maior obra em construção no país entre os anos de 2010 e 2015. Por parte de movimentos sociais e entidades, o principal problema da obra foi o impacto ambiental e humano causado pela construção.

Muitas comunidades foram atingidas e o impacto sobre a população, principalmente de Altamira, foi bastante intenso e negativo. Ainda assim, parte da população não foi ouvida no processo de planejamento, instalação e operação da obra, resultando em diversos casos de violação de direitos humanos. Outro aspecto bastante criticado quanto

37 “O Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) é um coletivo de organizações e movimentos sociais e ambientalistas da região de Altamira e das áreas de influência do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que historicamente se opuseram à sua instalação no rio Xingu. Além de contar com o apoio de organizações locais, estaduais, nacionais e internacionais, o MXVPS agrega entidades representativas de ribeirinhos, pescadores, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas, moradores de Altamira, atingidos por barragens, movimentos de mulheres e organizações religiosas e ecumênicas”. Informações disponíveis em: <http://www.xinguvivo.org.br/quem-somos/>. Acessado em: 25 de junho de 2015.

a Usina de Belo Monte foi a eficiência na geração de energia da obra, pela alteração no volume de água no rio Xingu em diferentes épocas do ano, que historicamente tem períodos de escassez.

Com as notícias produzidas pela entidade e publicadas no *site*³⁸ buscou-se revelar a reação de preocupação da sociedade civil com liberação da licença prévia de construção da hidrelétrica. Foram apresentados dados apontando que “a licença contraria laudos técnicos independentes e ações judiciais que apontam para os enormes impactos que a barragem traria ao meio ambiente e aos habitantes da região do Xingu”³⁹.

As notícias denunciaram que a diretoria do IBAMA ignorou a “falta de consulta prévia às comunidades atingidas e as fragilidades dos Estudos de Impacto Ambiental do empreendimento”⁴⁰ e que o Estado brasileiro não compareceu nem respondeu aos questionamentos da CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) sobre a construção da usina⁴¹.

Também foi noticiado, por meio de seu *site*, as ocupações de indígenas, ribeirinhos, pescadores e apoiadores no canteiro de obras hidrelétrica⁴². A acusação de violação da convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), por ferir direitos de indígenas com a construção da usina⁴³. O alerta de entidades ao BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), solicitando que não emprestasse 22,5 bilhões de reais para construção da Usina⁴⁴.

5.2.1 Discurso como defesa de direitos na construção de Belo Monte

A assessoria de imprensa da *Justiça Global* construiu jornalisticamente o acontecimento 'defesa de direitos na construção da usina de Belo Monte', em Altamira, no Pará. A produção jornalística se iniciou a partir do ano de 2008. A obra de

38 Disponível em: <http://global.org.br/programas/reacao-a-belo-monte/>. Acessado em: 21 de maio de 2015.

39 Disponível em: <http://global.org.br/programas/reacao-a-belo-monte/>. Acessado em: 21 de maio de 2015.

40 Disponível em: <http://global.org.br/programas/construcao-de-belo-monte-e-denunciada-a-onu/>. Acessado em: 21 de maio de 2015.

41 Disponível em: <http://global.org.br/programas/quem-nao-deve-nao-teme%E2%80%9D-governo-brasileiro-foge-de-audiencia-sobre-belo-monte-na-comissao-de-direitos-humanos-da-oea/>. Acessado em: 21 de maio de 2015.

42 Disponível em: <http://global.org.br/programas/o-termino-da-ocupacao-de-belo-monte/>. Acessado em: 21 de maio de 2015.

43 Disponível em: <http://global.org.br/programas/oit-diz-que-governo-violou-convencao-169-no-caso-de-belo-monte/>. Acessado em: 21 de maio de 2015.

44 Disponível em: <http://global.org.br/programas/financiamento-do-bndes-a-belo-monte-contraria-as-normas-do-proprio-banco-e-sera-questionado-na-justica/>. Acessado em: 21 de maio de 2015.

engenharia, por seu impacto econômico e socioambiental, foi retratada em acontecimento jornalístico por diferentes enunciadores, que propuseram diferentes sentidos sobre Belo Monte. A *Justiça Global*, por seu interesse específico na defesa das comunidades, lançou um discurso de defesa dos atingidos pela obra, apontando – principalmente - contradições sobre a construção da usina, violações de direitos causadas por ela e ações da entidade em organismos internacionais. A cobertura tem um perfil de denúncia e ressalta violações que, na visão da entidade, ocorrerem na construção da usina.

Foram 27 notícias publicadas no *site* da entidade entre 2008 e agosto de 2015. Esse número não considera as notícias que não foram produzidas pela instituição. A *Justiça Global* também publicou notícias produzidas pelo coletivo Xingu Vivo Para Sempre. Dentre eles, porém, havia notas, manifestos, cartas de repúdio, além das matérias jornalísticas. Realizamos uma triagem e separamos somente as notícias produzidas pela assessoria de imprensa e publicadas no *site*. Dentre as produções da entidade, verificou-se que havia três grupos capazes de sintetizar as temáticas abordadas: denúncias das violações às comunidades; ações e posicionamentos de organismos internacionais de defesa dos direitos humanos; apontamento de irregularidades no financiamento e execução da obra. A partir dessa organização por temáticas, realizou-se a análise do discurso jornalístico da entidade sobre o acontecimento: defesa de direitos na construção da usina de Belo Monte.

O trabalho de análise foi realizado a partir de um conjunto representativo de todos os eixos identificados na análise prévia de triagem de todo o material publicado no *site* da entidade. No quadro abaixo podem ser visualizados os títulos de nove notícias que ilustram o modo como o tema foi construído pela assessoria de imprensa da *Justiça Global* e que serão usadas na análise.

Quadro 3 - Lista de notícias analisadas da *Justiça Global*

	Título	Data
1	OEA intima Brasil a se manifestar sobre licença de Belo Monte	11/03/11
2	OEA determina suspensão imediata de Belo Monte	05/04/11
3	Belo Monte CIDH convoca Governo a responder sobre não-cumprimento de medidas cautelares	19/10/11
4	Questão de Belo Monte é levada ao Conselho de Direitos Humanos da	03/12/11

	ONU	
5	OIT diz que governo violou Convenção 169 no caso de Belo Monte	05/03/12
6	Presidente do BNDES recebe documento sobre irregularidades no financiamento de Belo Monte	05/12/12
7	Justiça Global participa de inspeção nas áreas ribeirinhas atingidas por Belo Monte	22/06/15
8	Organizações fazem pressão para que Brasil cumpra determinações da OEA sobre violações em Belo Monte	15/07/15

Fonte – Site institucional da *Justiça Global*

Os textos acima relacionados sintetizam as estratégias discursivas das entidades e o modo como as notícias foram construídas. A partir delas buscaremos identificar o modo como os jornalistas da *Justiça Global* estruturam discursivamente os acontecimentos.

5.2.2 Denúncias das violações às comunidades

As violações de direitos humanos de moradores atingidos pela construção de Belo Monte foi base para construção discursiva da *Justiça Global* sobre a Usina. As notícias ofereciam um sentido de que a obra desrespeitou direitos dos moradores locais. Mesmo em outras abordagens das ações da entidade, como nas notícias de denúncias à organismos internacionais e de irregularidades financeiras da obra, as violações aos moradores foi recorrente como parte da argumentação. O sentido ofertado pelos textos era de que a obra da Usina causou danos ao modo de vida dos ribeirinhos, a suas condições de trabalho, seu patrimônio, violaram direitos de indígenas (ao não consultá-los sobre a obra).

Com a obra em fase de conclusão (junho de 2015), a entidade produziu uma notícia sobre a “inspeção conjunta do Ministério Público Federal, do Conselho Nacional de Direitos Humanos, além de instituições que atuam na fiscalização” (notícia 7), que teve o objetivo de verificar os “impactos promovidos pela usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará”. Ao acompanhar “de perto a situação dos grupos atingidos”, a notícia sobre a ação da entidade teve o objetivo de relatar os fatos verificados.

Os relatos da inspeção são acompanhados da fala preocupada da entidade com relação ao “momento especialmente crítico para os ribeirinhos do Rio Xingu, com a

iminência de expedição da licença de operação da usina”. Tal preocupação se deve ao fato de que “os ribeirinhos foram excluídos da discussão sobre os impactos da Usina durante o processo de licenciamento, e encontram-se agora em grave risco a sua sobrevivência física e cultural”.

A notícia se estrutura a partir de duas informações centrais: de que a população ribeirinha não participou da discussão sobre os impactos da Usina, o que está previsto em lei, e que nesse momento, em que a expedição da licença de operação é iminente, havia uma ameaça direta à sobrevivência dessa população.

O texto descreve o que a inspeção verificou. Antigos moradores da comunidade de Santo Antônio, “a primeira a ser extinta com as obras de Belo Monte”, estão reassentadas em locais distantes de suas atividades “características de pesca e manejo do rio”. Ainda como impacto da obra, o texto relata que “famílias foram separadas”, passando a viver “distante muitos quilômetros” umas das outras. Também relata-se o pagamento de indenizações “ínfimas” e de demolição de casas na ausência dos proprietários, o que “vem aterrorizando os moradores, que temem ausentar-se de suas casas e acabam, com isso, comprometendo suas atividades laborais”.

São relatados de violações que ocorrem de modo generalizado (sem citar os indivíduos envolvidos diretamente), com assinatura de contratos com pessoas analfabetas e sem presença de testemunhas, promessas não cumpridas de reassentamento coletivo, “constante nos termos celebrados com a Norte Energia”, reassentamentos realizados em áreas que inviabilizam a manutenção da atividade laboral anterior, o não reconhecimento da posse das propriedades de ribeirinhos.

O modo como a Norte Energia procede o pagamento das indenizações também é apontado como uma violação dos direitos dos moradores. A notícia caracteriza como violação “a patrimonialização do ressarcimento, que não alcança a relação de dependência que os ribeirinhos têm com o rio e a floresta”. O ressarcimento dos atingidos ocorre priorizando aspectos do patrimônio sem levar em conta fatores culturais dos moradores, que vivem em direta relação com o rio.

Também são descritos casos de “violência dos agentes da empresa de segurança privada contratada pela Norte Energia contra os ribeirinhos” e a falta de acesso à Justiça. A ausência de defensores públicos estaduais em Altamira e a visita com periodicidade quinzenal de defensores públicos da União na cidade são apontados como causas da falta de acesso ao judiciário.

5.2.3 Ações e posicionamentos de organismos internacionais de defesa dos direitos humanos

Em termos de volume, a maioria das notícias produzidas pela *Justiça Global* teve como tema a atuação da entidade (sozinha ou em parceria com outras instituições) em relação aos organismos internacionais de defesa dos direitos humanos. Das notícias do Quadro 3, seis (1,2,3,4,5 e 8) tratam diretamente desse tema. Percebe-se, nesse grupo de notícias, a consonância com as atividades da entidade. Além de noticiar as violações causadas pela construção da obra, a instituição midiaticizou aquilo que se revela como seu trabalho de militância: promover a intervenção de organismos internacionais de defesa dos direitos dos atingidos pela construção da Usina de Belo Monte. O período das notícias analisadas vai de 2011 à 2015.

Em organismos internacionais, o aspecto principal denunciado pela entidade (em conjunto com outras instituições) foi a não realização de oitivas dos indígenas atingidos pela construção da Usina. As notícias analisadas foram escolhidas levando-se em conta a cronologia das ações e dos pedidos realizados. Em 2010 a entidade denunciou o caso à CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), ligada à OEA (Organização dos Estados Americanos). A entidade internacional cobrou explicações do Estado brasileiro (notícia 1) e determinou a suspensão de Belo Monte pelo não cumprimento de medidas solicitadas pela instituição (notícia 2). O mesmo órgão voltou a cobrar o Estado pelo não cumprimento das medidas propostas (notícia 3) e foi cobrado, também, por organizações para que atendesse os pedidos da CIDH (notícia 8).

O mesmo tema foi levado ao conhecimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas), ainda em 2011 (notícia 4) e foi tema de um relatório técnico da OIT (Organização Internacional do Trabalho), em 2012 (notícia 5).

Um conjunto 40 entidades que defendem as comunidades atingidas realizou um pedido de medida cautelar à CIDH, em 2010. A solicitação foi realizada para “que a União seja obrigada a suspender o processo de licenciamento ambiental referente à UHE de Belo Monte” (notícia 1). No mesmo pedido, as entidades solicitavam a paralisação das obras, por parte do Governo ou de terceiros, e o respeito aos “direitos humanos das pessoas e comunidades afetadas em tudo que seja relacionado com o projeto”.

Em função do pedido, a entidade produziu e publicou matérias de acompanhamento dos desdobramentos do caso na CIDH. Em 2011 o governo brasileiro

foi convocado para prestar explicação sobre a “não adoção de medidas de proteção dos direitos indígenas das populações ameaçadas pelo projeto de Belo Monte, como foi solicitado cautelarmente pela instituição”. Dentre as denúncias que o estado brasileiro teria de apresentar defesa estavam a “não realização da consulta livre, prévia e informada (oitivas indígenas) pelo Congresso Nacional anteriormente ao licenciamento da usina, além de relatos sobre o aumento dos problemas que atingem as populações do Xingu em função das obras da usina”.

O posicionamento de um organismo internacional de defesa dos direitos humanos passa a repercutir com importância nas notícias da entidade. O posicionamento da CIDH, respaldado pela Convenção Interamericana dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, é usado como um legitimador das falas da própria *Justiça Global*. Demonstra-se que a defesa das comunidade é uma demanda que tem respaldo de uma organização internacional. Cria-se, também, a partir da cobertura, uma expectativa em relação aos desdobramentos dos posicionamentos das instituições.

Dentro desse discurso, diferentes estratégias são usadas. Uma delas a fala das fontes. A liderança local Sheyla Juruna reitera a situação em que vive a população local em função da obra da Usina de Belo Monte.

A situação das populações indígenas da região de Altamira está cada vez pior. A saúde está um caos, a mortalidade infantil está aumentando, os casos de malária triplicando. Mesmo as medidas emergenciais que deveriam ser cumpridas pela Norte Energia, simplesmente não estão sendo garantidas – como prevê o acordo da empresa com a Funai. Até as aldeias que acabaram silenciando sobre Belo Monte agora estão enfurecidas com esta situação (Notícia 3, Quadro 3, p.83)

A decisão da OEA, de pedir a suspensão das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, é vinculada à atuação das entidades, dentre elas a *Justiça Global*. Na sequência fontes comentam sobre a decisão. Advogados e moradores locais tem espaço de fala para apresentarem seus posicionamentos a respeito da notícia. A advogada Roberta Amanajás, da SDDH (Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos) apontou que em caso de descumprimento da decisão, mantendo a obra sem que as comunidades indígenas sejam ouvidas, “constituirá em descumprimento da decisão da CIDH e violação ao direito internacional e o governo brasileiro poderá ser responsabilizado internacionalmente pelos impactos negativos causados pelo empreendimento”.

Outra fala, da liderança Antônia Melo, do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, é mobilizado no mesmo sentido, para reafirmar que a construção da Usina de Belo Monte representa um desrespeito do direito de moradores de comunidades da região.

Ela classifica as decisões do governo brasileiro como “ditatoriais”, que buscam o “desenvolvimento a qualquer custo”, para ela os “líderes não podem mais usar o desenvolvimento econômico como desculpa para ignorar os direitos humanos e empurrar goela abaixo projetos de destruição e morte dos nossos recursos naturais, dos povos do Xingu e da Amazônia, como é o caso da hidrelétrica de Belo Monte”.

Com um discurso semelhante, a diretora da *Justiça Global*, Andressa Caldas, apresenta uma fala que dá à decisão da OEA uma dimensão nacional, por ser um “alerta ao governo e um chamado para que toda sociedade brasileira discuta amplamente este modelo de desenvolvimento autoritário e altamente predatório que está sendo implementado no Brasil”. Ela justifica essa posição citando que diversas obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) estão causando remoções de famílias impactos sociais e ambientais.

A última fonte é outra liderança da comunidade, apresentada como “liderança indígena da comunidade Juruna do km 17, de Altamira”, Sheyla Juruna dá um relato pessoal sobre a decisão, se dizendo comovida. Que a notícia (da posição da CIDH sobre a Usina) dá a “certeza de que estamos certos em denunciar o governo e a justiça brasileira”, que a “continuaremos firmes e resistentes nessa luta contra a implantação do Complexo de Belo Monte”. A notícia explica, ainda, o que a decisão da CIDH considerou também a posição de “cientistas, pesquisadores, instituições do governo e personalidades internacionais” que vem criticando o projeto.

A mesma ação das entidades na OEA teve repercussão no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Um conjunto de instituições levou o tema à reunião em forma de uma declaração na qual expõe os acontecimentos de violações de direitos humanos. Além de informar sobre a ação das instituições no Conselho, a notícia repercute o posicionamento das entidades. Para o conjunto de organizações envolvidas na defesa das comunidades atingidas por Belo Monte, “ao manter essa postura truculenta, o Brasil mancha sua imagem internacional e aumenta o custo político de Belo Monte de forma incalculável” (notícia 4).

Também por não realizar as oitivas com os indígenas atingidos, a OIT elaborou um relatório técnico apontando que foram violados direitos das populações ribeirinhas. O teor do relatório é objeto central da notícia 5. O principal esclarecimento do relatório, do qual a assessoria de imprensa da *Justiça Global* se apropria na construção da notícia, é a confirmação que o impacto às comunidades vai além da inundação de seu território. Como “Belo Monte poderá alterar a navegabilidade do Xingu, bem como a fauna, a

flora e o clima da região (...) Estes impactos, afirma a OIT, “vão mais além da inundação das terras ou dos deslocamentos dos referidos povos” (notícia 5), isso porque alteram o modo tradicional de vida de quem sobrevive do rio.

A instituição já havia publicado uma notícia criticando a decisão de uma desembargadora sobre uma ação do Ministério Público Federal, que não considerava necessário a realização de oitivas com os povos indígenas⁴⁵. A decisão levava em conta a não inundação da área, o que na visão da juíza, não gerava obrigatoriedade do procedimento. O tema foi retomado ao noticiar o relatório da OIT. Sem fazer citação de nenhuma fonte diretamente, a notícia considera que “Agora, com a manifestação da OIT, os argumentos de parte dos desembargadores do TRF1 – de que a oitiva pode ocorrer em qualquer momento do processo –, são definitivamente invalidado” (notícia 5).

Em junho de 2015, quando a obra tinha “77% de suas obras concluídas e a previsão é que comece a operar em novembro deste ano” (notícia 8), o posicionamento das instituições internacionais voltou a ser retomado como notícia. As organizações locais (dentre elas a *Justiça Global*) realizam pressão para que o Estado brasileiro respeite o direito dos povos tradicionais, cumprindo as medidas da CIDH. As medidas tem a pretensão de “proteger a vida, saúde e integridade dos membros de comunidades indígenas em isolamento voluntário; proteger a saúde dos membros das comunidades indígenas da bacia do Xingu, afetadas pelas obras de Belo Monte; e garantir a rápida finalização dos processos de regularização das terras ancestrais de povos indígenas na bacia do Xingu” (notícia 8). A notícia relata que a população está bastante vulnerável com o avanço das obras. Por isso ocorre a pressão para que as medidas cautelares da CIDH sejam cumpridas pelo Estado.

A repercussão das ações das entidades em organismos internacionais de defesa dos direitos humanos ganham um sentido de reivindicação e de legitimação do discurso da entidade. Não se trata somente de informar sobre as ações da instituição sobre o caso, mas de reforçar uma causa e mobilizar um texto noticioso em prol da causa. Gerar, pela notícia, um efeito de legitimação das causas de defesa das comunidades atingidas pela obra da Usina da Belo Monte.

5.2.4 Irregularidades no financiamento

45 Disponível em: <http://global.org.br/programas/desembargadora-vota-contr-reconhecimento-de-direitos-indigenas-no-caso-belo-monte/>. Acessado em: 21 de maio de 2015.

Outro modo de abordagem do acontecimento 'defesa de direitos na construção da usina de Belo Monte' foi noticiando as ações das entidades para denunciar irregularidades no financiamento da obra pelo BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social). Seleccionamos a notícia 6: *Presidente do BNDES recebe documento sobre irregularidades no financiamento de Belo Monte* para a análise desse tópico da cobertura. Assim como nas outras notícias, se mantém uma postura crítica da obra, nesse caso, do ponto de vista financiamento.

Além das violações dos direitos dos moradores das comunidades que vivem nas margens do rio Xingu, sobretudo indígenas, das comunidades e cidades impactadas pelas obras, a *Justiça Global* mobiliza seus discursos para denunciar o que entende como outra irregularidade da obra, no que se refere ao financiamento. As notícias sobre o tema se constroem a partir da ação de organizações brasileiras (38) e internacionais (31), que pedem que o BNDES não realize empréstimo de R\$ 22,5 bilhões de reais, conforme anunciado pela instituição financeira.

Se apropriando do conteúdo de uma carta de circulação pública direcionada ao presidente do Banco, Luciano Coutinho, a notícia expõe os motivos pelos quais as entidades se posicionam contra o empréstimo. As instituições apresentam

evidências da inviabilidade econômica do Complexo Belo Monte; (...) falta de análise de viabilidade econômica e de classificação de risco em empréstimos já efetuados pelo BNDES; (...) inexistência do guia socioambiental com diretrizes para orientar financiamentos para o setor hidrelétrico, determinado pelas Resoluções 2022/10 e 2025/10 do banco; denunciado o descumprimento crônico de condicionantes das licenças ambientais pelo Consórcio Norte Energia; e apontado o quadro de ilegalidades de Belo Monte, que resultou, até o momento, no ajuizamento de 15 ações do Ministério Público Federal, 21 ações da Defensoria Pública e 18 ações de organizações da sociedade civil, entre outros (Notícia 6, Quadro 3, p.83).

É usada uma estratégia de construir a imagem de que o empreendimento não cumpre exigências para esse tipo de obra. E, portanto, o banco não deveria dar andamento ao procedimento de crédito. Nesse caso, as argumentações não utilizam falas de fontes (internas ou externas), recorrendo somente ao conteúdo construído coletivamente pelas instituições, em forma de carta.

A notícia reforça contradições da Usina de Belo Monte e mobiliza jornalisticamente o discurso contrário da entidade ao que considera irregularidades nas obras. Trata-se de um mesmo acontecimento, de defesa de direitos na construção da usina de Belo Monte, mas a partir de outra perspectiva.

Pela construção discursiva da assessoria de imprensa, a operação financeira está sendo realizada sem respeitar os procedimentos formais e regulares da instituição financeira. Além disso, promovem uma obra com impactos socioambientais negativos.

5.3 CONECTAS DIREITOS HUMANOS

Com sede em São Paulo-Sp, a entidade criada em 2001 tem a missão de “promover a efetivação dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito, no Sul Global - África, América Latina e Ásia”⁴⁶ e visa “um mundo justo, com um movimento de direitos humanos realmente global, diverso e efetivo, onde instituições nacionais e a ordem internacional sejam mais transparentes, efetivas e democráticas”. Dentre as três entidades analisadas na pesquisa, a *Conectas* é a única que, além de financiamento por projetos encaminhados às instituições nacionais e internacionais, recebe doações de pessoas físicas simpatizantes da instituição⁴⁷.

As ações da entidade são realizadas de modo integrado em três programas: Cooperação Sul-Sul, Política Externa e Justiça. O primeiro promove o “trabalho de defensores, acadêmicos e organizações de direitos humanos do Sul Global”. O segundo busca o fortalecimento dos direitos com monitoramento e influência sobre a “política externa de países do Sul Global”. O terceiro programa tem foco no Brasil e visa à prevenção e combate a práticas de violação dos direitos humanos, nos âmbitos “públicos e privados, e fortalecer instituições democráticas por meio de ações judiciais, administrativas e política”. Para desenvolver esses programas, são cinco ações específicas: Política Externa, Justiça, Empresas e Direitos Humanos, STF em Foco, Colóquio e Revista Sur.

A partir dessas linhas de atuação, a assessoria da entidade produz e publica notícias sobre a Política Externa brasileira, a legislação sobre migração, a adesão do Brasil a tratados internacionais, como o Tratado de Armas, ações diplomáticas do país, o combate a prisão de Guantánamo, a criação do Banco dos Brics, temas relacionados a política de drogas, ao sistema prisional e violência policial, ao combate do trabalho escravo, as relações econômicas e violações de empresa, e ações ligadas a afirmação de direitos pelo aperfeiçoamento jurídico do país.

A *Conectas Direitos Humanos* conta com três jornalistas que atendem a imprensa e produzem materiais que alimentam as redes sociais e o *site* da instituição. O objeti-

46 Informações extraídas de <http://www.conectas.org/pt/institucional/programas>. Acessado em 20 de maio de 2015.

47 Em uma das páginas do site o usuário pode realizar a doação. O endereço é: <http://www.conectas.org/Doacao>. Acessado em: 20/05/2015

vo da assessoria de comunicação da entidade é desenvolver “por meio de entrevistas e artigos de opinião, análise e informação” o envolvimento da “sociedade, pressionar autoridades e aumentar o ônus das decisões de atores públicos e privados tanto em temas de Justiça nacional quanto em Política Externa”⁴⁸.

As ações da Conectas não estão ligadas diretamente com comunidades ou casos específicos. Os temas em que atua tem relação indireta com problemas locais e exigem, na maioria dos casos, aperfeiçoamento jurídico e ações do estado em nível mais amplo, não restrito a comunidades ou grupos pontuais. Um caso que ilustra essa postura é a atuação constante da entidade no combate a revista vexatória, tema que está em direta articulação com as ações da entidade a cerca do sistema prisional brasileiro e da política de encarceramento.

Na cobertura do tema, os assessores produziram 30 matérias no período de 17 meses. Nelas os jornalistas relatam a negligência do Estado brasileiro, que utiliza o método de revista íntima, classificado nas matérias como vexatória, para impedir a entrada de objetos não permitidos em unidades prisionais de todo o país. Reportagem⁴⁹ publicada sobre o tema, trás relatos de pessoas que passaram pela revista; explica como é realizado o procedimento e argumentos que justificam o fim do procedimento, considerado trato cruel, segundo a ONU. Em outra publicação⁵⁰ é noticiada uma ação coletiva por danos morais, protocolada pela entidade contra o governo do Estado de São Paulo, por realizar a revista vexatória na Casa de Custódia I e II de Guarulhos-SP.

Sobre o mesmo assunto, a entidade endossa, em suas notícias, a campanha que pede o fim da revista vexatória⁵¹. Durante a campanha, organizada por oito entidades, dentre elas a *Conectas*, uma lei foi sancionada sobre o tema no Estado de São Paulo. A aprovação da legislação estadual que impede o governo de realizar esse tipo de procedimento de revista é comemorado como “uma vitória para familiares dos 190 mil presos do estado, que sofrem repetidas humilhações na entrada dos presídios nos dias de vista”⁵². Além de São Paulo, a entidade notícia o andamento de uma lei nacional sobre o

48 Informação extraída de <http://www.conectas.org>. Acessado em: 20 de maio de 2015.

49 Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/19012-pelo-fim-da-revista-vexatoria>. Acessado em: 20 de maio de 2015.

50 Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/20096-governo-paulista-e-processado-por-revistas-vexatorias>. Acessado em: 20 de maio de 2015.

51 Disponível em: <http://www.fimdarevistavexatoria.org.br/>

52 Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/25268-revista-vexatoria-e-proibida-em-sao-paulo>. Acessado em: 20 de maio de 2015.

tema, que tramita no Senado Federal⁵³, discussões sobre o tema em outros estados da federação⁵⁴ e a veiculação de artigos de opinião sobre o assunto⁵⁵.

As mudanças no sistema prisional foram constantemente cobradas nas notícias publicadas pelo *site*. Mudanças que não se restringem ao aspecto econômico (ações judiciais e compra do escâner corporal), mas cobraram uma mudança de postura do Estado, questionado pela entidade e pressionados a mudar esse aspecto da política prisional.

5.3.1 - Discurso noticioso da *Conectas Direitos Humanos* sobre a revista vexatória

Uma das linhas de atuação da *Conectas Direitos Humanos* é a de propor mudanças na política prisional brasileira. Dentre as diversas ações nessa seara, a entidade se posiciona contra o procedimento de revistas pessoais realizadas pelos agentes prisionais com os visitantes. Tal procedimento é denominado pela *Conectas* como revista vexatória. As autoridades penitenciárias denominam a mesma revista de íntima.

A distinção semântica marca o posicionamento da entidade, que é contrária ao procedimento utilizado nas unidades prisionais. Sobre a revista, a entidade realiza uma série de atividades como denúncias a organismos internacionais (CIDH e ONU), *advocacy* pela aprovação de leis estaduais e nacionais, realização de campanha com outras instituições. A produção de notícias pela assessoria de imprensa das entidades também aparece como uma das atividades.

Por meio da produção de notícias a entidade gera sentidos possíveis sobre o acontecimento revista vexatória no Brasil. O suporte *site* institucional foi utilizado para veicular 31 notícias no período de setembro de 2013 a outubro de 2015. Essa narrativa sobre a revista vexatória, no entanto, não está desvinculada de um discurso da entidade sobre a política prisional. As notícias vão se articulando com ações que visam mudanças no sistema carcerário e revelam seu posicionamento em torno do tema, mobilizando dados, falas, documentos.

Posicionando a cobertura do tema sempre em relação ao sistema e política prisional brasileira, a entidade de defesa dos direitos humanos construiu o acontecimento através de alguns eixos: os avanços legislativos para o fim da revista

53 Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/26507-mais-um-passo>

54 Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/37956-revista-vexatoria-avanco-no-rio>. Acessado em: 29 de maio de 2015.

55 Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/34868-prisoos-a-revista-vexatoria-proxima-do-fim>. Acessado em: 20 de maio de 2015.

vexatória; ações da entidade em organismos internacionais; a classificação, avaliação e dimensionamento da revista vexatória no país.

Esses cortes na narrativa da entidade e a sua organização em eixos permite a visualização da cobertura jornalística da entidade. Seguindo esses três eixos principais, selecionamos 9 matérias produzidas entre 12/11/2013 a 23/10/2015 que serão utilizadas na análise.

Quadro 4 - Lista de notícias analisadas da *Conectas Direitos Humanos*

	Título	Data
1	Raio do sistema prisional Juiz que proibiu revista vexatória em presídios de Santa Catarina critica encarceramento em massa e pede direito penal mínimo	12/11/13
2	Nova denúncia na ONU Em Genebra, Conectas descreve revista feita em partes íntimas de familiares de presos	11/03/14
3	Pelo fim da revista vexatória Milhares de mulheres são despidas e humilhadas ao visitar país, filhos, maridos e irmãos em presídios	23/04/14
4	ONU diz que revista vexatória é trato cruel Para Juan Mendez, Estado deve equilibrar segurança e respeito à dignidade	26/05/14
5	Aprovado por unanimidade Após campanha nacional, PL contra revista vexatória passa no Senado	04/06/14
6	Revista vexatória é proibida em São Paulo Governador sanciona lei que impede humilhação de familiares em presídios	13/08/14
7	Mais um passo Projeto de lei contra a revista vexatória é aprovada na comissão de direitos humanos da Câmara	05/11/14
8	Revista vexatória::Avanço no Rio Assembleia do RJ derruba veto do governador à lei que proíbe a prática nos presídios do estado	22/05/14
9	A humilhação persiste Em audiência da Comissão Interamericana, organizações denunciam	23/10/15

Subdividimos as notícias em três grupos temáticos: 1) apresentação e avaliações sobre o tema 2) ações de entidades em organizações internacionais 3) avanços em trâmites legislativos

5.3.2 – Apresentação e avaliações sobre o tema

A *Conectas Direitos Humanos* é contra a revista vexatória⁵⁶ e trabalha para combatê-la em todo o Brasil. O discurso jornalístico da instituição é construído a partir desse posicionamento. Uma característica que aparece em praticamente toda a produção noticiosa é a explicação do que é a revista vexatória, sua relação com a política prisional brasileira, seus efeitos nos familiares e detentos e argumentos que defendem o seu fim.

Um aspecto central das notícias, portanto, é construir um sentido sobre a revista vexatória no leitor. O que o discurso da *Conectas* oferece é uma explicação que procura demonstrar a revista como humilhante e degradante. Uma das estratégias é descrever o procedimento:

Toda semana, milhares de mães, filhas, irmãs e esposas de pessoas presas são obrigadas a se despir completamente, agachar três vezes sobre um espelho, contrair os músculos e abrir com as mãos o ânus e a vagina para que funcionários do Estado possam realizar um dos procedimentos mais humilhantes de que se tem notícia nos presídios brasileiros: a revista vexatória. Bebês de colo, idosas e mulheres com dificuldade de locomoção são todas submetidas indiscriminadamente ao mesmo procedimento, muitas vezes sob insultos e ameaças (Notícia 3, Quadro 4, p.93).

Pela notícia, a *Conectas* oferece aos leitores o seu posicionamento sobre o tema, buscando gerar nos receptores o sentido de que o procedimento é inadequado. Além da descrição da revista vexatória em terceira pessoa, a entidade apresentou relatos de “vítimas”⁵⁷, que passaram ou passam pela revista. A entidade utilizou relatos obtidos pela Campanha Pelo Fim da Revista Vexatória⁵⁸, da qual a entidade faz parte.

Denominados de Testemunhos, os relatos das “vítimas” corroboram com a descrição feita pela própria entidade.

56 Usaremos, na análise, o termo 'revista vexatória', conforme utilizado no discurso da entidade. O mesmo procedimento é denominado pelo Estado como revista íntima.

57 Termo utilizado pela entidade para classificar pessoas que são submetidas à revista íntima

58 Campanha realizada pela Rede Justiça Criminal, da qual a *Conectas Direitos Humanos* faz parte.

Tiramos toda a roupa e começa a sessão de tortura: ‘abaixa, faz força, tá fechado, faz força, tosse, abaixa de novo, põe a mão e abre, não estou vendo’ (...) encosta na parede, deita, abre mais a perna e faz força como se fosse ter um bebê. (...) Nada é suficiente para as funcionárias. Então, chamam outras para me revistar e começa tudo de novo: ‘Vai, põe a mão e tira a droga, tira porque eu sei que tem. A minha resposta é: ‘estou cansada desde ontem aqui na porta da cadeia, só quero ver meus familiares, não estou com droga dentro de mim’”, diz um dos muitos relatos de familiares colhidos pela Rede de Justiça Criminal. Após eu ter feito o procedimento, a funcionaria pegou minha ficha, pediu para que eu me vestisse e me levou no banheiro do CDP, encostei-me à parede e fiz força por 20 minutos. Abri, passei papel higiênico, tossi. Aos prantos eu pedi pelo amor de Deus e as informei que eu não estava com absolutamente nada. Mesmo assim o questionário não acabou”, diz outra parente (Notícia 3, Quadro 4, p.93).

Os relatos e depoimentos vem acompanhados de outros argumentos contra a realização da revista vexatória, como a ineficiência do procedimento para impedir a entrada de materiais proibidos nas unidades prisionais. Em diversas notícias são utilizados os dados de um levantamento da Rede Justiça Criminal sobre a entrada de objetos por meio dos visitantes. Os dados se referem ao levantamento realizado com dados oficiais da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, eles indicam que somente “0,03% dos visitantes carregavam itens considerados proibidos [no momento de realização das revistas], ou seja, 3 visitantes de cada 10 mil”, desse, “nenhum dos casos registrou-se a tentativa de entrar com armas” (notícia 3).

Com diferentes formas de argumentação, as notícias vão oferecendo um sentido de deslegitimação da revista vexatória, corroborando com o intuito da campanha promovida pela instituição. Dentro dessa estratégia de construção das notícias, aparecem relatos de experiências brasileiras que acabaram com o procedimento. Destaca-se o caso de Joinville, em Santa Catarina.

A VEP (Vara de Execução Penal) da cidade catarinense foi uma das primeiras no Brasil a ter uma Portaria proibindo as revistas íntimas/vexatórias em suas unidades prisionais. A medida fez com que o governo do estado adquirisse “equipamentos eletrônicos como esteiras de raio-x e raquetes de detecção de metal para substituir o procedimento”. A mudança ocorreu “sem que se registrassem rebeliões ou aumento no número de armas, celulares e drogas apreendidas nas unidades prisionais” (notícia 1).

Mais do que evidenciar a viabilidade de se acabar com a revista vexatória em todo o país, a notícia utiliza a fala do juiz João Marcos Buch que editou a portaria. Sua fala é contrária a revista vexatória e reforça as argumentações utilizada pela *Conectas* para caracterizar o procedimento e pedir o seu fim.

A notícia 1 (*Raio-x do sistema prisional. Juiz que proibiu revista vexatória em*

presídios de Santa Catarina critica encarceramento em massa e pede direito penal mínimo) é toda construída a partir de uma entrevista com o magistrado. O juiz é apresentado como o responsável pela Portaria que proibiu a realização das revistas vexatórias na VEP de Joinville, com atuação de “19 anos na área criminal”.

A notícia não se restringe em apresentar o posicionamento do juiz sobre a revista vexatória e problematiza o tema a partir da fala do entrevistado. Além da descrição da revista e de relatos sobre experiências que puseram fim a revista, a notícia aponta causas. A opinião do juiz é de que “a revista humilhante (...) faz parte de um problema mais amplo, enraizado em um direito penal “segregacionista, violador por si só, que aumenta o fosso entre os que não vão presos e os que vão – a massa mais pobre”” (notícia 1). O juiz considera que o encarceramento em massa, agravado pela “chamada Guerra às drogas” aumenta a população carcerária, gerando um “holocausto” no sistema prisional.

As falas do juiz, os dados apontando a ineficiência do método de revista, os relatos e “testemunhos” de como ocorre o procedimento, passam a funcionar para caracterizar a revista vexatória como uma prática “humilhante”, desnecessária, “equivocada”. Tais sentidos reforçam o posicionamento da entidade, que está mobilizada pelo fim da revista vexatória.

É necessário ressaltar que esse discurso didático, que relata o que é a revista vexatória, perpassa toda a produção noticiosa da entidade. Ele segue acompanhado de argumentos que deslegitimam o procedimento, mobilizando o discurso para que os leitores apoiem o fim da revista vexatória, objetivo da entidade.

5.3.3 Ações em organismos internacionais

Tanto as ações da entidade no âmbito dos organismos internacionais, quanto o posicionamento dessas instituições a respeito da revista vexatória são parte da construção discursiva da entidade.

Um primeiro aspecto das notícias é relatar as ações que a entidade mantém em organismos internacionais de defesa dos direitos humanos. No período de análise, a *Conectas* relatou o caso em duas instâncias internacionais: no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (notícia 2) e na CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) (notícia 9). Nos dois casos, o objetivo é expor a realidade brasileira à comunidade internacional e pedir a intervenção das organizações para pedir o fim da prática no Brasil.

Além de noticiar o relato da ocorrência da revista vexatória no Brasil, a entidade também utilizou em sua produção noticiosa o posicionamento de membros de organizações internacionais para reforçar sua argumentação sobre a revista.

Na notícia 4 (ONU diz que revista vexatória é ‘trato cruel’) é apresentada uma entrevista produzida pela *Conectas* com Juan Mendez, relator da ONU contra a tortura. O relator considera que o procedimento “constitui trato cruel, desumano e degradante” (notícia 4). Ele também apresentou experiências de outros países, que acabaram com a revista vexatória, e relatos de impactos do procedimento nos presos, que em alguns casos são afastados das famílias, que não querem passar pelo constrangimento da revista.

A fala de outras lideranças de entidades que atuam na defesa dos direitos humanos aparecem na notícia 2. Elas são mobilizadas no mesmo sentido, oferecendo posicionamentos e argumentos que reforçam a contrariedade ao procedimento de revistas vexatórias nas unidades prisionais brasileiras.

5.3.4 - Avanços e retrocessos em trâmites legislativos

Como parte da estratégia da instituição para combater a prática de 'revistas vexatórias' em unidades prisionais, foram realizadas ações para aprovação e acompanhamento da tramitação de projetos em Casas legislativas. Essas ações foram noticiadas em pelo menos três casos: nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e na tramitação de projeto no Congresso Nacional.

O acompanhamento da tramitação de leis é um dos objetivos da *Conectas*. A entidade se propõe a acompanhar e intervir, por meio de *advocacy*, em discussões que resultem em mudanças nas regras e leis que impactam nas políticas de direitos humanos.

As notícias sobre a tramitação legislativa tem características semelhantes. Informam sobre o trâmite em si, ou seja, em que etapa de de discussão a medida se encontra, quais os próximos passos para a aprovação, informações básicas sobre o teor do projeto. Além disso, a tramitação é vinculada a campanha pelo fim da revista.

Há, também, um discurso mobilizador, presente principalmente nas falas das fontes. Além de informar sobre o andamento da discussão das leis, as notícias pretendem mobilizar os leitores para acompanhar os processos.

Na notícia 5, que relata a aprovação no Senado Federal da lei que prevê o fim da revista vexatória no Brasil, a advogada da entidade, Viviane Calderoni, aborda dois aspectos em sua fala. Considera que a “pressão e a participação dos cidadãos faz a

diferença”, ressaltando a participação pública das pessoas na discussão da lei. Mas, se referindo ao trâmite que a lei terá na sequência, faz uma fala mobilizadora, ao avaliar que para aprovar a proposta na Câmara necessita “redobrar o engajamento”, devido o debate com “setores mais conservadores, do ponto de vista do direito penal” (notícia 5).

Mesma estratégia discursiva é utilizada na notícia 7, sobre a aprovação da lei Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. A advogada considera que “Mais do que nunca a pressão popular é importante para que o PL seja aprovado nas próximas comissões, principalmente na de Segurança” (notícia 7). Mantem-se, nas duas falas, um discurso mobilizador, indicando um caminho que as leis seguiram para aprovação. As falas estão em consonância com a Figura 8 que ilustra a matéria. De modo didático, a ilustração apresenta o caminho que já foi percorrido pela lei e quais passos devem ser dados para que se chegue a aprovação.

Figura 8 – Ilustração da notícia “Mais um passo. Projeto de lei contra revista vexatória é aprovado na comissão de direitos humanos da Câmara”



Fonte: www.conectas.org.br

Outra fala utilizada para se referir a aprovação da lei na comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal é da relatora do projeto na Comissão, Erika Kokoy (PT-DF). Em posicionamento defendido durante o voto ela considerou que “as revistas vexatórias são “instrumentos medievais de violações de direitos humanos” e que “é preciso humanizar o processo de revista para que as pessoas tenham um tratamento digno”.

Posicionamento semelhante ocorre quando da aprovação da lei no estado de São Paulo. A fala de Rafael Custódio, coordenador de Justiça do *Conectas*, chama a atenção

para a aplicação da lei: “precisamos alertar que a lei por si só não basta, ela precisa ser concretizada no mundo real” (Notícia 6).

No estado do Rio de Janeiro a lei que proíbe a realização de revistas vexatórias foi vetada pelo governador do estado, Luiz Fernando Pezão. O veto, no entanto, foi derrubado pelos deputados e a decisão de proibir a revista vexatória foi mantida. Além de comemorar a aprovação da medida, a notícia manteve a cobrança pela efetivação da proposta. A advogada do *Conectas* Vivian Calderoni, disse que é preciso efetivar a lei, que “Casos como o de São Paulo mostram que a proibição é apenas o primeiro passo para o fim definitivo dessa humilhação” (notícia 8).

5.4 ESTRATÉGIAS JORNALÍSTICAS EM TEMPOS DE MEDIATEZADO

A análise da produção noticiosa das assessorias de imprensa revela ações deliberadas de participação na processualidade mediatizada de geração de sentidos. Ao produzirem conteúdo jornalístico e ocuparem espaços técnicos de veiculação - no caso analisado, o *site* institucional -, as assessorias reconhecem a necessidade de ter existência pública, inserindo-se em uma rede de significação. Mobiliza-se o discurso jornalístico, com ações midiáticas sobre atividades que ocorrem em espaços 'fechados' de discussão sobre o tema direitos humanos que, sem as notícias não teriam alcance de públicos externos. A mediatização dessas ações se converte em uma das ferramentas de atuação das entidades.

O ato de mediatizar as ações realiza-se em paralelo com as demais decisões de ordem ideológica, política, militante das instituições. É realizado como uma prática social e de sentido, que não se desvinculam. Nessa dupla relação, a produção de conteúdo jornalístico e a sua veiculação no *site* institucional são, por si, uma estratégia de atuação das instituições. Estratégia que, ao ser materializada, exige e desencadeia outras estratégias, impactando diretamente nas construções discursivas.

Pela análise das três coberturas, objetos desta pesquisa, definiu-se três aspectos principais que fundamentam a produção noticiosa das assessorias de imprensa das entidades. São elas: a) as implicações de suas posições ideológicas b) a opção pela enunciação jornalística demarcada por um lugar de fala c) as apostas nos ambientes de circulação. São três grandes marcas da produção da notícia que implicam em estratégias discursivas. Cada uma delas levou os jornalistas a tomarem decisões e usarem métodos de enunciação específicos, que buscaremos evidenciar a seguir.

a) Posicionamento ideológico

Percebe-se, no conjunto de textos analisados, que a presença de um posicionamento ideológico é transversal nas coberturas. A visão ideológica das instituições indica o modo como a cobertura dos acontecimentos ocorre. Nesse sentido, as notícias são relatos de acontecimentos que reforçam e explicitam as posições ideológicas das entidades. Reconhece-se que tal posicionamento é premissa da produção da assessoria de imprensa, mas identificá-lo, nesse caso, foi parte do processo de evidenciar o modo de construção discursiva das entidades.

Tal posicionamento é explicitado no discurso ao relacionar os acontecimentos com temas mais amplos e abrangentes nos quais a entidade está envolvida. Trata-se de um tipo de argumento que aparece para colocar/posicionar o acontecimento em relação ao entendimento da instituição sobre determinados temas. Nesse sentido, se evidencia que a pretensão das entidades ao noticiarem acontecimentos isolados é motivada pela sua atuação política e ideológica. Tal discurso, ao passo que é alimentado por tal posicionamento, deve reforçá-lo.

Nos três casos analisados é possível identificar que a produção jornalística ultrapassa as referências do acontecimento em si, se refere ao posicionamento político e ideológico das instituições. Marcas que indicam o modo como as assessorias tratam o tema e seu interesse institucional na questão. Ao mediatizar os acontecimentos, as assessorias explicitaram em seus discursos falas que se pode nomear como de posicionamento político-ideológico.

No discurso da *Terra de Direitos*, além de defender a titulação do território quilombola Paiol de Telha, a instituição constrói as notícias relacionando o caso com a política nacional de titulação dos territórios quilombolas. Durante a cobertura, publicase dados sobre os processos administrativos de titulação de quilombos em todo o território brasileiro, apontando avanços alcançados. Também denuncia que pela grande demanda, “a ação do Estado ainda é insuficiente para dar conta de finalizar todos os processos de titulação de Territórios Quilombolas em um prazo razoável”. Além disso, aponta a necessidade de “desburocratização do processo [de titulação], alterando a Instrução Normativa nº. 57 do INCRA” (Notícia 8, Quadro 2). Um texto de caráter avaliativo e opinativo, que explicita a posição da instituição sobre a temática em que atua.

No discurso da *Justiça Global*, a violação dos direitos das comunidades ribeirinhas afetadas pela construção de Belo Monte, é construída em paralelo com a defesa de políticas de desenvolvimento que respeitem os direitos de povos e do ambiente, conforme sua política institucional. O caso de violações em Belo Monte é interpretado como “um chamado para que toda a sociedade brasileira discuta amplamente este modelo de desenvolvimento autoritário e altamente predatório que está sendo implementado no Brasil”, que os “líderes não podem mais usar o desenvolvimento econômico como desculpa para ignorar os direitos humanos e empurrar goela abaixo projetos de destruição e morte dos nossos recursos naturais” (Notícia 2, Quadro 3).

Na mesma direção, a *Conectas*, em seu discurso sobre a “revista vexatória”, apresenta elementos de sua política institucional, apontando a necessidade de mudanças na política prisional brasileira. A questão da revista vexatória é relacionada a um problema mais amplo, enraizado em um direito penal “segregacionista, violador por si só, que aumenta o fosso entre os que não vão presos e os que vão – a massa mais pobre” (Notícia 1, Quadro 4).

A perspectiva, nos três casos, é relacionar os temas específicos aos posicionamentos político-ideológicos das instituições. Desse modo, percebe-se que a intenção das assessorias é mediatizar não somente relatos jornalísticos sobre os temas específicos, mas um modo de pensar da instituição que motiva seu trabalho militante. Na mesma perspectiva, esse posicionamento ideológico explicitado no texto reforça e posiciona o entendimento da entidade sobre o acontecimento específico.

Citamos um exemplo de cada caso analisado como forma de demonstrar o modo como as preocupações políticas da entidade vão se revelando nos discursos. Assim como esses, há outros momentos que manifestam essa intenção dentro do texto. Ainda que a preocupação seja construir discursivamente acontecimentos sobre casos específicos, a posição das entidades aparece no discurso com avaliações mais amplas da temática do acontecimento, opiniões sobre políticas públicas, propostas de alterações legislativas, administrativas e políticas.

Revela-se, por esses fragmentos do discurso, que não há tentativa de ofuscamento de seu posicionamento em relação aos temas trabalhados, direcionando o leitor a uma leitura de um suporte “neutro” de fala.

Converte-se em notícia aquilo que está dentro do espectro político-ideológico das instituições, de modo que o texto noticioso se constrói a partir de um entendimento

da entidade sobre o acontecimento. Aproxima-se tal perspectiva da proposta de Silva (2013), que considera as notícias um rompimento com o senso comum definido a partir de um contrato comunicativo específico. No caso das assessorias, o rompimento do senso comum ocorre pela perspectiva ideológica da instituição. Sua argumentação e construção discursiva é realizada, também, pelo modo ideológico que as entidades pensam os temas das notícias.

Essa posição ideológica das instituições, porém, não explica o funcionamento dos discursos jornalísticos. Essa condição torna-se contextual e exige estratégias de construção de um discurso que faça crer, que seja verosímil, características típicas do discurso jornalístico (FAUSTO NETO, 1991). Nesse sentido atuaram as assessorias de imprensa, se apropriando do procedimento jornalístico de construção do real pelo discurso noticioso. Ou seja, se apropriando das especificidades discursivas que determinam o modo de construção dos acontecimentos.

b) Enunciação jornalística

A decisão de mediatizar sua atuação pelo discurso jornalístico exige o emprego de estratégias de construção discursiva. Tais estratégias passam por respeitar uma gramática específica de produção, considerando as especificidades da cultura jornalística. Passam, também, por atender a demanda específica de cada acontecimento e a posição política e ideológica dos assessorados. Todos esses aspectos devem estar conformados na produção discursiva.

Elencamos, a seguir, estratégias jornalísticas que se revelaram na construção discursiva dos acontecimentos analisados nessa dissertação. A perspectiva é sistematizar nossa reflexão sobre como as assessorias de imprensa dessas entidades, ao se inserirem em ambiente de circulação, fizeram usos de estratégias jornalísticas de geração de sentidos.

Mundo possível em lugar de fala específico

Alsina (2009) propõe que as notícias são construídas a partir de um mundo real, que o jornalista narra a partir de mundos de referência, na perspectiva de construir um mundo possível. As notícias são, nessa perspectiva, uma construção; sua narração exige referências que as tornem verossimilhanças. Pôde-se observar nos casos analisados, que

as assessorias buscaram referências de construção discursiva de acordo com seus lugares de fala, com as demandas colocadas pelos próprios acontecimentos.

O lugar de fala das entidades, colocadas em um cenário de disputa por direitos, exigiu das assessorias o uso de referências que demonstrassem esse cenário de disputa. Identificou-se uma estratégia de referenciar o tema com argumentos de construção de um sentido, mas que passam, também, pela desconstrução de outras ofertas de significado.

Na perspectiva de gerar um determinado sentido sobre os acontecimentos, portanto, as assessorias – de modo semelhante nos três casos analisados - buscaram referências de desconstruir – como forma de contra argumentar - outro sentido ofertado. Algumas marcas discursivas indicam essa característica, de desconstrução de sentidos de discursos de outros atores sociais sobre o mesmo tema:

Oficialmente, as revistas vexatórias são feitas para impedir a entrada de drogas, armas e chips de celular nas prisões. Mas uma pesquisa realizada pela Rede de Justiça Criminal descobriu que esta justificativa não se sustenta. (Notícia 3, Quadro 4, p.93)

Por cinco meses a decisão [de não realizar a revista vexatória] vigorou em Santa Catarina sem que se registrassem rebeliões ou aumento no número de armas, celulares e drogas apreendidas nas unidades prisionais (Notícia 1, Quadro 4, p.93)

Críticas ao projeto [de construção de Belo Monte] não vêm apenas da sociedade civil organizada e das comunidades locais, mas também de cientistas, pesquisadores, instituições do governo e personalidades internacionais. O Ministério Público Federal no Pará, sozinho, impetrou 10 ações judiciais contra o projeto, que ainda não foram julgadas definitivamente (Notícia 2, Quadro 3, p.83)

“(...) são apresentadas evidências da inviabilidade econômica do Complexo de Belo Monte: apontada a falta de análise de viabilidade econômica e de classificação de risco em empréstimos já efetuados pelo BNDES (...) e apontado o quadro de irregularidades de Belo Monte, que resultou, até o momento, no ajuizamento de 15 ações do Ministério Público Federal, 21 ações da Defensoria Pública e 18 ações de organizações da sociedade civil, entre outras”, (Notícia 6, Quadro 3, p.83).

Há um ano a portaria que declara os limites territoriais da comunidade está parada na mesa do presidente do INCRA-PR, Carlos Gudes de Guedes, à espera de uma assinatura. Conforme o art. 17 da Instrução Normativa nº57, que regula a tramitação dos processos administrativos de titulação de territórios quilombolas, o prazo para a assinatura da portaria é de 30 dias. (...) Na avaliação do advogado popular da Terra de Direitos, Fernando Prioste, “a morosidade se deve ao fato de que as terras quilombolas hoje

pertencem a membros do grupo empresarial a Cooperativa Agrária Agroindustrial” (Notícia 5, Quadro 2, p.73).

Em alternâncias que são sutis nas notícias, as referências que negam, desconstroem, apontam contradições relacionadas aos acontecimentos interagem com referências que constroem um determinado sentido sobre o tema. São momentos em que as referências explicitam o modo como às assessorias pretendem construir os acontecimentos, quais os efeitos de sentido pretendem ofertar. Como pode-se observar nos fragmentos:

A revista vexatória é considerada “mau trato” pela ONU (Organização das Nações Unidas) e, dependendo das circunstâncias, configura tortura. Embora já seja expressamente proibida em muitos países e o Estado argentino tenha sido condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) em 1996 por esse mesmo motivo, o Brasil continua realizando a revista vexatória (Notícia 5, Quadro 4, p.93)

Por meio da revista vexatória, milhares de mães, filhas, irmãs e esposas de pessoas presas são obrigadas a se despir completamente, agachar três vezes sobre um espelho, contrair os músculos e abrir com as mãos o ânus e a vagina para que funcionários do Estado possam realizar a revista. Bebês de colo, idosos e mulheres com dificuldade de locomoção são todas submetidas indiscriminadamente ao mesmo procedimento, muitas vezes sob insultos e ameaças (Notícia 7, Quadro 4, p.93).

As comunidades indígenas afetadas por Belo Monte encontram-se hoje muito mais vulneráveis do que antes do início das obras. O início da operação da usina concretizará a perda do território e a modificação do modo de vida tradicional dos povos indígenas. Sendo assim, a situação nas áreas no entorno da usina permanece urgente, grave e passível de gerar danos irreparáveis, justificando a intervenção da CIDH (Notícia 8, Quadro 3, p.83)

(...) a ocupação está sendo realizada para pressionar o Governo Federal a continuar o processo de titulação do território quilombola, reconhecido oficialmente pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em outubro de 2014.

Na oportunidade, a comunidade foi informada que no mesmo ano seria assinado o decreto de desapropriação da área, que daria início à última etapa antes da titulação definitiva do território quilombola (Notícia 10, Quadro 2, p.73)

A luta pela terra é longa e anterior à própria Constituição, mas desde 2005 a comunidade luta para retomar a área através do processo de titulação nos marcos do Decreto Federal 4887/03. Neste ano todo o trabalho feito pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para a titulação irá a julgamento no Tribunal Regional Federal da Quarta Região – TRF4, no Rio Grande do Sul (Notícia 1, Quadro 2, p.73)

O mundo possível das assessorias, ao relatar os acontecimentos, parte do que se optou por nomear como desconstrução e construção. Com isso, as assessorias reconhecem que existem outros discursos, outros sentidos em circulação, e que as notícias necessariamente serão lidas nesse contexto.

Essa maneira de desconstruir e construir pelo discurso se materializa a partir de um lugar de fala específico que as entidades ocupam: o de disputas que vão além de sentidos. O discurso jornalístico é parte de uma disputa que envolve um processo social de luta por direitos que ultrapassam os limites simbólicos. Por isso, os discursos tem como uma das ofertas proposta de 'ação' ao interlocutor, quer 'fazer' o leitor se posicionar sobre os temas em questão. São convertidas em ferramentas de atuação das entidades.

Fontes como legitimadoras

Como característica natural da assessoria de imprensa, a fonte principal das notícias foram pessoas das entidades. Assim como as fontes externas, aparecem em contexto de legitimação da argumentação utilizada nas notícias. Característica que tem consonância com o modo como a imprensa utiliza as fontes, para legitimar o que os próprios jornais pretendem dizer (SILVA, 2013, *apud* SETEELE, 1990).

As assessorias recorrem a operações que asseguram marcas de objetividade e isenção, atuando como um relator de fatos, conforme Fausto Neto (1991). Tal ideia remete a notícia como relato isento e ao jornalista como aquele que constrói, portanto, um texto neutro. Fausto Neto (1991) entende que “este ponto de vista supõe desconhecer que a produção jornalística se inscreve, igualmente, num movimento histórico mais amplo, na medida em que os textos são produto de uma série de encontros de outros textos, de citações conscientes ou não” (p.32).

As ferramentas da citação de fontes, no entanto, tem efeito de minimizar as marcas de subjetividade, tornando a notícia mais credível ao leitor. Pela característica dos textos jornalísticos, as fontes são elementos de equilíbrio e isenção. Com isso, geram efeitos na leitura.

Operando sentidos compartilhados

Nas três coberturas analisadas, foram noticiados acontecimentos com significado social como notícia: ações judiciais, julgamentos, pronunciamentos na ONU e em comissões internacionais de direitos humanos, ocupações, assinaturas de documentos, discussões legislativas. São fatos que tem reconhecimento social como notícia, pois rompem com a naturalidade, representam novidades em relação ao estabelecido

(julgamentos, assinaturas de documentos, ocupações). As assessorias das entidades reconheceram, portanto, o valor noticioso nos acontecimentos, procurando criar discursos/notícias que tenham interface com o entendimento de notícia na sociedade.

A produção noticiosa analisada foi realizada a partir de temas socialmente reconhecidos, como propõe Alsina (2009).

Compartilhando valores da tribo⁵⁹

Pode-se dizer que as assessorias de imprensa das três entidades compartilham com a comunidade jornalística uma noção de notícia. Essa noção de notícia é construída de acordo com suas possibilidades técnicas e seu posicionamento ideológico. Isso lhe confere uma noticiabilidade própria, que atende a demanda jornalística e também a defesa dos direitos humanos.

Pode-se concluir que, ainda que utilize recursos jornalísticos compartilhados pela comunidade jornalística (uso de fontes, lead, dados), o jornalismo oferecido pela assessoria da *Terra de Direitos*, da *Conectas Direitos Humanos* e da *Justiça Global* é particular. Isso porque, pela sua posição de fala, elas constroem as notícias a partir de um mundo de referência que considera o lugar social da instituição: de defesa das comunidades quilombolas, dos familiares e presos submetidos à revista vexatória e aos atingidos pela construção de Belo Monte.

As estratégias jornalísticas, de seleção e construção da notícia, respeitam posição ideológicas das instituições assessoradas. Mas, além disso, são determinadas por um lugar de fala específico. Como defende Braga (2000), não se pode analisar um discurso somente pelo seu aspecto ideológico. Há questões de ordem imediata, de existência em determinado espaço e tempo, de interesses e disputas, que determinam as marcas do discurso.

c) Apostas no ambiente de circulação

Essas estratégias discursivas são operadas em ambiente de circulação, fator que também determina o modo como o discurso é construído. As marcas discursivas que se revelam pela processualidade midiaticizada tem características múltiplas, multifacetadas.

⁵⁹ Referência à tribo jornalística, termo utilizado por Nelson Traquina para se referir à cultura jornalística.

São operações que esperam gerar efeitos diferentes no decorrer da narração. Isso porque são diferentes possibilidades de contato através do discurso jornalístico. A relação com a imprensa, com públicos internos (*stakeholders*), com públicos externos interessados nos temas.

Para os diferentes efeitos pretendidos, o discurso jornalístico não é gratuito: quer operar um sentido de realidade, de verdade, de atualidade. A entidade procura se inserir em uma rede de significação específica, a do campo jornalístico - como é próprio das assessorias de imprensa. Mas, pelas coberturas analisadas, com diferentes estratégias.

No mesmo discurso constatou-se que o relacionamento com jornalistas da imprensa não tem lugar específico nas notícias. Na narração dos acontecimentos, as notícias não indicam a imprensa como público final. A ausência de um público específico permite ao texto estabelecer interfaces com diferentes leitores, indicando outras possibilidades de contrato.

As publicações ficam disponíveis aos leitores em primeiro plano nos *sites*. Estão publicadas em páginas abertas ao acesso de todos os usuários, não em espaços específicos para jornalistas. O local de publicação, portanto, não indica um leitor específico, nem mesmo um interesse específico da assessoria em alcançar o público de jornalistas.

No corpo dos textos, da mesma maneira, a construção discursiva foge do modelo de relise, formato tradicional usado no relacionamento com a imprensa. Essas características indicam que o discurso não está direcionado, com exclusividade, aos jornalistas.

O texto de relise é caracterizado como informativo, cabendo opinião somente entre aspas (LIMA, 1985, p. 55). Seu objetivo é “organizar as informações que [a instituição] está divulgando” em texto “cuja essência é a informação” (FENAJ, 2007, p.13). O discurso das assessorias de imprensa, nos casos analisados, não utilizaram características do formato relise. Além de informativos, tem características analíticas, de opinião e com fontes internas e externas.

As construções discursivas ofereceram de modo semelhante, nos três casos analisados, possibilidades de contratos diversos. Uma zona de apropriação que oferece trilhas de sentidos abertas aos diferentes leitores. Um espaço do público específico da instituição, um espaço de contraponto aos demais atores envolvidos nos acontecimentos, um lugar de acesso para jornalistas. Um lugar em que a entidade existe e se insere, pela produção noticiosa, em uma rede de significação jornalística.

O próprio discurso informa o leitor que o lugar é marcado pela posição da instituição. São nos termos dessa posição de enunciação que a assessoria oferece possibilidades de contratos com seus públicos. Apropria-se da objetividade possibilitada pela forma discursiva jornalística e revela, na enunciação, marcas que indicam sua posição ideológica e o lugar de fala.

É um lugar, portanto, no qual as assessorias criam articulações, mas que se articula, necessariamente, com outros espaços de geração de sentidos. O que a produção de notícias faz, nos casos analisados, é construir textos com seus posicionamentos e interpretações de acontecimentos e que, pela apropriação da linguagem jornalística, espera ter espaço aberto para circular entre redes de significação jornalística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entidades de defesa dos direitos humanos *Terra de Direitos*, *Justiça Global* e *Conectas Direitos Humanos*, analisadas nesta pesquisa, se apropriam do discurso jornalístico e buscam espaço na geração de sentidos do campo jornalístico. Essa ação se faz com algumas estratégias: explicitam-se pela notícia suas posições ideológicas, vale-se da gramática de produção jornalística, se apropriando e utilizando critérios de noticiabilidade reconhecidos, aposta-se em espaços múltiplos de circulação e apropriação de seus discursos.

Buscou-se compreender, nesta investigação, como as assessorias de imprensa construíram seus discursos em tempos que a sociedade vive uma intensa midiatização dos discursos sociais. Nesse cenário, as assessorias buscaram estratégias e formas de ter espaço para ofertar e gerar sentidos sobre seus temas de interesse. Consideraram-se as referências já consolidadas do trabalho das assessorias, sem deixar de considerar que com a intensificação de processos midiatizados, abrem-se possibilidades e desafios de atuação para as assessorias. Em especial das entidades de direitos humanos, que geram sentidos sobre temas que envolvem disputas por direitos sociais, historicamente objeto de enfrentamentos midiáticos.

Trabalhou-se, na construção do objeto de estudo, a perspectiva de que as notícias são construídas a partir de um espaço simbólico, no qual ela é “socialmente assumida” (ALSINA, 2009, p. 153). Ainda conforme Alsina, o reconhecimento e atribuição de valores noticiosos aos acontecimentos é tarefa que se realiza a partir de um procedimento aceito pelos potenciais reconhecedores/consumidores desse conteúdo. A notícia é, nesse sentido, uma construção social que alimenta e é alimentada pelas condições de produção oferecidas. Conforme propõe Silva (2013) “O sentido *strictu* da ideia de “significância social” é transpassado, dessa forma, por uma concepção de senso comum (e pela regularidade a ela intrínseca) mais abrangente, que, uma vez rompida, concede margem aos processos de seleção e de produção das notícias” (p. 127). A notícia configura-se como um produto que caracteriza o rompimento da regularidade, atribuindo-lhes valor de notícia em sua seleção e construção. Discurso que é operado por diferentes atores – assessorias e imprensa.

Além da aceitação social, os discursos noticiosos – como todo discurso, ocupam um lugar social de construção que, como propõe Verón (1980), está inserido no meio social e atravessado ideologicamente. Desse modo, não existirá um discurso ideológico,

mas ideologias que compõem os discursos. A construção discursiva – e a notícia não está fora desse contexto - sofre coerções em suas operações discursivas de construção. Apropriando-se desse conceito, pode-se identificar elementos extratextuais que possibilitam a construção das notícias e deixam marcas nesse discurso (VERÓN, 1980, p.18).

Trabalharam-se essas duas perspectivas em conjunto, o que nos permitiu compreender que a noticiabilidade das assessorias está alicerçada na sua posição ideológica. Que a apropriação do discurso jornalístico é respeitada como condição de atuar em um campo com gramática específica. Que as estratégias de construção discursiva evidenciam embates e disputas por direitos ou, nos termos já utilizados, usam referências que constroem e desconstroem sentidos sobre os acontecimentos.

Além desses aspectos, detalhados no capítulo de análise, vale ressaltar que a pesquisa indicou outras perspectivas para compreender a atuação das assessorias de imprensa em tempos de midiaticização. O modo como as assessorias construíram e circularam seus discursos jornalísticos indica uma maneira particular de se relacionar com a imprensa. Além das interações em ambiente privado, diretamente com os jornalistas nas redações, as posições das entidades estão explicitadas em ambientes 'abertos'. Ocorre uma interação que pode ser 'vigiada' e acompanhada por outros atores, no qual a matéria-prima dos jornalistas, em muitos casos, pode ser consultado pelo leitor do jornal.

Ao menos potencialmente, essa ocupação do espaço de circulação das assessorias de imprensa gera efeitos nos jornalistas e no público. No primeiro caso, os profissionais atuam cada vez mais em espaços compartilhados com os públicos. Ou seja, o espaço em que realizam sua atividade de construção das notícias é, também, ocupado e acessível por outros atores. Aos leitores, muitas vezes distantes das rotinas produtivas do jornalismo, abre-se uma possibilidade de acesso à construção das notícias, o que pode implicar uma nova maneira de consumir jornalismo.

As assessorias, nos casos analisados, avançam para a construção de um jornalismo capaz de interagir com diferentes atores. Utilizam, a partir de seu lugar de fala, o discurso jornalístico para participar de uma rede de significação e converte tal discurso em ferramenta de atuação. O discurso jornalístico, nesses casos, ganha características particulares. Inscreve-se no campo jornalístico, sem deixar de atuar como instrumento político das instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERJE. **Perfil do profissional de comunicação organizacional no Brasil 2013.**

Disponível em:

http://www.aberje.com.br/pesquisa/PesquisaPerfilProfComunicacao2012_publica.pdf.

Acesso em: 17 de novembro de 2015

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia.** Petropolis: Vozes, 2009.

ANDI, Agência de Notícia dos Direitos das Crianças. **Mídia & Direitos Humanos.** Coordenado por Veet Vivarta. pesquisa Guilherme Canela. Brasília: ANDI; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; UNESCO, 2006.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

BRAGA, José Luiz. “Lugar de fala” como conceito metodológico no estudo de conceitos de produtos culturais. In: **Mídias e processos socioculturais.** MALDONADO, Alberto Efendy, Et al. Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), 2000.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Jornalismo da fonte in: DINES, Alberto, e MALIN, Mauro (orgs.) , **Jornalismo Brasileiro: no caminho das transformações,** Brasília, Banco do Brasil, 1996, pp. 132-154.

_____. Cem anos de assessoria de imprensa. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica.** 3.ed.rev.ampl. São Paulo: Atlas, 2006.

CHINEM, Rivaldo. **Assessoria de imprensa:** como fazer. São Paulo: Summus, 2003.

DUARTE, Jorge. Assessoria de imprensa no Brasil. In: Cem anos de assessoria de imprensa. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica.** 3.ed.rev.ampl. São Paulo: Atlas, 2006.

FAUSTO NETO, Antônio. **Mortes em Derrapagem**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

_____, Fragmentos de uma 'analítica' da midiatização. *MATRIZES* N. 2 abril 2008.

_____, **MIDIATIZAÇÃO, PRÁTICA SOCIAL – PRÁTICA DE SENTIDO**. Anais do 15º Encontro Anual da COMPÓS - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. UNESP-Bauru, 6 a 9 de junho de 2006

_____, Enunciando realidades ou os modos de fabricação da realidade midiática? (A propósito de Laden, a santa e o doente). *Comunicação, mídia e consumo*. vol. 2 n. 4 p. 29 - 48 jul. São Paulo, 2005

FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas). **Manual de assessoria de imprensa**. 2007. Disponível em: http://www.fenaj.org.br/mobicom/manual_de_assessoria_de_imprensa.pdf. Acessado em: 30 de abril de 2014.

FERRARETTO, Elisa Kopplin. **Assessoria de imprensa: teoria e prática**. [5.ed.rev.atual.]. São Paulo: Summus, 2009.

FERREIRA, Jairo. Notícias sobre as ONGs: uma conjuntura aberta pelos dispositivos midiáticos na web. In: FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo. **Mídia e movimentos sociais. Linguagens e coletivos em ação**. São Paulo; Paulus, 2007.

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. São Paulo: São Paulo: HUCITEC, 2005.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo; FERNANDES, Mario Luiz (org.). **Critérios de Noticiabilidade: Problemas conceituais e aplicações** (pp. 85-114). Florianópolis: Insular, 2014.

GUERRA, Josenildo Luiz. Uma discussão sobre o conceito de valor-notícia. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo; FERNANDES, Mario Luiz (org.). **Crítérios de Noticiabilidade: Problemas conceituais e aplicações** (pp. 39-49). Florianópolis: Insular, 2014.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relacoes publicas na comunicacao integrada**. 2.ed. São Paulo: Summus, 2002.

LIMA, Gerson Moreira. **Releasemania**: uma contribuição para o estudo do press-release no Brasil. São Paulo: Summus, 1985.

MICK, Jacques, **A precarização e o trabalho dos jornalistas brasileiros**. Anais do 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Universidade de Brasília, 2013.

_____, Trabalho jornalístico e convergência digital no Brasil: um mapeamento de novas funções e atividades. **Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, vol.2, n.1 p. 15-37, Jan/Jun, 2015.

_____, **Jornalismo por vir**. Rastros - Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação. Ano IX - Nº 9 - Agosto 2008. p. 40-51.

MICK, Jacques (Coord.); LIMA, Samuel (Coord.). **PERFIL do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MONTEIRO, Graça França. A notícia institucional. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 3.ed.rev.ampl. São Paulo: Atlas, 2006.

MOUTINHO, Ana Viale, SOUSA, Jorge Pedro. Assessoria de imprensa na Europa. In: Cem anos de assessoria de imprensa. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 3.ed.rev.ampl. São Paulo: Atlas, 2006.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Experiência, modernidade e campo dos media**. BOCC, 1999.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das Fontes Um novo ator no cenário jornalístico brasileiro. Um olhar sobre a ação midiática do Senado Federal**. Editora do Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009.

SCHMITZ, Aldo Antônio; LIMA, Samuel Pantoja. **Os jornalistas nas assessorias: uma análise do perfil do trabalho jornalístico fora da mídia**. Anais do 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Universidade de Brasília, 2013.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo; FERNANDES, Mario Luiz (org.). **Critérios de Noticiabilidade: Problemas conceituais e aplicações** (pp. 51-69). Florianópolis: Insular, 2014.

SILVA, Marcos P. **A construção cultural da narrativa noticiosa: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana**. Tese (Programa de Pós Graduação em Comunicação Social), Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2013.

_____, Significância social como dimensão da noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo; FERNANDES, Mario Luiz (org.). **Critérios de Noticiabilidade: Problemas conceituais e aplicações** (pp. 115-138). Florianópolis: Insular, 2014(a).

_____, Seleção noticiosa, critérios de noticiabilidade e valores-notícia. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo; FERNANDES, Mario Luiz (org.). **Critérios de Noticiabilidade: Problemas conceituais e aplicações** (pp. 51-69). Florianópolis: Insular, 2014 (b).

SODRÉ, Muniz. **Eticidade, campo comunicacional e midiatização**. In: MORAES, Denis de (Org.). Sociedade midiatizada. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Argos, 2002.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo. *A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.*** Florianópolis: Insular, 2005. (v. 2).

TUCHMAN, Gaye. **La producción de La noticia.** Barcelona: Gustavo Gilli, 1983.

VERÓN, Eliseo. **La semiosis social: fragmentos de una teoría de la discursividad.** Barcelona: Gedisa, 1996.

_____, **A produção do sentido.** Editora Cultrix. São Paulo, 1980.

_____, **Esquema para el análisis de la mediatización.** In: *Revista Diálogos de la Comunicación.* Lima: Felafacs, 1997

_____, **Fragmentos de um tecido.** São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

WEY, Hebe. **O processo de relações públicas.** 2.ed. São Paulo: Summus, 1986.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** Lisboa: Editorial Presença, 1987